TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TLC951.1

TC: 0000000002613 / 026 / 07 FOLHA: 2

SRA. DIRETORA TECNICA DA D.E.

NOS TERMOS DO MEMORANDO SDG N. 0000337 / 2006 PROTOCOLAMOS E AUTUAMOS O PRESENTE PROCESSO, QUE ABRIGARA A PRESTACAO DE CONTAS DO MUNICIPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA RELATIVO AO EXERCICIO DE 2007.

D.E.-3, EM 18 / 01 / 2007

MAURA ALBINA MASSARDI DE SENA
AGENTE FISC. FINANCEIRA
CHEFE SUBST.

VISTO.
ENCAMINHE-SE AO D.S.F.-2 , EM TRANSITO PELO GABINETE DA PRESIDENCIA, PARA FINS DE DISTRIBUICAO.

G.D.E., EM 18 / 01 / 2007

SONIA AP. DE PAULA S. DINIZ
DIRETORA TÉCNICA-SUBSTITUTA

ORIGINAL CRIADO E IMPRESSO A LASER (GPSN)

FL. 03

DISTRIBUICAO ALEATORIA DE PROCESSO

PROCESSO : 0000000002613 / 026 / 07

MATERIA TRATADA: CONTAS MUNICIPAIS

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

OBJETO :

RELATOR : DR.EBC EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO

PROCESSO DISTRIBUIDO EM 08/02/2007, ATRAVES DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PROCESSOS, CONFORME RELATORIO AUTENTICADO PELA PRESIDENCIA E ARQUIVADO NO GABINETE DA PRESIDENCIA SOB LOTE NUMERO 000000036 E ORDEM 000000007 .

CLAU7MOU

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

4

São Paulo, 06 de outubro de 2008.

Ofício nº 136/08
G.D.F.- 2

Excelentíssimo Senhor,

Informo a Vossa Excelência que os abaixo relacionados são funcionários deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e foram autorizados a procederem à fiscalização das *contas do exercício de 2007*, objeto do Processo n.º **TC-2613/026/07**, na conformidade das Instruções vigentes:

CÁSSIA IMATOMI SCHMIDT
CRISTIANO SANTIAGO DOS SANTOS
DIONÍSIO BARLATI

Fica Vossa Excelência, na qualidade de Prefeito Municipal de Holambra, desde já NOTIFICADO a acompanhar todos os atos de tramitação processual, exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for do interesse.

Desde logo, fica, também, NOTIFICADO de que todos os despachos e decisões tomados acerca do aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

IZILDA BEZERRA MATSUI
Diretora Técnica de Divisão

À Vossa Excelência
Sr.CELSO CAPATO
Prefeito Municipal de Holambra/SP

Recebido. Ciente.
Data:

Celso Capato
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

OFÍCIO N.º 124/08–GPM

Holambra, 31 de Março de 2008.

Vimos através deste encaminhar a este Egrégio Tribunal de Contas do Estado, os documentos relativos a Prestação de Contas Anual – Exercício de 2007 desta Prefeitura Municipal.

Certos de termos atendidos as expectativas, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE DE CAMPINAS
CAMPINAS–SP

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

a) Atividades desenvolvidas: exposição sobre as demonstrações contábeis consolidadas e seus resultados.

Os resultados constantes dos documentos relacionados, com suas peças analíticas complementares, objetivam oferecer condições para uma visão da situação econômico-financeiro que, de modo geral, reflete toda a ação administrativa desta Prefeitura.

A execução orçamentária foi realizada em consonância com os dispositivos da Lei n. º 4.320 de 17 de março de 1.964, que ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, conforme pode ser observado nas peças contábeis que acompanham a presente prestação de contas.

Assim sendo, passamos à análise do Balanço Geral do Município do exercício de 2007 (Administração Direta) em seus aspectos orçamentários, financeiro, econômico e patrimonial.

I – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei Municipal de n. º 629, de 19/12/2007, que aprovou o orçamento para o exercício que se examina, estimou a Receita e fixou a Despesa, na importância de R$ 27.574.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos e setenta e quatro mil reais), sendo para a **Administração Direta o valor de R$ 25.322.000,00 (vinte e cinco milhões e trezentos e vinte e dois mil reais)** e para a Administração Indireta o valor de R$ 2.252.000,00 (dois milhões, duzentos e cinqüenta e dois mil reais), ficando previsto, portanto, perfeito equilíbrio.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de ordem de R$ 23.470.953,53.

2 - DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Na Execução Orçamentária da Despesa, suplementou-se o valor de R$ 7.044.466,32, provenientes de créditos adicionais, como segue:

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

Suplementares ..... R$ 7.035.866,32
Especiais ..... R$ 8.600,00
TOTAL ..... R$ 7.044.466,32

O movimento da despesa assim se resume:

Fixada	Créd. Esp./Exc.	Empenhada	Superávit Orçamentário
25.322.000,00	0,00	22.723.279,91	2.598.720,09

Em melhor aplicação assim se apresenta:

DESPESA FIXADA ..... R$ 25.322.000,00
MAIS:
Aumento por Créditos Adicionais ..... R$ 7.044.466,32

MENOS:
Reduções para Créditos Adicionais ..... R$ 7.044.466,32
Total da Despesa Autorizada ..... R$ 25.322.000,00

DESPESA EMPENHADA ..... R$ 22.723.279,91
Superávit Orçamentário ..... R$ 2.598.720,09

3 – RESULTADO DA EXECUÇÃO

Resumindo-se a execução orçamentária, como abaixo, vamos verificar que o exercício ora examinado, apresentou um superávit de Execução Orçamentária da ordem de R$ 747.673,62 (setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos).

ARRECADAÇÃO RECEITA

Arrecadação .....R$ 23.470.953,53
Economia de Dotações .....R$ 2.598.720,09
Despesa .....R$ 22.723.279,91
Superávit Receita .....R$ 747.673,62

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

Em outra explicação, assim se resume o exercício:

RECEITA
Orçamentária .....R$ 23.470.953,53
DESPESA
Orçamentária .....R$ 22.723.279,91
SUPERÁVIT VERIFICADO .....R$ 747.673,62

II – BALANÇO FINANCEIRO

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO FINANCEIRA

As operações financeiras da receita arrecadada por fontes, alcançaram no exercício a cifra de R$ 23.470.953,53 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta mil, novecentos e cinqüenta e três reais e cinqüenta e três centavos), e estão assim distribuídas, por categorias econômicas:

RECEITAS CORRENTES .....R$ 23.279.059,70
RECEITAS DE CAPITAL .....R$ 191.893,83
Total .....R$ 23.470.953,53

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO FINANCEIRA

Houve nesse exercício em exame, um superávit orçamentário representando 3,18% no montante de R$ 747.673,62 (setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos), conforme se demonstra a seguir:

Receita Orçamentária Arrecadada ..... R$ 23.470.953,53
(-) Despesa Orçamentária Empenhada ... R$ 22.723.279,91

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

SUPERÁVIT VERIFICADO ..... R$ 747.673,62

As disponibilidades líquidas de Caixa e Bancos que foram transferidas do exercício anterior totalizaram a importância de R$ 1.586.236,06 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e seis centavos), que em decorrência da gestão financeira do exercício ora examinado, passaram a ser de R$ 2.054.072,25 (dois milhões, cinqüenta e quatro mil, setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), que se demonstra a seguinte forma:

Saldo do exercício anterior	R$	1.586.236,06
Receita Orçamentária	R$	23.470.953,53
Transferências Financeiras.....	R$	559.349,23
Receita Extra Orçamentária	R$	7.296.880,98
Total	**R$**	**32.913.419,80**
MENOS:		
Despesa Orçamentária	R$	22.723.279,91
Transferências Financeiras.....	R$	586.471,70
Despesa Extra Orçamentária	R$	7.549.595,94
Total	**R$**	**30.859.347,55**
Saldo Disponível em 31/12/2005	**R$**	**307.986,22**

O saldo de Caixa e Bancos, no valor acima mencionado, coincide com os existentes no Grupo Disponível do Balanço Financeiro, o que nos demonstra a sua exatidão.

III – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1- VARIAÇÕES ATIVAS

1.1 – RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As operações das Receitas Orçamentárias, somadas às transferências financeiras alcançaram no exercício a importância de R$ 24.030.302,76 (vinte e quatro milhões, trinta mil, trezentos e dois reais e setenta e seis centavos).

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

1.2 – MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

As Mutações da Despesa, por sua vez, atingiram a cifra de R$ 5.922.436,48 (cinco milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos).

1.3 – INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As Variações Econômicas Independentes da Execução Orçamentária no Exercício somaram R$ 4.070.224,37 (quatro milhões, setenta mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos).

2 - VARIAÇÕES PASSIVAS

2.1 – RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As operações das Despesas Orçamentárias, somadas às transferências financeiras atingiram no exercício o montante de R$ 23.309.751,61 (vinte e três milhões, trezentos e nove mil, setecentos e cinqüenta e um, reais e sessenta e um centavos).

2.2 – MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

As mutações da Receita, por sua vez, alcançaram o valor de R$ 549.294,15 (quinhentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e quatro reais e quinze centavos).

2.3– INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As variações Independentes da Execução Orçamentária no exercício somaram R$ 5.581.776,09 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e nove centavos).

3 – RESULTADO DA EXECUÇÃO

O exercício encerrou-se com um resultado de superávit econômico da ordem de R$ 4.582.211,76 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e onze reais e setenta e seis centavos).

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

VARIAÇÕES ATIVAS

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Receita Orçamentária	R$	23.470.953,53
Transferências Financeiras.....	R$	559.349,23
Mutações Patrimoniais	R$	5.922.436,48
Sub-Total	**R$**	**29.952.739,24**
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Variações Econômicas	R$	4.070.224,37
Total das Variações Ativas	**R$**	**34.022.963,61**

VARIAÇÕES PASSIVAS

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Despesas Orçamentária	R$	22.723.279,91
Transferências Financeiras.....	R$	586.471,70
Mutações Patrimoniais	R$	549.224,15
Sub-Total	**R$**	**23.858.975,76**
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Variações Econômicas	R$	5.581.776,09
Total das Variações Passivas	**R$**	**29.440.751,85**
SUPERÁVIT VERIFICADO	R$	4.582.211,76
Total Geral	**R$**	**34.022.963,61**

IV – BALANÇO PATRIMONIAL

Este Balanço foi levantado, em obediência as normas legais e em especial, às estabelecidas na Lei n. º 4.320/64, compreendendo o Ativo e o Passivo.

Para melhor esclarecimento dos elementos que compõem este Balanço devemos examinar o Anexo n. º 14, que integra esta peça.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

1-ATIVO

1.1 – ATIVO FINANCEIRO

Este grupo representa os créditos e valores cuja movimentação independente de autorização orçamentária, inclusive os valores numerários.

1.1.1 – DISPONÍVEL

Representa este subgrupo, o montante das disponibilidades em poder da Tesouraria, ou em forma de depósitos em Bancos, de Livre movimentação, como também, em contas especiais, as quais para serem movimentadas obedecem às disposições legais, regulamentos ou contratos.

Aqui encontramos os saldos:

CAIXA	R$	568,02
BANCOS – C/MOVIMENTO	R$	276.514,31
APLICAÇÕES	R$	1.776.989,92
Soma	**R$**	**2.054.072,25**

1.2 – ATIVO PERMANENTE

Este grupo representa os Bens, Créditos e Valores que para serem movimentados ou alienados, dependem de autorização legislativa.

Encontramos neste grupo, os saldos das contas concernentes à:

BENS MÓVEIS	R$	4.922.235,51
BENS IMÓVEIS	R$	4.555.085,88
DÍVIDA ATIVA.....	R$	5.771.150,90
ALMOXARIFADO.....	R$	78.882,12
Soma	**R$**	**15.327.354,41**

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

2– PASSIVO

2.1 – PASSIVO FINANCEIRO

Este grupo representa os compromissos exigíveis em curto prazo de débitos de natureza financeira, cuja movimentação independe de autorização orçamentária, suas contas demonstram os seguintes saldos:

RESTOS A PAGAR	R$	120.442,08
DEPÓSITO DIVERSAS ORIGENS	R$	611,17
Total	**R$**	**121.053,25**

2.2 – PASSIVO PERMANENTE

Representa este grupo, as Dívidas Fundadas que dependem de autorização legislativa, tanto para a formação ou constituição, quanto para seu resgate.

2.2.1- DIVERSOS

2.2.1.1 – DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS

Este subgrupo representa os registros dos compromissos a longo prazo, oriundos de parcelamento de Dívidas Confessadas.

Aqui encontramos o saldo da conta:

DIVERSOS .....R$		1.814.713,96
Total	**R$**	**1.814.713,96**

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

3 – RESULTADO DA EXECUÇÃO

Comparando-se a soma do Ativo Real com o Passivo Real, verificamos um Ativo Real Líquido na ordem de R$ 4.582.211,76 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e onze reais e setenta e seis centavos).

Procuramos no presente Relatório, retratar os principais aspectos da gestão financeira do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, pondo-nos à disposição desse Egrégio Tribunal de Contas para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Apresentamos a Vossa Excelência, os protestos de nosso respeito e consideração.

Estância Turística de Holambra, 28de março de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

WILMA ZANATTA MAZZER
Téc. Contábil – CRC 1SP 118420/O-1

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO V

EXERCICIO 2007

CADASTRO DE RESPONSÁVEL

MUNICÍPIO: ESTANCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Nome:	CELSO CAPATO
Cargo:	Prefeito Municipal
R.G. n.º:	10.947.614-1
C.P.F. n.º	029.456.798-41
Endereço Residencial:	RUA DAS BEGONIAS, Nº 139 – Jd. Holanda – Holambra - SP CEP: 13825-000
Endereço Comercial:	Rua Campo de Pouso, nº 635 – Centro – Holambra – SP CEP: 13825-000
Telefone:	(19) 3802-8000 – 3802-1535
E-mail:	gabinete@holnet.com.br

Nome:	JOSE BENEDITO DE SOUZA
Cargo:	Vice-Prefeito Municipal
R.G. n.º:	8.286.674
C.P.F. n.º	121.665.378-04
Endereço residencial:	Rua das Azaléias , nº 715 – Jd Morada das Flores – Holambra – SP CEP: 13825-000
Endereço Comercial:	Av. Rota dos Imigrantes, nº 963 – Centro – Holambra – SP CEP: 13825-000
Telefone:	(19) 3802-8011 – 3802-4242
E-mail:	gabinete@holnet.com.br

Processo n.°:	**TC-2613/026/07.**
Entidade:	**Prefeitura do Município de Holambra**
Assunto:	**Contas do exercício de 2007.**
Prefeito:	**Sr. Celso Capato**
R.G. n.°:	**10.947.614-1**
C.P.F. n.°:	**029.456.798-41**
Endereço residencial:	**Rua das Begônias, 139 - Jd.Holanda - Holambra/SP**
Período:	**1°.1.2007 a 31.12.2007.**
Vice-Prefeito:	**Sr. José Benedito de Souza**
Certidão:	**Fls.02 - Anexo I.**
Relator:	**Dr. Antônio Roque Citadini**
Instrução:	**DF-2 / DSF II**

Senhora Responsável por Equipe Técnica,

Tratam-se das contas apresentadas para fins do artigo 2°, inciso II, da Lei Complementar n.° 709, de 1993.

O resultado da fiscalização apresenta-se neste relatório, sendo que a auditoria "*in loco*" fez-se anteceder por planejamento no qual se definiu, segundo o método da amostragem, os exames na extensão apropriada.

Essa planificação contemplou elementos para a racionalização dos trabalhos de campo. Para tal, esta Auditoria se escorou nas seguintes fontes:

1. *Prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;*
2. *Resultado do acompanhamento efetuado nos Acessórios n°. 1, 2 e 3;*
3. *Análise da documentação encaminhada no decorrer do exercício, por força das Instruções vigentes* (Instruções 2/2002 e Instruções 2/2007).
4. *Análise das denúncias, representações e dos expedientes*

diversos, pertinentes ao exercício em exame;

5. *Leitura analítica dos três últimos relatórios de auditoria, nisso também verificando ressalvas e recomendações;*
6. *Análise das informações constantes do banco de dados à disposição da Auditoria, assim como daquelas obtidas por intermédio do SIAP, PFIS, endereços eletrônicos, entre outros.*

Em atendimento ao processo n.° TC-A-30.973/026/00, registramos a notificação do Sr.Celso Capato, responsável pelas contas em exame (fls. 04).

1- PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FÍSICA.

Da análise da legislação local, verificamos o que segue:

	Conteúdo	Sim/ Não
1	O plano plurianual (PPA) e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estabelecem, por programa de governo, custos estimados e metas físicas?	Sim
2	A LDO contém o Anexo de Metas e Riscos Fiscais?	Sim
3	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?	Sim
4	A LDO prescreve critérios para concessão de auxílios/ subvenções/contribuições e outros repasses a entidades do terceiro setor?	Sim
5	No anexo de metas e prioridades, a LDO mostra previsão programática específica para as políticas de pessoal que aumentam a despesa pública? (*ex: reajustes, revisões, planos de carreira, concessão de vantagens*).	Não (1)
6	A lei orçamentária anual abrange todas as entidades públicas do Município (*autarquias, fundações e empresas estatais*)?	Sim
7	A lei orçamentária anual apresenta a despesa até o nível do elemento (*art. 15 da Lei Federal 4.320/64*)?	Sim
8	A modo do art. 26 da LRF, ampararam-se em lei específica os auxílios/subvenções/contribuições e outros repasses a entidades do terceiro setor?	Sim
9	A lei orçamentária anual contém autorização para abertura de créditos suplementares, em percentual superior a 7% (*inflação então estimada para 2007*)?	Sim (2)
10	Dispondo de mais de 20 mil habitantes, o Município tem Plano Diretor?	Sim

(1) A LDO, em seu artigo 9º, estabelece que o Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários. No entanto, não há no anexo de metas e prioridades previsão programática específica para as políticas de pessoal que aumentam a despesa pública.

(2) Conforme artigo 5º da LOA, o Executivo fica autorizado, nos termos do art.7º da Lei Federal nº

4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% da receita estimada do orçamento, acima, portanto, da inflação estimada para 2007.

1.1 - REALIZAÇÃO OPERACIONAL – CRIAÇÃO, EXPANSÃO E APRIMORAMENTO DA AÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL.

Em 2007 a Prefeitura Municipal realizou as seguintes obras, bem assim implantou os seguintes novos serviços municipais:

Obra Conclusa ou Novo Serviço Municipal	N.° de munícipes beneficiados
Função 10 - Saúde 1)Reforma da Policlínica Municipal	8.200
Função 12 - Educação 1)Reforma de creches e escolas (ampliação de salas de aula)	4.500
Função 13 - Cultura	------
Função 15 - Urbanismo 1)Urbanização e paisagismo da Avenida Mário Bonano 2)Construção e reforma de praças, parques e jardins 3)Construção do Moinho Típico Holandês 4)Manutenção de vias públicas 5)Iluminação da Perimetral Mario Bonano	9.300
Função 16 - Habitação	------
Função 17 - Saneamento 1)Término da construção do 2° módulo da ETE	5.000
Função 18 - Gestão Ambiental 1)Recuperação de matas ciliares 2)Plantio de mudas para recuperação de aterro sanitário	6.800
Função 26 - Transporte	------
Função 27 - Desporto e Lazer 1)Início da Construção do Centro Esportivo do Bairro Fundão	4.780

(doc. às fls. 03 - anexo)

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1 - DAS RECEITAS.

2.1.1 - FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS.

Constatamos regularidade dos lançamentos, cobranças e registros das receitas municipais.

2.1.2 - RENÚNCIA DE RECEITAS.

Consoante declaração da origem e documentação correlata (encartados às fls. 642/662 - Anexo IV), ocorreram atos de renúncia fiscal no exercício de 2007, no montante de R$ 336.388,20. Na execução destes atos, frise-se que a municipalidade deu atendimento parcial às prescrições do artigo 14 da Lei de responsabilidade fiscal, senão vejamos.

A Prefeitura Municipal de Holambra declara, às fls. 663 - anexo IV, que a referida isenção foi considerada no cálculo da receita prevista, nos moldes do disposto no artigo 14, inciso I da LRF, sem, contudo, apresentar a estimativa a que alude o *caput* do artigo mencionado.

2.1.3 - DÍVIDA ATIVA.

Dados relativos ao exercício anterior

1	Receitas próprias	4.933.810,67
2	Inscrição	1.232.057,33
3	**Saldo em 31/12**	**3.596.666,95**
4	**Percentual de inscrição**	**24,97%**

	Dados relativos ao exercício em exame		**Evolução**	
5	Receitas próprias	5.317.522,30	7,78%	*5÷1*
6	Inscrição	1.007.981,12	-18,19%	*6÷2*
7	Atualizações e correções	1.849.447,67	51,42%	*7÷3*
8	Recebimentos	542.294,15	15,08%	*8÷3*
9	Cancelamentos	140.650,69	3,91%	*9÷3*
10	**Saldo em 31/12**	**5.771.150,90**	**60,46%**	*10÷3*
11	Não recebimentos	3.054.372,80	84,92%	*11÷3*
12	**Percentual de inscrição**	**18,96%**	**-24,09%**	*12÷4*

Em relação ao exercício anterior, a inscrição **diminuiu** **18,19%**

Os recebimentos efetuados no exercício em exame representaram **15,08%** em relação ao estoque anterior, indicando um índice de recuperação de créditos

O saldo final em 31/12 do exercício em exame **aumentou** **60,46%** em relação ao saldo anterior.

Em relação ao saldo anterior, os cancelamentos corresponderam a **3,91%**

Solicitamos à origem, através da requisição de documentos nº 01/2008 (fls. 629/632 - anexo IV), informações referentes à composição da dívida ativa no município de Holambra. Da oferta destes (encartados às fls. 665/667 - anexo IV), corroborados pela demonstração das variações patrimoniais da prefeitura (fls. 498/499 - anexo III), bem como pelo balancete da receita orçamentária (fls. 512/520 - anexo III), extraímos os valores transcritos no quadro acima.

Saliente-se inicialmente que o valor inscrito em dívida ativa no exercício de 2007 exposto no quadro supra (R$ 1.007.981,12) engloba, também, a quantia de R$ 69.913,51 (inclusa na Demonstração das Variações Patrimoniais na rubrica "incorporação de direitos"), referente a inscrição de multas e juros do exercício (fls. 498 - anexo III e 667 - anexo IV)[1].

Posto isto, e ainda de acordo com o quadro, destaque-se que o valor inscrito em dívida ativa no exercício de 2007, assim como o seu percentual em relação às receitas próprias do município, diminuíram, em comparação ao exercício anterior.

Em que pese este fato, percebe-se que o saldo da dívida ativa apresentou crescimento no montante de R$ 2.174.483,95, ou 60,45% em relação ao exercício de 2006. Ademais deste valor inscrito já mencionado, influenciaram este resultado o valor computado a título de atualização do saldo da dívida, bem como as quantias não recebidas, conforme descrito abaixo.

Com relação aos recebimentos de valores inscritos na Dívida Ativa, acrescente-se que na lei orçamentária anual do exercício de 2007 foi previsto o montante de R$ 1.827,000,00, conforme fls. 315 - anexo II (considerando, também, os valores previstos a título de multas e juros de mora).

Desta forma, a quantia efetivamente recebida no exercício, no valor de R$ 542.294,15 (balancete da receita às fls. 518 - anexo III), situou-se aquém das expectativas do ente municipal em R$ 1.284.705,85, ou 70,31%.

Note-se que a quantia efetivamente recebida acima transcrita inclui a cifra de R$ 69.913,51[2], referente a recebimento de multas e juros do exercício, consoante documento de fls. 667 - anexo IV.

Ademais, estes recebimentos representaram, em relação ao saldo existente em 31/12/2006, o percentual de 13,13% (desconsiderando-se as quantias de juros e multas). Neste ponto cabe destacar a recomendação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Fúlvio Julião Biazzi, no julgamento das contas referentes ao exercício de 2006 (processo TC-3476/026/06), no que se refere à adoção de medidas eficazes para o recebimento

---

[1] Percebe-se que a referida quantia não foi apresentada pela origem no documento de fls. 665 - anexo IV (Posição da Dívida Ativa).

[2] Quantia também não apresentada pela origem no documento de fls. 665 - anexo IV (Posição da Dívida Ativa).

da dívida ativa municipal (voto às fls. 1449/1470 - anexo VIII).

Registre-se que naqueles autos o valor recuperado na cobrança da dívida ativa correspondeu a 24,89% do saldo existente naquele exercício. Desta forma, o índice de recuperação destes créditos, já considerado aquém das expectativas naquele exercício, situou-se, no exercício em exame, em patamar ainda inferior.

Quanto aos cancelamentos verificados no exercício em exame, a origem certifica acerca destes apresentando relação dos impostos a que se referem, dos respectivos valores envolvidos, segregados mês a mês, assim como oferta as justificativas para tais cancelamentos (fls. 693/799 - anexo IV e 803/886 - anexo V).

No que se refere aos maiores devedores inscritos na dívida ativa do município, a prefeitura certifica apresentando a relação destes débitos (fls. 668/674 - anexo IV), sendo que os mesmos remontavam, em 25/03/2008, a R$ 2.412.871,18. Nesta esteira também certifica, em resposta à requisição de documentos nº 01/2008, acerca da expectativa no recebimento de tais créditos, estimada em 20% destes valores (fls. 675/680 - anexo IV).

Desta maneira, segundo a prefeitura de Holambra, não há expectativa de recebimento de 80% de tais cifras, ou o equivalente a R$ 1.930.537,03 (considerando o saldo atualizado em 03/10/2008 de R$ 2.413.171,29, para os maiores devedores, conforme fls. 675/680 - anexo IV).

Ocorre que, nestas situações, o Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN nº 564/2004, estabelece a necessidade de constituição de Provisão para Perdas de Dívida Ativa (fls. 686/689 - anexo IV).

Apesar do quadro descrito anteriormente, o exame das Demonstrações Contábeis da Prefeitura do Município de Holambra do exercício de 2007 não indica a constituição da citada provisão o que, a princípio, infringe ao disposto no mencionado manual de procedimentos, em seus itens 7.3 e 10.2, bem como afronta ao disposto no artigo 10, da Resolução CFC nº 750/93 (que trata do Princípio Contábil da Prudência).

Ainda no que se refere ao supracitado manual, o mesmo prescreve em seu item 8.4 que os créditos inscritos na Dívida Ativa devem ser registrados inicialmente no Ativo de Longo Prazo, em observância a dispositivos legais, passando

posteriormente por uma reclassificação contábil de acordo com a expectativa de sua efetiva realização, sendo assim segregados em Dívida Ativa de Curto Prazo e em Dívida Ativa de Longo Prazo, enquadrando-se no primeiro grupo aqueles valores inscritos cuja expectativa de recebimento é até o encerramento do exercício financeiro seguinte (fls. 690/692 - anexo IV).

O exame das Demonstrações Contábeis do Órgão, uma vez mais, não evidenciou a adoção dos procedimentos descritos no referido manual, indicando, a princípio, o descumprimento ao disposto em seus itens (neste caso, o disposto no item 8.4).

Frise-se que a adoção de tais procedimentos se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme o disposto no artigo 1° da Portaria n.° 564, de 27/10/2004 (fls. 683 - anexo IV).

Sob a forma amigável, a cobrança da Dívida Ativa resultou em 817 notificações aos inadimplentes, havendo depois o retorno do protocolo de recebimento do aviso de 93 destes, ou de 11,38% (declaração às fls. 887 - anexo V).

Acrescente-se, por fim, que a prefeitura certifica sobre a existência de parcelamento de créditos inscritos na Dívida Ativa, autorizados pela Lei Municipal n° 554/2006 (fls. 888 - anexo V), apresentando a situação destes (fls. 889/901 - anexo V), bem como certifica a não ocorrência de prescrição de créditos tributários inscritos na dívida ativa (fls. 902 - anexo V).

2.1.4 - MULTAS DE TRÂNSITO.

Não houve receitas relativas à arrecadação de multas de trânsito no exercício de 2007, tendo em vista que, conforme declarações às fls. 904 - anexo V, a prefeitura está em fase de implementação da Municipalização de Trânsito.

2.1.5 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE.

Saldo do exercício anterior (31/12)	-
Rendimentos aplicações financeiras	
Valor arrecadado	34.623,29
Retenção de 1% para o PASEP	346,22
Subtotal	**34.277,07**
Despesas empenhadas e pagas	34.277,07
Exclusões da fiscalização	
Valor aplicado, conf. Arts. 1A e 1B, L.F. 10.336/01	**34.277,07**
Saldo no final do exercício fiscalizado	-

(docs. às fls. 906/909 - anexo V)

2.2 - DAS DESPESAS.

2.2.1 - APLICAÇÃO NO ENSINO – ACESSÓRIO 2. TC-2613/226/07.

Conforme os números apresentados pela Prefeitura, a despesa educacional atingiu o percentual de 25,36%.

De nossa parte, verificamos o que segue:

Receitas de impostos e transferências de impostos: *Quadro 7, A*	**16.177.206,14**	
Ajustes efetuados pela fiscalização	-	
Receitas de impostos e transferências de impostos ajustadas	**16.177.206,14**	
Aplicação mínima com total de recursos próprios	**4.044.301,54**	**25,00%**
Despesas com recursos próprios	**Empenhadas**	
Total das despesas do Ensino: *Quadro 7, D*	**2.797.188,22**	
Rendimentos de aplicação financeira conta LDB	10.388,39	
Adicionais *(salário-educação, convênios etc + rendimentos)*	621.236,70	
Operações de crédito destinadas à Educação Básica	-	
Exclusões da fiscalização *(detalhadas na informação)*	282.095,66	
Inclusões da fiscalização *(detalhadas na informação)*	-	
Total das despesas do Ensino com recursos próprios: *Quadro D*	**1.883.467,47**	
Recursos do Fundeb + rendimentos financeiros: *Quadro F1*	**3.343.772,31**	
Aplicação mínima com total de recursos do Fundeb	**3.176.583,69**	**95,00%**
Aplicação mínima c/ Profissionais Magistério em efetivo exercício	**2.006.263,39**	**60,00%**
Despesas com recursos do Fundeb	**Empenhadas**	
Despesas c/ Profissionais Magistério: mínimo 60%. *Quadro 7, F*	**2.064.096,35**	**61,73%**
Exclusões da fiscalização *(detalhadas na informação)*	27.226,70	
Inclusões da fiscalização *(detalhadas na informação)*		
Despesas c/ Profissionais Magistério apuradas	**2.036.869,65**	**60,92%**
Demais despesas: máximo 40%: *Quadro 7, F*	**1.178.055,74**	**35,23%**
Exclusões da fiscalização *(detalhadas na informação)*	7.864,46	
Inclusões da fiscalização *(detalhadas na informação)*	27.226,70	
Demais despesas apuradas	**1.197.417,98**	**35,81%**
Total geral aplicado com recursos do Fundeb: *Quadro 7, F*	**3.234.287,63**	**96,73%**
Rendimentos de aplicação financeira: *Quadro 7, F*	28.103,60	
Despesas do Fundeb elegíveis para aplicação no Ensino	**3.206.184,03**	
Atendimento à aplicação mínima de 95,00%. Valor excedente:	**57.703,94**	
Valor para aplicação no 1º trimestre do exercício seguinte	**109.484,68**	
Aplicação na manutenção e desenvolvimento do Ensino: ***caput*** **do art. 212 da C.F.**		
Total das despesas do Ensino com recursos próprios	1.883.467,47	
Despesas do Fundeb elegíveis para aplicação no Ensino	3.206.184,03	
Total das despesas elegíveis para aplicação no Ensino	**5.089.651,50**	
Valor efetivamente retido ao Fundeb: *Quadro 7, E*	-	
Parcela empenhada do ganho líquido (*plus* aplicado): *Quadro 7, E*	1.312.764,17	
Aplicação no Ensino em 31/12 do exercício do exame	**3.776.887,33**	**23,35%**
5% do Fundeb retido e aplicado no 1º trimestre de 2008 (*)	-	
Aplicação final c/ inclusão dos 5% do retorno do Fundeb retido	**3.776.887,33**	**23,35%**

O Município não deu cumprimento ao art. 212 da Constituição (*25% na educação infantil e no ensino fundamental*), tendo atingido a aplicação percentual final no ensino de 23,35% das receitas de impostos e transferências de

impostos, conforme demonstrado no quadro acima.

Inicialmente destacamos a não existência de restos a pagar relacionados ao ensino, não havendo, tampouco, cancelamentos de empenhos e/ou restos a pagar no exercício, conforme declarações às fls. 910/911 - anexo V.

Posto isto, do total das despesas do ensino com recursos próprios apontado no quadro foram deduzidos R$ 913.720,75, conforme discriminado no quadro abaixo:

Impugnações realizadas pela fiscalização

Restos a Pagar não pagos até 31/01 do exercício seguinte	-
Cancelamentos de Restos a Pagar da Educação	-
Merenda Escolar no Ensino Fundamental	-
Pessoal em desvio de função (art. 71, VI, LDB)	-
Encargos Sociais: Pessoal em desvio de função	-
Receita adicional do Salário-Educação (*valor empenhado*)	491.388,97
Receita adicional auxílios e subvenções do Estado e União (*valor empenhado*)	129.847,73
Rendimentos de contas bancárias da Educação	10.388,39
Cestas de Natal, multas de trânsito, tarifas bancárias etc	-
Despesas com Ensino Médio	-
Despesas com Ensino Superior	-
Demais despesas não ampararadas pelo art. 70 da LDB	282.095,66
Outras	-
	-
Total das impugnações	**913.720,75**

A receita adicional do Salário-Educação, assim como aquela referente aos rendimentos das contas bancárias da educação, efetivamente empenhadas, encontram-se às fls. 133 dos autos do processo TC-2613/226/07 - Acessório 2.

Já o montante dos auxílios e das subvenções recebidas equivale ao declarado pela origem às fls. 912 - anexo V, cujos saldos bancários em 31/12/2007 e relação de pagamentos efetuados no exercício estão encartados às fls. 913/921 - anexo V. Ressalte-se que esta cifra, somada ao valor empenhado do salário-educação apurado anteriormente, e diminuído da quantia de R$ 43.192,54 referentes ao convênio auxílio transporte, perfaz o valor de R$ 578.123,68 da declaração que está às fls. 922 - anexo V (despesas pagas com repasses de convênios).

Das despesas não amparadas pelo artigo 70 da LDB, temos R$ 272.719,16 referentes a gastos na alimentação infantil (declaração às fls. 923 - anexo V), bem como o valor de R$ 9.376,50, que se reporta a despesas de outros departamentos que não o da educação, escrituradas na unidade orçamentária "ensino fundamental" (fls. 924/963 - anexo V), e

efetuadas sob o regime de adiantamento.

Com relação aos recursos do FUNDEB, constatamos que o município deu atendimento ao art. 60, XII do ADCT (*60% do FUNDEB para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica*). Demais disso, empenhou, no primeiro trimestre de 2008, a parcela diferida do FUNDEB, daí atendendo ao art. 21, § 2° da Lei Federal n.° 11.494/07.

Saliente-se que, embora tenha havido o diferimento de R$ 109.484,68 para aplicação no 1° trimestre de 2008 consoante facultado na Lei Federal n° 11.494/07, nada há a acrescentar à aplicação total no ensino, conforme quadro abaixo:

Total da conta retificadora da receita: *Quadro 7, letra B*	1.893.419,86
Total da receita recebida do Fundeb sem rendimentos financeiros: *Quadro 7, F1*	3.315.668,71
Rendimentos de aplicações financeiras: *Quadro 1 C*	28.103,60
Total geral dos recursos do Fundeb aplicado: *Quadro 7, F*	3.234.287,63
Saldo do Fundeb para aplicação no 1º trimestre de 2008	**109.484,68**
Limite máximo de 5% do Fundeb passível de acréscimo à aplicação do art. 212, CF	-
Empenho e pagamento com saldo do Fundeb no 1º trimestre de 2008	109.791,34
Do saldo do Fundeb, não foi empenhado e pago até 1º trimestre de 2008 o montante de:	(306,66)
Valor a adicionar à aplicação de 2007, p/ compor mínimo de 25%	-

O saldo empenhado e pago no 1° trimestre de 2008 lançado no quadro acima é o apresentado às fls. 964/967 - anexo V. Ressalte-se que, entre este e o calculado no quadro inicial deste item restou uma diferença de R$ 306,66, constante, inclusive, dos autos do processo TC 2613/226/07 - acessório 2 -, às fls. 137 daqueles autos.

Ainda no que se refere aos recursos do FUNDEB elegíveis para aplicação no ensino, esta auditoria procedeu à glosa da quantia de R$ 27.226,70, pertinentes a gastos com vale-transporte, incluídos como despesas com pessoal do magistério (documentação às fls. 968/981 - anexo V). Por conseguinte, tal cifra foi acrescida aos gastos efetivados com os demais recursos do FUNDEB (40%), conforme quadro inicial deste item.

Continuando a explanação acerca da aplicação de recursos dos 40% do FUNDEB, tem-se que esta auditoria excluiu da referida aplicação o valor de R$ 7.864,46, que diz respeito a rendimentos de aplicação financeira do FUNDEF (balancete da receita às fls. 513 - anexo III) efetivamente empenhados e classificados, indevidamente, como aplicação com recursos do FUNDEB nesta unidade orçamentária.

Acrescente-se, ainda, a existência do expediente TC-30831/026/08, que versou sobre denúncia de suposta irregularidade relacionada à aplicação dos recursos do FUNDEB na aquisição de materiais para construção e reformas de escolas, processadas através do processo Pregão 06/07. Tal expediente serviu de subsídio à esta auditoria na análise das contas da prefeitura de Holambra do exercício de 2007.

Ressalte-se que os dois questionamentos verificados na denúncia (suposta incidência de encargos adicionais nas citadas aquisições de materiais, que não aqueles definidos na licitação, bem como a não apresentação de prestação de contas ao Conselho do FUNDEB) foram afastados pela origem, conforme documentação encartada naqueles autos.

Demonstrativo de saldos da conta do FUNDEF

Acessório 2: Quadro 4

Saldo do exercício anterior	196.634,75
Pagamento de Restos a Pagar do exercício anterior	-
Subtotal	**196.634,75**
Rendimentos de aplicação financeira do exercício	7.864,46
Despesas do exercício pagas com recursos do FUNDEF	199.238,54
Saldo financeiro em 31/12	**5.260,67**

Destaque-se do quadro supra o saldo de FUNDEF de R$ 5.260,67, existente na c/c 58021-X, da agência 3143-7 do Banco do Brasil, em nome da prefeitura de Holambra em 31/12/2007 (extrato e conciliação bancária às fls. 982/983 - anexo V).

Solicitamos esclarecimentos à origem a respeito deste saldo. A prefeitura declarou que o fato se deve ao pagamento de uma rescisão por falecimento de servidora com herdeiros menores, no aguardo da liberação de alvará judicial (declaração às fls. 984 - anexo V).

Plano de Carreira e Remuneração do Magistério	Sim
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	Sim
Emissão de alerta trimestral	Sim
Utiliza-se de metodologia de ensino formulada por entidade não ligada à Administração Municipal?	Não

Cabe destacar que foram emitidos alertas no 2° e 3° trimestres de 2007, em virtude do não atingimento, na época, do percentual de aplicação mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB com profissionais do magistério, sendo certo que os

índices atingidos foram de 44% e 48,1%, respectivamente. Tal desacerto, contudo, foi sanado ao fim do exercício.

Saliente-se, por fim, que o Plano de carreira e Remuneração do Magistério existente ainda não foi adequado integralmente às normas da Lei Federal n° 11738/2008 (certidão às fls. 985 - anexo V). Todavia, destaque-se que, no que se refere exclusivamente ao valor da remuneração, o valor percebido pelos professores municipais já obedece ao piso nacional estabelecido pela citada lei (fls. 986 - anexo V).

2.2.2 - DESPESAS COM SAÚDE.

A teor dos demonstrativos da Prefeitura, a aplicação em ações e serviços de Saúde havia atingido o percentual de 22,50%.

De nossa parte, informamos o apurado após a presente fiscalização:

Saúde

Receitas de impostos (1)	**16.099.216,14**	
Despesas empenhadas nos diversos programas - total	4.398.291,18	
Receitas adicionais (*correspondentes aos recursos utilizados*)	737.015,50	
Restos a Pagar não pagos até 31/01 do exercício seguinte		
Cancelamento de Restos a Pagar da Saúde		
Outras glosas (*detalhadas na informação*)	9.324,00	
Valor e percentual aplicado em ações e serviços	**3.651.951,68**	**22,68%**

Quanto ao valor das receitas adicionais, consideramos o constante na planilha SIOPS ajustado pela auditoria (R$ 778.053,58), deduzidos os valores devolvidos ao Ministério da Saúde (R$ 41.038,08) a título de restituição de saldo remanescente de convênio (docs. às fls. 987/999 - anexo V).

Saldo de repasses a aplicar (*saldo* ***não empenhado*** *de auxílios, subvenções, PAB, MAC, MAC/AIH e outros*). ***Tal saldo será deduzido da aplicação do ano seguinte – 2008.***	R$	21.710,41

Foi implantado o Fundo Municipal de Saúde?	Sim
O Fundo Municipal de Saúde possui contas bancárias próprias?	Sim
Foi instituído o Conselho Municipal de Saúde?	Sim
Foi elaborado o Plano Municipal de Saúde?	Sim
O Plano Municipal de Saúde possui quantitativos físicos e financeiros?	Não*

O relatório SIOPS foi enviado ao Ministério da Saúde?	Sim
Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	Sim
A composição do C.M.S. obedece à Resolução n.º 333/03 do Conselho Nacional de Saúde?	Sim

*** O Plano Municipal de saúde do Município de Holambra não contém cronograma físico-financeiro e tampouco metas quantitativas em termos de valor e prazos, em desacordo com a Portaria MS n°548/GM de 12/04/2001 (doc. às fls. 1004/1031 - anexo VI)**

Impugnações realizadas pela fiscalização

Pessoal em desvio de função	
Encargos Sociais: Pessoal em desvio de função	
Merenda Escolar	
Plano de Saúde fechado	
Ações de Saúde não promovidas por órgãos do SUS	
Demais despesas não elegíveis pela fiscalização	9.324,00
Cestas de Natal, multas de trânsito, tarifas bancárias etc	
Auxílios/Subvenções/Contribuições do Estado / União	
Precatórios (há dotação específica)	
Outras	
Restos a Pagar não pagos até 31/01 do exercício seguinte	
Cancelamento de Restos a Pagar na Saúde	
Total das impugnações	**9.324,00**

O valor glosado refere-se ao empenho e pagamento à empresa MB Engenharia e Meio Ambiente S/C (contratos n° 60/2005 e 103/2007), tendo em vista a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos decorrentes dos serviços da saúde, que, conforme artigo 8°, V da Portaria n° 2047/GM do Ministério da Saúde, não são consideradas como ações e serviços públicos da saúde, para efeito de aplicação no disposto no artigo 77 do ADCT.

Cumpre-nos informar que deixamos de glosar os demais pagamentos referentes aos contratos citados, por terem sido suportados por recursos adicionais da Saúde ou recursos de outras áreas, não entrando portanto no cômputo do mínimo constitucional (art. 77 do ADCT).

(docs. às fls. 1032/1077 - anexo VI)

2.2.3 - DESPESAS COM PRECATÓRIOS JUDICIAIS E REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA.

A execução financeira dos precatórios judiciais demonstra a situação que segue:

Saldo de precatórios anteriores, não parcelados pela EC 30/2000 *(1)*		-
Mapas orçamentários / Ofícios Requisitórios apresentados em:	**2006**	1.524,23
Requisitórios baixa monta *(LF 10.259/2001)* incidentes no exercício de:	**2007**	-
10% do parcelamento advindo da EC 30/2000 *(Dívida Fundada)*		-
10% do saldo anterior *(1)*		-
Valor mínimo ser pago no exercício em exame	**2007**	**1.524,23**
Valor efetivamente pago no exercício em exame	**2007**	1.524,23
Houve pagamento do valor mínimo no exercício em exame		-
Saldo de precatórios p/ exercício seguinte *(1)*		

***(1)** : Dados na Dívida Flutuante, Dívida Fundada ou não contabilizados*

Observa-se que, no exercício em exame, a título de precatórios, somente foi requisitado do ente municipal o cumprimento da obrigação estipulada no processo EP 4955/02, conforme mapa orçamentário às fls. 1078/1088 - anexo VI.

Tal montante, objeto do empenho 321 de 12/01/2007, foi quitado em 14/03/2007 (documentos às fls. 1089/1091 - anexo VI). Desta forma, verificamos o cumprimento da posição jurisprudencial desta Corte.

A origem declara, ainda, não possuir precatórios parcelados nos moldes do disposto na EC 30/2000, bem como não possuir saldo de precatórios anteriores não parcelados pela referida emenda constitucional (fls. 1092/1093 - anexo VI), não havendo, portanto, registros a serem efetuados no Balanço Patrimonial da entidade.

2.2.4 - TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA DOS VEREADORES.

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A da Constituição[3], tal qual abaixo demonstrado:

Valor utilizado pela Câmara (*repasse menos devolução*)		559.349,23
Despesas com inativos		-
Subtotal		559.349,23
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	**2006**	14.602.189,28
Percentual resultante		**3,83%**

2.2.5 - OUTRAS DESPESAS.

Sob o pressuposto da amostragem, o exame documental

[3] Documentação pertinente aos repasses, bem como à devolução da quantia não utilizada pelo Legislativo, encartada às fls. 1094/1099 - anexo VI.

da despesa, no que se refere àquelas realizadas pelo regime de adiantamento, revelou incorreções na formalização dos processos verificados.

Verificou-se que os autos selecionados não se encontravam numerados. Ademais, os documentos fiscais encartados continham apenas descrições genéricas para as despesas realizadas, sem indicação do número e/ou identificação do(s) beneficiário(s) abrangido(s). Por fim, os relatórios de despesas de viagem, embora contenham nomes e assinaturas, não apresentam a identificação de cargo e/ou função destas pessoas que os assinam.

Diante do exposto, infere-se que não foi possível aferir a legitimidade do gasto governamental, nas despesas em questão, na forma do disposto no artigo 70 da Constituição Federal.

(documentação às fls. 1100/1123 - anexo VI).

2.3 - DOS RESULTADOS.

2.3.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	23.504.000,00	25.172.479,56	7,10%	107,25%
Receitas de Capital	3.370.000,00	191.893,83	-94,31%	0,82%
Contas Retificadoras	(1.552.000,00)	(1.893.419,86)	22,00%	-8,07%
Ajustes				
Total	**25.322.000,00**	**23.470.953,53**		**100,00%**
Déficit de arrecadação		**1.851.046,47**	-7,31%	7,89%
Despesas Empenhadas	**Fixação Final**	**Execução**	**AH %**	**AV %**
Despesas Correntes	25.322.000,00	22.163.930,68	-12,47%	97,54%
Despesas de Capital	-	-	#DIV/0!	0,00%
Res. de contingência	-			
Ajustes		559.349,23		
Total	**25.322.000,00**	**22.723.279,91**		**100,00%**
Economia Orçamentária		**2.598.720,09**	-10,26%	11,44%
Resultado Ex. Orçamentária:	**Superávit**	**747.673,62**		**3,19%**

Do quadro acima destaque-se o ajuste realizado nas despesas da municipalidade, a título de repasses efetuados à Câmara Municipal, no valor de R$ 559.349,23. Tal quantia, que não consta do Balanço Orçamentário do exercício de 2007 (demonstrativo contábil do qual foram extraídos os dados para elaboração do quadro acima, e encartado às fls. 493 - anexo III), foi incluída em virtude de a mesma constar do balancete da despesa orçamentária da prefeitura de Holambra (fls. 526/529 - anexo III).

Nos três últimos exercícios, o resultado da execução orçamentária apresentou os seguintes percentuais:

2006	Superávit de	12,08%
2005	Superávit de	3,13%
2004	Déficit de	1,65%

A Prefeitura elaborou a programação financeira prevista no artigo 8° da Lei de Responsabilidade Fiscal e definiu metas bimestrais de arrecadação de que trata o artigo 13 da mesma lei (fls. 1124/1126 - anexo VI).

2.3.1.1 - INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO.

Resultado financeiro do exercício anterior	2006		1.209.497,66
Ajustes por Variações Ativas ou Passivas de	2007	(*)	-
Resultado Financeiro Retificado do exercício de	2006		1.209.497,66
Resultado Orçamentário do exercício de	2007		747.673,62
Resultado Financeiro do exercício de	2007		1.957.171,28

(*) - Que causam interferência no Resultado Financeiro do exercício anterior.

Tendo em vista os números do quadro, o superávit orçamentário de 2007 aumentou em 61,81% o superávit financeiro vindo de 2006.

Note-se que o balanço patrimonial do exercício de 2007, encartado às fls. 502/503 - Anexo III, apresenta a cifra de R$ 1.933.019,00. A diferença entre este e o resultado apontado no quadro remonta a R$ 24.152,28, e se configura em uma inconsistência contábil.

2.3.2 - RESULTADOS FINANCEIRO e ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL.

Resultados	2006	2007	%
Financeiro	1.209.497,66	1.933.019,00	59,82%
Econômico	4.119.561,45	4.582.211,76	11,23%
Patrimonial	10.686.279,82	15.445.659,45	44,54%

Saliente-se que os dados do quadro supra foram extraídos das demonstrações contábeis da prefeitura. A ressaltar, entretanto, o observação acerca do Resultado Financeiro do exercício de 2007, comentado no item precedente.

2.3.2.1 - CONSISTÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS ECONÔMICO E PATRIMONIAL.

Saldo patrimonial (*exercício anterior*)	2006	10.686.279,82	Superávit
Resultado econômico (*exercício em exame*)	2007	4.582.211,76	Superávit
Saldo patrimonial apurado	2007	15.268.491,58	Superávit
Saldo patrimonial obtido no B. Patrimonial de	2007	15.445.659,45	
Diferença		(177.167,87)	

Solicitamos à origem, através da requisição de documentos nº 01/2008, em seu item 5 (fls. 629/632 - anexo IV), esclarecimentos acerca da divergência apontada no quadro acima, verificada, também, na planilha de análise das demonstrações contábeis (fls. 1127/1132 - anexo VI).

Em resposta a municipalidade apresenta os quadros encartados às fls. 1133/1138 - anexo VI, com as correções que julgou pertinentes. Entre tais quadros e os elaborados por esta auditoria após os ajustes cabíveis propostos pela prefeitura (fls. 1139/1144 - anexo VI), ainda restaram divergências, pelas razões abaixo descritas:

1. Às fls. 1133 - anexo VI é apresentado, pela entidade, o valor de R$ 15.140.053,54 para o ativo permanente. Tal cifra não corresponde àquela apresentada no balanço patrimonial da prefeitura, que foi de R$ 15.327.354,41 (fls. 502/503 - anexo III) e, portanto, utilizada por esta auditoria. Tal fato gera, em consequência, uma diferença no valor correspondente ao "aumento do imobilizado", entre as referidas planilhas (da origem e da auditoria, encartadas às fls. 1138 - anexo III e 1139 - anexo III, respectivamente);

2. Ademais, o resultado econômico do exercício de 2007, apresentado pela origem às fls. 1137 - anexo III, no montante de R$ 4.572.078,76, não guarda relação com o valor de R$ 4.582.211,76, exposto na demonstração das variações patrimoniais (fls. 498/499 - anexo III);

Posto isto, restou configurada, a princípio, a falta de consistência contábil entre os sistemas econômico e patrimonial da Prefeitura Municipal de Holambra, no exercício de 2007.

2.3.2.2 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA.

Ex.	R.C.L.	Déficit Financeiro	% / RCL	Dívida Consolidada Líquida	% / RCL
2006	20.790.026,98	-		698.112,12	3,36%
2007	24.784.695,48	-		-	
Evolução	**19,21%**	**#DIV/0!**		**-100,00%**	

Na Administração direta (*Prefeitura e Câmara*) inexiste a figura da Dívida Consolidada Líquida, conforme se depreende da leitura do quadro acima. Tal fato se deve, principalmente, ao incremento na arrecadação municipal, expresso através da evolução da receita corrente líquida em 19,21%.

Passivo permanente da entidade jurídica	1.814.713,96
Precatórios posteriores a 05 05 2000, vencidos e não pagos	-
Precatórios não contabilizados apurados pela fiscalização	-
Passivos reconhecidos pelo órgão	-
Total da Dívida Consolidada da entidade jurídica	**1.814.713,96**
Ativo Disponível *(Caixa e Bancos)*	2.054.072,25
Passivo Financeiro	121.053,25
Dívida Consolidada Líquida	**(118.305,04)**

3 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

3.1 - CONCEDIDOS.

3.1.1 - REMETIDOS AO TRIBUNAL.

Em 2007, **não** foi firmado *Contrato de Gestão, Termo de Parceria ou Convênio* com valor sujeito à remessa a esta Corte de Contas.

3.1.2 - EXAMINADOS *IN LOCO*.

Em cumprimento aos incisos XXX e XXXI do artigo 1° das Instruções n.° 02, de 2007, foram encaminhadas relações de *Contratos de Gestão, Termos de Parceria e Convênios* de valor inferior ao limite de remessa, bem como dos *Auxílios, Subvenções e Contribuições* (fls. 1154/1155 - anexo VI), sendo que os exames amostrais estão sendo tratados em autos próprios - TC 2458/003/08 e TC 3288/003/08.

3.2 - RECEBIDOS.

Às fls. 1145/1153 - anexo VI, seguem relações dos auxílios, subvenções e contribuições recebidos em 2007, sendo

que as comprovações já foram apresentadas às entidades e órgãos concessores.

Cabe ressaltar que, com relação às pendências mencionadas no relatório das contas de 2006, verificamos o encaminhamento das devidas prestações de contas aos órgãos concessores.

(docs. arquivados em PPT)

4 - LICITAÇÕES.

Durante o exercício ocorreram as seguintes licitações:

Modalidade	Realizadas	Examinadas	%
Concorrências	1		
Tomada de Preços	8		
Convites	43	11	25,58%
Leilão			
Concurso			
Pregão	25	3	12,00%
Total	**77**	**14**	18,18%

Despesa licitada em relação ao total da despesa

Despesa total empenhada	4.105.606,01	100,00%
Despesa total licitada	1.627.389,64	39,64%

Inciso XXIV, art. 1º, Instruções 2/2007.

Sobredito quadro revela que a Prefeitura não licitou o correspondente a 60,36% de sua despesa total. (fls. 1198 - anexo VI)

Em cumprimento ao determinado no artigo 1° das Instruções 02/2007 desta Egrégia Corte, a origem encaminhou as relações das licitações realizadas no exercício de 2007, que encontram-se encartadas às fls. 1156/1180 e 1183/1196 - anexo VI. Examinadas por amostragem, constatamos a seguinte falha:

- em vários processos licitatórios, a pesquisa de preços foi realizada junto a uma única empresa, o que, em princípio, diminui a confiabilidade do valor básico da licitação e impossibilita que essa auditoria ateste o atendimento ao princípio da economicidade. A título de exemplificação, selecionamos os abaixo:

1)Convite n° 18/2007 (fls. 1199/1199-A - anexo VI)
Objeto: contratação de 600 diárias de serviços de limpeza e

carpinagem.
Pesquisa de preços junto a empresa Neide Clean Limpeza S/C Ltda

2)Convite nº 09/2007 (fls. 1203/1204 - anexo VII)
Objeto: aquisição de massa e emulsão asfáltica para manutenção de logradouros públicos.
Pesquisa de preços junto a empresa Pavimentadora Santo Expedito Ltda

3)Convite nº 41/2007 (fls. 1205/1206 - anexo VII)
Objeto: contratação de empresa especializada em assessoria técnica para orientações sobre adequação do plano diretor.
Pesquisa de preços junto a empresa GEPAM - Gestão Pública, auditoria contábil, assessoria e consultoria em administração municipal S/C Ltda

A Prefeitura Municipal não aderiu à Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), conforme declaração às fls. 1197 - anexo VI. Adotou Pregão.

4.1 - DISPENSAS / INEXIGIBILIDADES.

Verificamos os processos de contratação direta, cuja análise, sob amostragem, não apresentou irregularidades.

5 - CONTRATOS.

A matéria é objeto de exame, de acordo com as Instruções 2/2007 e Instruções 2/2002. A análise, nesta oportunidade, abrangeu as seguintes verificações:

5.1 - CONTRATOS REMETIDOS AO TRIBUNAL.

O exame formal das contratações, efetivadas em 2007 e remetidas a esta Casa, mostra, nesta data, a seguinte posição:

Processos pendentes de apreciação	02
(+) Processos julgados regulares	---
(+) Processos julgados irregulares	---
(=) Total de processos remetidos	02

Neste ponto cabe citar, ainda, a existência do expediente TC-25072/026/07, versando sobre denúncia acerca de supostas irregularidades praticadas pelo Chefe do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Holambra, encaminhada

pelo Excelentíssimo Vereador da Câmara Municipal de Holambra Senhor Iran Daier Brunhani, no que concerne à grande quantidade de anúncios de festividades, divulgados em jornal de circulação local, e em relação à contratação da mesma empresa para o transporte escolar, durante os exercícios de 2005, 2006 e 2007.

Com relação à contratação de anúncios de festividades, a municipalidade declara que não efetivou, no exercício de 2007, contratos com órgãos de imprensa (declaração às fls. 88 daqueles autos).

Ressalte-se que a matéria já foi objeto do expediente TC-26403/026/07, que subsidiou o exame das contas relativas ao exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Holambra (processo TC-3476/026/06). Naquela oportunidade, teve o seu arquivamento determinado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Fúlvio Julião Biazzi, relator das citadas contas, sem recomendação alguma, à origem ou à auditoria, com relação ao tema.

Já no que se refere à contratação da mesma empresa para o transporte escolar nos exercícios de 2005, 2006 e 2007, ressalte-se que, no exercício em exame, foi firmado em 17/01/2007 o contrato 01/2007, com a empresa Cidade das Flores Transportes Ltda., no valor de R$ 967.680,00, decorrente do processo de Concorrência Pública nº 02/2006.

Destaque-se que o processo supracitado foi encaminhado à esta Corte, em virtude do valor contratado, e está sendo analisado no TC-2915/003/07, sob a relatoria do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Renato Martins Costa.

Note-se, por fim, que o assunto (também) foi objeto do expediente TC-26403/026/07, que (também) subsidiou o exame das contas municipais do exercício de 2006 - como já mencionado - e teve o seu arquivamento determinado, novamente sem recomendações por parte do eminente relator daquele processo.

5.2 - CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO*.

A origem encaminhou a relação dos contratos e/ou atos jurídicos análogos (fls. 1207/1226 - anexo VII), nos termos do inciso XXV, artigo 1º das Instruções 2/2007 e, sob tal informação, os ajustes de valor inferior ao limite de remessa foram, sob amostragem, analisados e apresentaram as seguintes irregularidades formais:

1) ausência de prazo determinado para a prestação de serviços e/ou prazo de vigência do contrato, contrariando o inciso IV do artigo 55 e o § 3° do artigo 57, ambos da Lei n° 8666/93.

- Contrato n° 081/2007 (fls. 1227/1230 - anexo VII)
Contratada: Luciano Fernandes Gramas - EPP
Objeto: contratação de 600 diárias de serviços de limpeza e carpinagem para serem realizados nas vias públicas.

2) ausência de especificação da dotação orçamentária a ser utilizada (ou dotação incompleta), descumprindo o inciso V do artigo 55 da Lei 8666/93, que determina que é cláusula necessária a que estabeleça o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da **classificação funcional programática e da categoria econômica.**

Verificamos que essa falha ocorreu em vários contratos examinados, sendo que, a título de exemplificação, selecionamos os abaixo:

- Contrato n° 081/2007 (fls. 1227/1230 - anexo VII)
Contratada: Luciano Fernandes Gramas - EPP
Objeto: contratação de 600 diárias de serviços de limpeza e carpinagem para serem realizados nas vias públicas.

- Contrato n° 103/2007 (fls. 1232/1237 - anexo VII)
Contratada: MB Engenharia e Meio Ambiente Ltda
Objeto: contratação de serviços especializados de coleta, transportes, tratamento e destinação final dos resíduos decorrentes dos serviços de saúde

- Contrato n° 09/2007 (fls. 1239/1242 - anexo VII)
Contratada: Sâmor - Promoções Artísticas S/C Ltda
Objeto: contratação de banda de renome regional para abrilhantar o carnaval holambrense.

- Contrato n° 027/2007 (fls. 1245/1248 - anexo VII)
Contratada: Nutrivit do Brasil Ltda
Objeto: aquisição de gêneros alimentícios estocáveis para merenda nas escolas e creches

- Contrato n° 028/2007 (fls. 1249/1252 - anexo VII)
Contratada: Comercial João Afonso Ltda
Objeto: aquisição de gêneros alimentícios estocáveis para merenda nas escolas e creches

- Contrato n° 029/2007 (fls. 1253/1256 do anexo VII)
Contratada: Supermercado Bonnetto Ltda
Objeto: aquisição de gêneros alimentícios estocáveis para

merenda nas escolas e creches

5.3 - EXECUÇÃO CONTRATUAL.

Das avenças contratuais em execução, verificamos as que seguem:

01	Contrato n.º:	85/2007
	Data:	23/05/2007
	Contratada:	Redchannel Tecnologia Com. e Serv. Ltda
	Valor:	R$ 26.423,00
	Objeto:	16 micro computadores e 11 impressoras
	Execução/Prazo:	15 dias para entrega

02	Contrato n.º:	79/2007
	Data:	14/05/2007
	Contratada:	Central das Bombas Comércio e Serviços ME
	Valor:	R$ 12.585,00
	Objeto:	01 painel com 02 chaves de partida para realização de um recalque de água na estação de tratamento do município
	Execução/ Prazo:	12 meses

03	Contrato (Dispensa) n.º:	05/2007
	Data:	08/03/2007
	Contratada:	A.L. da Silva Martins Comércio-EPP
	Valor:	R$ 173.756,80
	Objeto:	Fornecimento de madeira para uso na construção de um moinho típico holandês.
	Execução/ Prazo:	Imediato (após a solicitação).

04	Contrato n.º:	115/2007
	Data:	29/10/2007
	Contratada:	GUINDASTEC Guindastes e Serviços Técnicos Ltda.
	Valor:	R$ 50.000,00
	Objeto:	Contratação de empresa especializada para serviço de guindaste na obra do moinho típico holandês.
	Execução/ Prazo:	Até o dia 31/12/2007.

Quanto ao cumprimento das cláusulas pactuadas constatamos a regularidade da execução contratual.

5.4 - CONVÊNIO CDHU – EXECUÇÃO.

Conforme declaração de fls. 1257 - anexo VII, a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra não

recebeu recursos da CDHU no exercício de 2007.

6 - ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS.

A Auditoria procedeu à instrução do Acessório-1, TC-2613/126/07, que acompanha estes autos, constatando a boa ordem dos pagamentos.

Entretanto, analisando os demonstrativos e peças contábeis, verificamos a presença de restos a pagar de exercícios anteriores, o que já denota descumprimento da ordem cronológica de pagamentos e afronta ao artigo 5° da Lei Federal n° 8.666/93. (fls. 509 - anexo III - demonstração da dívida flutuante)

7 - PESSOAL.

7.1 - QUADRO DE PESSOAL.

Demonstramos abaixo o quadro de pessoal no encerramento do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Efetivos	641	739	460	544	181	195
Em comissão	110	87	70	78	40	9
Total	751	826	530	622	221	204
Temporários	2006		2007		Em 31.12. 2007	
Nº de contratados	52		50		35	

Quadro de pessoal juntado às fls. 1258/1264 - anexo VII.

7.2 - ADMISSÃO DE PESSOAL.

No exercício fiscalizado foram admitidos servidores, em decorrência de concursos públicos, cujas matérias estão sendo tratadas nos processos n.°s TC-0987/003/05, TC-3141/003/07, TC-2460/003/08, e TC-3351/003/08.

Verificamos também que houve contratação de pessoal por tempo determinado, com realização de processo seletivo. As matérias estão sendo tratadas no processo n.° TC-2459/003/08.

7.3 - REGIME PREVIDENCIÁRIO.

Constatamos a existência de Entidade Previdenciária denominada INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH -, instituída por lei local, sendo que o respectivo balanço insere-se no processo n.° TC 5865/026/07.

No exercício fiscalizado foram concedidas aposentadorias, cuja matéria será tratada no processo n.° TC 2461/003/08.

7.4 - ENCARGOS SOCIAIS.

Os recolhimentos apresentaram a seguinte situação:

INSS: Recolhimentos em ordem.

FGTS: Recolhimentos em ordem.

Previdência Própria do Município: Recolhimentos em ordem.

PASEP: Recolhimentos em ordem.

Há ainda, parcelamentos de débitos do PASEP, os quais vem sendo recolhidos regularmente.

8 - SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS.

Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Diretores Municipais foram todos fixados pela lei municipal n.° 557 de 27 de junho de 2006. Em 14 de março de 2007, a Lei Complementar n° 182 concedeu reajuste de 7% aos servidores da Administração Direta e Indireta, bem como aos inativos e pensionistas (fls. 1265/1268 - anexo VII).

De acordo com os cálculos, não constatamos pagamentos de subsídios a maior. No entanto, verificamos que nas fichas financeiras dos Diretores de Segurança e Trânsito (Sr. Alcir Caetano), de Transporte (Sr. Antônio de Souza) e Financeiro (Sra. Daniela Aparecida Millares) constam pagamentos a título de abono, referente à Lei Complementar n° 130 de 19 de setembro de 2002. Segundo nosso entendimento, tais pagamentos contrariam o artigo 39, § 4° da Constituição Federal, *in verbis:*

9 - TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS.

TESOURARIA

Conforme declaração de fls. 1362 - anexo VII, a prefeitura mantinha em 31/12/2007 suas disponibilidades financeiras depositadas no Banco do Brasil, na Nossa Caixa Nosso Banco e na Caixa Econômica Federal. No entanto, analisando o boletim de caixa de fls. 1363 - anexo VII, verificamos também um saldo de R$ 4.503,26 na conta 45.000200-1 do Banco Banespa, contrariando o artigo 164, § 3° da Constituição Federal, que dispõe que as disponibilidades de caixa dos municípios devem ser depositadas em instituições financeiras oficiais;

A municipalidade informa também que as instituições financeiras existentes no município são: Itaú, Banco do Brasil e Bradesco e que houve celebração de contrato com o Banco Itaú S/A para exploração com exclusividade da folha de pagamentos dos servidores públicos municipais. O referido contrato foi encaminhado a esta Egrégia Corte em 16/01/2008 e tramita pela Casa nos autos do TC-0155/003/08.

Pelos testes efetuados, observamos as seguintes falhas:

- consta no balanço financeiro (fls. 496 - anexo III) a receita de alienação de bens no valor de R$ 6.930,00, valor este que confere com o razão da receita da respectiva conta (fls. 1364 - anexo VII). No entanto, observamos que o valor de R$ 2.310,00 (1ª parcela recebida em 2007), com entrada no caixa da própria Prefeitura no dia 15/01/2007 (fls. 1365 - anexo VII), não consta no boletim de caixa do referido dia e tampouco no dos dias seguintes, o que resulta em distorção do saldo final da respectiva conta. Ademais, as outras parcelas, recebidas em 15/02/2007 e 15/03/2007, somente constam no boletim do dia 21/03/2007 (fls. 1366/1376 - anexo VII);

ALMOXARIFADO

Pelos testes efetuados, constatamos, conforme termo de verificação e documentos juntados às fls. 1377/1399 - anexo VI e 1403/1410 - anexo VIII, as seguintes falhas:

- a origem declarou possuir 04 almoxarifados (central, saúde, merenda e assistência farmacêutica), sendo todos localizados no próprio prédio da prefeitura. No entanto, nos foram

apresentados 06 balancetes (central, saúde, estado, merenda, creche e assistência farmacêutica), sendo que o valor constante no Balanço Patrimonial corresponde somente ao do almoxarifado central (fls. 503 - anexo III, fls. 1378/1399 - anexo VII e fls. 1403/1409 - anexo VIII). Entendemos, s.m.j., que uma vez que permanecem em estoque e compõem o ativo da municipalidade, os valores de todos os almoxarifados devem figurar no Balanço Patrimonial;

- a municipalidade possui em seu pátio um tanque de óleo diesel e outro de gasolina para abastecimento dos veículos de sua frota. Em teste realizado no dia 09/10/2007, constava no controle informatizado de almoxarifado a quantidade de 3.824,82 litros de óleo diesel. No entanto, na medição no tanque, realizada com uma régua própria, foi identificada a quantidade de 3.100,00 litros, resultando em uma diferença de 724,82 litros e demonstrando falha no sistema de controle de combustíveis;

- observamos problemas nas instalações do almoxarifado, uma vez que, conforme o responsável, por falta de espaço, alguns produtos são armazenados em uma espécie de "forro", dificultando o acesso e os testes desta auditoria;

BENS PATRIMONIAIS

Pelos testes efetuados, observamos as seguintes falhas:

- o valor informado no demonstrativo de bens patrimoniais de fls. 1411 - anexo VIII (R$ 6.368.879,14) não confere com o valor constante no Balanço Patrimonial às fls. 503 - anexo III (R$ 9.477.321,39);

- não localização até o término da nossa auditoria *in loco* de um arquivo de aço com 04 gavetas, patrimônio nº 8659, que, conforme controle informatizado de patrimônio, estaria localizado na Policlínica.

10 - LIVROS E REGISTROS.

Pelos testes efetuados, verificamos a boa ordem formal dos livros, tendo constatado, entretanto, pelo que foi relatado nos itens 2.1.3 - Dívida Ativa -, 2.3 - Dos Resultados - e 9 - Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais - destes autos, falhas e inconsistências nos registros contábeis e financeiros.

11 - DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES.

Na análise das contas do exercício de 2007 da Prefeitura Municipal de Holambra verificamos os seguintes expedientes:

- TC-30831/026/08: expediente que versou sobre denúncia de suposta irregularidade relacionada à aplicação dos recursos do FUNDEB em municípios, entre os quais se inclui o da Estância Turística de Holambra. Tal expediente, que serviu de subsídio à esta auditoria e acompanha os autos do processo TC-2613/026/07, foi abordado no item 2.2.1 - Aplicação no Ensino - deste relatório;

- TC-25072/026/07: este expediente se referiu a possíveis irregularidades na Prefeitura de Holambra, no que concerne a grande quantidade de anúncios de festividades, divulgados em jornal de circulação local, e em relação à contratação da mesma empresa para o transporte escolar, durante os exercício de 2005, 2006 e 2007. Foi abordado no item 5.1 - Contratos remetidos ao Tribunal - e acompanha os autos do TC-2613/026/07.

12 - ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. ACESSÓRIO 3 - TC-2613/326/07.

Na fiscalização *in loco*, apuramos o que segue:

Ex.	RCL	Pessoal e Reflexos	% RCL	Inativos	% RCL
2002	12.484.623,34	5.808.059,79	46,52%	2.422,52	0,02%
2003	14.376.319,08	6.441.192,21	44,80%	15.580,29	0,11%
2004	15.635.248,86	7.260.750,25	46,44%	42.729,94	0,27%
2005	17.767.714,99	8.139.528,65	45,81%	83.435,66	0,47%
2006	20.790.026,98	9.498.320,19	45,69%	152.614,18	0,73%
2007	24.748.394,52	10.593.448,21	42,80%	204.181,57	0,83%

O valor de despesa com pessoal informado no Acessório 3 (R$ 10.559.338,57) foi ajustado por essa auditoria, uma vez que no referido demonstrativo não foi considerado o valor pago a título de "salário-família" no valor de R$ 34.109,64 (fls. 1428 e 1436 - anexo VIII)

O Poder Executivo despendeu **42,80%** da Receita Corrente Líquida com seu pessoal ativo e inativo, conformando-se ao limite prudencial de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal (51,30% da R.C.L.).

Na instrução do Acessório 3, foram emitidos os seguintes alertas no exercício de 2007:

- Ofício nº 252/07 de 03/04/2007 (1º bimestre): inconsistências nos dados do disquete, execução orçamentária e regime próprio de previdência;
- Ofício nº 347/07 de 14/06/2007 (2º bimestre): inconsistências nos dados do disquete, execução orçamentária e regime próprio de previdência;
- Ofício nº 559/2007 de 09/08/2007 (3º bimestre): inconsistências nos dados do disquete e execução orçamentária;
- Ofício nº 678/2007 de 15/10/2007 (4º bimestre): execução orçamentária;
- Ofício nº 754/2007 de 28/11/2007 (5º bimestre): execução orçamentária e restos a pagar.

12.1 - RESULTADOS FISCAIS.

Receita Corrente Líquida	24.748.394,52		
	Valor	**Situação**	**% RCL**
Resultado Primário	2.467.392,54	Superávit	9,97%
Resultado Nominal	-	Diminuição da Dív. Fiscal Líquida	
Resultado Bruto da Exec. Orçamentária	747.673,62	Superávit	3,19%

O valor do resultado primário informado no acessório 3 foi ajustado por essa auditoria, uma vez que no referido acessório não foi deduzido das receitas fiscais o valor de R$ 6.930,00, referente à receita com alienação de ativos.

(docs. às fls. 1419 - anexo VIII)

Alienação de ativos	**Valor R$**
Receitas de alienação	6.930,00
Despesa de capital	22.414,50
Resultado	**(15.484,50)**

Obs: Em 2007 houve receita com aplicação financeira da conta de alienação de bens, no valor de R$ 1.224,44.

Em nossa auditoria "in loco", atestamos a pertinência das despesas empenhadas com as receitas de alienação de ativos, conforme fls. 1442/1448 - anexo VIII.

Endividamento	2006	A.V./RCL	2007	A.H	A.V./RCL
Rec. Cor. Líquida	20.790.026,98		24.748.394,52	19,04%	
Restos a Pagar	339.389,79	1,63%	122.275,72	-63,97%	0,49%
Dispon. financeiras	1.586.236,06		2.054.072,25	29,49%	
Conc. de garantias					
ARO					
Oper. de crédito					

Obs: Deixamos de considerar as disponibilidades do Instituto de Previdência, tendo em vista que as mesmas são consideradas recursos vinculados.

Em 31/12/2007, o município de Holambra não possuía **Dívida Consolidada Líquida,** uma vez que as disponibilidades (R$ 1.988.119,51, já desconsideradas as do Instituto de Previdência e os restos a pagar processados) eram suficientes para suportar a dívida consolidada (R$ 1.814.713,96).

Observou o art. 12, § 2°, L.R.F.	Sim
Observou o art. 33, § 3°, da L.R.F.	Sim
Observou o art. 37 da L.R.F.	Sim

13 - TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA.

Realização de audiências públicas para debater as metas fiscais: artigo 9°, § 4°, L.R.F.	Sim
Realização de audiências públicas para debater o PPA, LDO e LOA: artigo 48, parágrafo único, L.R.F.	Sim
Contas disponíveis à população em geral, ao longo do exercício - artigo 49, L.R.F.	Sim
Divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA, LDO, LOA, balanços de exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas, relatório de gestão fiscal e relatório resumido da execução orçamentária - artigo 48, *caput*, L.R.F..	Sim
Publicação ou divulgação do Relatório de Gestão Fiscal: artigo 55, § 2°, e artigo 63, II, "b", da L.R.F.	Sim
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária: artigo 52 da L.R.F.	Sim
Cumprimento ao art. 112, L.F. 4.320/64 e art. 51, § 1°, I, L.R.F.	Sim
Divulgação dos tributos arrecadados: artigo 162, C.F.	Sim
Publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação: artigo 256, C.E.	Sim
Realização de audiências públicas trimestrais da Saúde: artigo 12, Lei Federal n. 8.689/93.	Sim
Publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos: artigo 39, § 6°, da C.F.	Sim

(docs. arquivados em PPT)

14 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL.

Verificamos o não encaminhamento pela municipalidade do "Cadastro Eletrônico de Obras em Execução" referente ao 1° e 2° semestres de 2007, descumprindo o artigo 21 das Instruções n° 02/2002 desta Egrégia Corte.

Tendo em mira os 2 (dois) últimos exercícios apreciados, verificamos que, em 2007, assim se mostrou o atendimento às Recomendações desta Corte:

Pareceres dos exercícios de:	2005	2006
Recomendação	Atendida: Sim / Não	Atendida: Sim / Não
1) Aperfeiçoamento das peças orçamentárias		Sim (1) (parcial)
2) Adoção de medidas eficazes para o recebimento da dívida ativa		Não (2)
3) Fiel observância à Lei n° 8666/93	Não (3)	Não (3)
4) Concurso/Seleção pública para a contratação de médicos e, na sua impossibilidade, autuação de processo administrativo com as justificativas pertinentes		Sim
5) Atendimento às instruções do TCESP		Não (4)

(1) No exercício de 2006, a LDO previa uma margem de 35% para abertura de créditos suplementares. Em 2007, essa margem diminuiu para 15%, no entanto, ainda bem superior à taxa esperada de inflação.

(2) Conforme item 2.1.3, o índice de recuperação dos créditos da dívida ativa em 2007 foi ainda menor do que em 2006.

(3) Verificamos que no exercício de 2007 voltaram a ocorrer falhas nos itens "licitações" e "contratos", em confronto com a Lei n°8666/93.

(4) Como já apontado, a municipalidade voltou a descumprir o artigo 21 das instruções 02/2002, deixando de encaminhar a este Corte o "Cadastro Eletrônico de Obras em Execução"

15 - SÍNTESE DO APURADO EM 2007.

Apresentamos abaixo os principais índices e ocorrências decorrentes dos ajustes e registros nos respectivos itens deste Relatório:

Itens		Exercício	2007
Aplicação no Ensino Fundamental e na Educação Infantil		%	23,35%
Aplicação do FUNDEB com do profissionais do Magistério (*60%*)		%	60,92%
Aplicação de todo FUNDEB recebido no exercício?			SIM
Aplicação na Saúde		%	22,68%
Resultado da execução orçamentária	R$ 747.673,62	%	3,19%
Déficit orçamentário com amparo em superávit financeiro do exercício anterior?			NÃO
Resultado da execução orçamentária s/ fundo previdenciário %	R$ 747.673,62		3,19%
Taxa de investimento (*investimentos* + *inversões financeiras* ÷ *RCL*)		%	15,37%
Desatendimento aos dois quadrimestres de recondução da despesa de Pessoal?			NÃO
Regularidade nos recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência?			SIM
Atendimento à posição jurisprudencial desta Corte quanto aos precatórios judiciais?			SIM

16 - PARECERES DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.

Exercício	Número do Processo	Parecer
2006	3476/026/06	favorável [4]
2005	3024/026/05	favorável [5]
2004	2016/026/04	desfavorável [6]
2004	2016/026/04 (Reexame)	Provimento Negado [7]

17 - CONCLUSÃO.

Observada a instrução processual aplicável ao Parecer Prévio aludido no artigo 24 da Lei Complementar n.º 709/93, a Auditoria, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes falhas:

ITEM 1 - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FÍSICA:

- autorização na LOA para abertura de créditos suplementares em percentual superior à estimativa de inflação;

- ausência, no anexo de metas e prioridades da LDO, de previsão programática específica para as políticas de pessoal que aumentam a despesa pública.

ITEM 2.1.2 - RENÚNCIA DE RECEITAS:

- não apresentação da estimativa a que alude o *caput* do

[4] Cópia do Parecer às fls. 1449/1470 - Anexo VIII.
[5] Cópia do Parecer às fls. 1471/1478 - Anexo VIII.
[6] Cópia do Parecer às fls. 1479/1494 - Anexo VIII.
[7] Cópia do Parecer às fls. 1495/1508 - Anexo VIII.

artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101/00;

ITEM 2.1.3 - DÍVIDA ATIVA:

- recebimentos desta natureza que representaram, em relação ao saldo existente em 31/12/2006, somente o percentual de 13,13%;

- não constituição de provisão para perdas prováveis com créditos inscritos na Dívida Ativa o que, a princípio, infringe ao disposto no Manual de Procedimentos da Dívida Ativa - aprovado pela Portaria STN nº 564/2004 - em seus itens 7.3 e 10.2, bem como afronta ao disposto no artigo 10, da Resolução CFC nº 750/93 (que trata do Princípio Contábil da Prudência);

- não reenquadramento da dívida ativa de longo prazo para dívida ativa de curto prazo indicando, a princípio, o descumprimento ao disposto no item 8.4 do Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN nº 564/2004;

ITEM 2.2.1 - APLICAÇÃO NO ENSINO:

- o Município não deu cumprimento ao art. 212 da Constituição (*25% na educação infantil e no ensino fundamental)*, tendo atingido a aplicação percentual final no ensino de 23,35% das receitas de impostos e transferências de impostos;

- despesas realizadas no exercício de 2007, e impugnadas por esta fiscalização, no montante de R$ 913.720,75, na forma a seguir discriminada: valor empenhado da receita adicional do salário-educação (R$ 491.388,97); valor empenhado da receita adicional de auxílios e subvenções do Estado e da União (R$ 129.847,73); rendimentos das contas bancárias da educação (R$ 10.388,39); e demais despesas não amparadas pelo artigo 70 da LDB (R$ 282.095,66);

- glosa da quantia de R$ 27.226,70, pertinentes a gastos com vale-transporte, incluídos como despesas com pessoal do magistério (60%), com consequente inclusão nos demais gastos com recursos do referido fundo (40%);

ITEM 2.2.2 - DESPESAS COM SAÚDE:

- inclusão de despesas com coleta, transporte e tratamento resíduos (lixo) na aplicação da saúde;

- ausência de cronograma físico-financeiro e metas quantitativas em termos de valores e prazos no Plano Municipal de Saúde;

ITEM 2.2.5 - OUTRAS DESPESAS:

- Os autos de adiantamentos selecionados não se encontravam numerados, os documentos fiscais encartados continham apenas descrições genéricas para as despesas realizadas, e os relatórios de despesas, embora contivessem nomes e assinaturas, não apresentaram a identificação de cargo e/ou função daquelas pessoas que os assinaram, impossibilitando a aferição da legitimidade do gasto governamental, nas despesas em questão, na forma do disposto no artigo 70 da Constituição Federal.

ITEM 2.3.1.1 - INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO:

- o balanço patrimonial do exercício de 2007 apresenta o resultado financeiro de R$ 1.933.019,00. A diferença entre este e o resultado apontado no quadro do item do relatório (R$ 1.957.171,28) remonta a R$ 24.152,28, e se configura em uma inconsistência contábil.

ITEM 2.3.2.1 - CONSISTÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS ECONÔMICO E PATRIMONIAL:

- restou configurada, a princípio, a falta de consistência contábil entre os sistemas econômico e patrimonial da Prefeitura Municipal de Holambra, no exercício de 2007.

ITEM 4 - LICITAÇÕES:

- pesquisa de preços junto a uma única empresa;

ITEM 5.2 - CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO*:

- ausência de prazo para a prestação de serviços e/ou prazo de vigência do contrato;

- ausência da dotação orçamentária ou dotação incompleta;

ITEM 6 – ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS:

- quebra da ordem cronológica, tendo em vista a presença de restos a pagar;

ITEM 8 – SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS:

- pagamento de abono pecuniário a diretores municipais;

ITEM 9 – TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS:

TESOURARIA

- disponibilidades financeiras em Banco não-oficial (Banespa);
- ausência no boletim de caixa de receita realizada à conta de alienação de bens, causando distorção no saldo final da referida conta;

ALMOXARIFADO

- diferença entre os valores constantes dos balancetes dos almoxarifados e o constante no Balanço Patrimonial;
- diferença entre a quantidade de óleo diesel presente no tanque existente no pátio da prefeitura e o constante no controle informatizado;
- produtos armazenados em local de difícil acesso, por falta de espaço;

BENS PATRIMONIAIS

- diferença entre o valor informado pelo setor responsável e o constante no Balanço Patrimonial;
- não localização de um arquivo de aço com 04 gavetas;

ITEM 10 – LIVROS E REGISTROS:

- falhas e inconsistências nos registros contábeis e financeiros.

ITEM 12 - ATENDIMENTO À LRF:

- divergência na apuração do gasto de pessoal e resultado primário;

À consideração de Vossa Senhoria.

DF-2, em 19 de Novembro de 2008.

Cássia Imatomi Schmidt
Agente da Fiscalização Financeira

Cristiano Santiago dos Santos
Agente da Fiscalização Financeira

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS – UR.3
Av. Dr. Carlos Grimaldi, 880 – Jd. Conceição
CEP 13091-000 – Campinas – SP
Tel.: 19 3207 2333 – Fax: 19 3207 4778
E-mail: ur03@tce.sp.gov.br

PROCESSO:	TC - 2.613/026/07
PREFEITURA:	Holambra
ASSUNTO:	Contas municipais
EXERCÍCIO:	2.007
RESPONSÁVEL:	Celso Capato Período: de 01.01 a 31.12.2007
RELATOR:	Dr. Antonio Roque Citadini
INSTRUÇÃO:	UR.3 - DSF-II

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

Tratam os presentes autos das contas relativas ao exercício de 2.007, da ***PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA***, cujo relatório de inspeção "in loco" encontra-se às fls. 16/52. As constatações da Auditoria encontram-se resumidas no item 'Conclusão'.

Isto posto, submetemos o processo à elevada apreciação de Vossa Excelência, acompanhado de 08 (oito) anexos, dos expedientes TC-25.072/026/07 e TC-30.831/026/08, bem como dos Acessórios: TC-2.613/126/07 (Acessório 1 - Ordem Cronológica de Pagamentos), TC-2.613/226/07 (Acessório 2 - Aplicação no Ensino) e TC-2.613/326/07 (Acessório 3 - LRF).

Propomos, finalmente, que o responsável pelas contas seja autorizado a retirar cópia do Relatório de Auditoria do processo principal e dos Acessórios mencionados nesta Unidade Regional.

UR.3-Campinas, 03 de dezembro de 2.008.

Otávio de Oliveira Azevedo
Diretor Técnico de Divisão
Unidade Regional de Campinas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho do Conselheiro Relator
Antonio Roque Citadini

Processo: TC-2613/026/2007
Interessada: Prefeitura Municipal de Holambra
Responsável: Sr. Celso Capato (Prefeito)
Assunto: Contas do exercício de 2007

Vistos.

Tratam os autos do processo em epígrafe da prestação de contas da administração financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Holambra, relativas ao exercício de 2007.

Em face do apurado pelos Agentes da Fiscalização Financeira da 2ª Diretoria de Fiscalização – DF-2.; e

Considerando o que dispõem o artigo 29, da Lei Complementar nº 709/93 e o artigo 192 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas, **assino**, ao responsável pela presente prestação de contas, o prazo de 15 (quinze) dias para que tome conhecimento do relatório de auditoria, e apresente as alegações que forem de seu interesse.

Autorizo a retirada de cópias do relatório, as quais deverão ser obtidas junto à DF-2.

Ao Cartório, para publicar.

GCARC, 15 de dezembro de 2008.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO

Alp

Publicado no DOE de 18.12.08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS – UR.3
Av. Dr. Carlos Grimaldi, 880 – Jd. Conceição
CEP 13091-000 – Campinas – SP
Tel.: 19 3207 2333 – Fax: 19 3207 4778
E-mail: ur03@tce.sp.gov.br

PUBL. D.O.E. 18/12/08 **PÁG.** 27 **CONS.** A.R.C

Proc: TC-2613/026/2007.

Interessada: Prefeitura Municipal de Holambra. Responsável: Sr. Celso Capato (Prefeito). Assunto: Contas do exercício de 2007.

Vistos.

Tratam os autos do processo em epígrafe da prestação de contas da administração financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Holambra, relativas ao exercício de 2007.

Em face do apurado pelos Agentes da Fiscalização Financeira da 2ª Diretoria de Fiscalização – DF-2.; e

Considerando o que dispõem o artigo 29, da Lei Complementar nº 709/93 e o artigo 192 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas, assino, ao responsável pela presente prestação de contas, o prazo de 15 (quinze) dias para que tome conhecimento do relatório de auditoria, e apresente as alegações que forem de seu interesse.

Autorizo a retirada de cópias do relatório, as quais deverão ser obtidas junto à DF-2.

Publique-se.

RECIBO DE ENTREGA DE RELATÓRIO

Recebi, nesta data, cópia do Relatório de Auditoria acima especificado, conforme notificação publicada no Diário Oficial do Estado supramencionado.

Responsável notificado: CELSO CAPATO

Assinatura: _____ **Data**: 09/01/2009

Nome: CELSO CAPATO

Visto do funcionário responsável pela entrega do Relatório: _____

Obs.:
1ª via – Cartório/Gabinete para juntada ao processo.
Cópia – Arquivar no paralelo correspondente.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 58
Proc.

CARTÓRIO ANTONIO ROQUE CITADINI

EXPEDIENTE: 106/003/09

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, procedi a juntada de fls. 55/57.
Cartório ARC, 2 de fevereiro de 2009.

Marcos Issamu Kazihara
Assistente Técnico de Gabinete I

Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Exmo. Conselheiro Dr. Antonio Roque Citadini.

Daicy Lucide Batista
Responsável pelo Cartório

Holambra SP. 08 de Janeiro de 2009.

Exmo Senhor

Conselheiro do Tribunal de Contas de SP.

Dr.Antonio Roque Citadini.

Ref:- Contas do exercício de 2007 TC-2613/026/2007
Prefeitura Municipal de Holambra SP.
Responsável :- Celso Capato Ex Prefeito.

Venho através deste solicitar a V.Excia a prorrogação do prazo por mais 30 dias para que possamos apresentar nossas justificativas aos apontamentos referentes as contas do ano de 2007 do Município de Holambra SP.

Certos de podermos ser atendidos aproveitamos para reiterar os nossos protestos de grande estima e consideração.

Atenciosamente.

Celso Capato

Ex Prefeito de Holambra SP.

RG- 10.947.614-1

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
DOCUMENTAÇÃO
FOLHA
2009
DIRETORIA-SUBSTITUTA
1003/09

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Unidade Regional de Campinas UR-3

Fl.nº 56

Proc. _____

EXPEDIENTE: **TC-0106/003/09 (Ref. TC-2613/026/07)**

INTERESSADO: **CELSO CAPATO**

MENCIONADO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA**

ASSUNTO: **PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

De ordem do Senhor Diretor Técnico de Divisão – UR.3, encaminho o presente expediente ao **cartório Dr. Antonio Roque Citadini**, para fins de **juntar.**

UR.3 - Campinas, 9 de Janeiro de 2009.

Chan Hoi Yuen
Auxiliar de Fiscalização Financeira
Unidade Regional de Campinas – UR.3

60

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO
ANTONIO ROQUE CITADINI

REQUISIÇÃO DE CÓPIAS

Processo: TC nº 2613/026/07 Data: _____

Interessado ☒ Procurador ☐ Subestabelecido ☐ Autorizado ☐

Nome: Ana Paula M. Ramos

Documento: ☒ OAB nº 248.026 ☐ RG nº _____ ☐ Funcional nº _____

Telefone: (0XX 19) 3802.8000

Procuração/Autorização: No ato ☒ fls. nº _____ Volume _____

Substabelecimento: No ato ☐ fls. nº _____ Volume _____

Assinatura: _____

Cópia de Páginas		
Vol		1 até 59
Vol		
Vol		
Vol		
Vol		
Vol		

Obs.: Relacionar em ordem crescente os números de páginas, especificando os volumes.

Quantidade de cópias: _____ Valor em R$ = _____

Justificação do Pedido

As custas deverão ser recolhidas no Banco Nossa Caixa S/A. O Código da receita é nº 2111-3. ***Obs.:*** *As cópias não retiradas no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data fixada, serão inutilizadas.*

Atendido pelo funcionário: _____

Tem atrás

61

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE S. PAULO
26 FEV 14 40 008876 /026 2009
PROTOCOLO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP
DR. ANTONIO ROQUE CITADINI

TC nº 2613/026/07
Interessada: Prefeitura Municipal da Est. Tur. de Holambra – SP
Objeto: Contas do exercício de 2007
Responsável: Celso Capato

CELSO CAPATO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 10.947.614 SSP/SP e do CPF/MF nº 029.456.798-41, por sua Procuradora infra-assinada, em vista do inteiro teor do r. despacho publicado no D.O.E. de 18/12/2008, que apontou irregularidades na prestação de contas do exercício de 2007, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar suas **JUSTIFICATIVAS**, nos termos do que preceitua o **artigo 30, inciso II da Lei Complementar n.º 709/93**, expondo e requerendo o seguinte:

I – CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES.

E. Tribunal.
Insigne Conselheiro,

Em face dos apontamentos realizados pelo Agente Fiscalizador, resultaram falhas formais que não comprometeram a execução orçamentária e financeira do Município de Holambra, correspondente ao exercício de 2007, do qual apresentamos nossas justificativas, que podem perfeitamente ser acatadas, por essa E. Corte, não devendo prosperar os argumentos relatados do exercício em comento.

Inicialmente, cumpre salientar que, ao contrário do que constou do r. relatório da Auditoria, pode-se afirmar a boa gestão do administrador, que aplicou regularmente **no ensino 25,03 % da receita de impostos e transferências na manutenção do ensino, conforme dispõe o art. 212 da CF/88**. Na valorização do magistério aplicamos o percentual de **60,92% como dispõe o art. 7º. da Lei Federal 9.424/94.** Na Saúde, aplicou **22,66%; as transferências à Câmara Municipal foram realizadas nos termos do que determina o § 2º do art. 29-a da Constituição Federal**; os encargos sociais estão com recolhimentos em ordem; realizou gastos de pessoal na ordem de **42,80% da RCL, cumprindo desta forma o mandamento do art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Os atos que visam dar transparência na gestão pública foram cumpridos, conforme art.9º., § 4º., art. 48; 51; § 1º, inci. I da LC 101/00;

Apresentou **superávit orçamentário de 3,19%,** inexistindo qualquer ato capaz de causar lesão ao erário ou mesmo locupletamento ilícito pelos responsáveis.

Não renunciamos à arrecadação dos tributos de nossa competência, conforme mandamento do art. 11 da L.R.F.

Entendemos que nossas contas anuais, correspondentes ao exercício de 2007, se encontram em condições de receber parecer favorável por parte dessa Colenda Casa de Contas, sendo que as irregularidades apontadas pela auditoria, são de natureza meramente formal, não influenciando no resultado das contas municipais no exercício em comento, o que se demonstrará em seqüência, pois, assim estará essa E. Corte agindo de forma eficaz e produtiva em relação a essa Administração Municipal.

Para esclarecimento dos itens, preambularmente, cumpre destacar os apontamentos referentes aos percentuais de EDUCAÇÃO, os quais são imprescindíveis para análise desta E. Corte, sanando qualquer dúvida quanto a aplicação regular e constitucional, para posteriormente seguirmos a ordem apresentada no parecer desta E. Corte. Senão vejamos:

I – CONCLUSÃO:

ITEM 1. Planejamento e EXECUÇÃO FÍSICA

- *Autorização na LOA para abertura de créditos suplementares em percentual superior à estimativa da inflação;*
- *Ausência, no anexo de metas e prioridades da LDA, de previsão programática específica para as políticas de pessoal que aumentam a despesa pública.*

ITEM 2 .1.1 – RENÚNCIA DE RECEITAS

- *Não apresentação da estimativa a que alude o caput do artigo 14 da Lei Complementar Federal n. 101/00.*

2. .1.3 - Dívida Ativa

- *Recebimento desta natureza que representaram, em relação ao saldo existente em 21/12/2006, somente o percentual de 13,13%*
- *Não constituição de provisão para perdas prováveis com créditos inscritos na Dívida Ativa o que, a princípio, infringe ao disposto no Manual de Procedimentos da Dívida Ativa – aprovado pela Portaria STN n. 564/2004 – em seus itens 7.3 e 10.2, bem como afronta ao disposto no artigo 10 da Resolução CFC n. 705/93 (que trata do Princípio Contábil da Prudência);*

- *Não reenquadramento da dívida ativa de longo prazo para dívida ativa de curto prazo indicando, a princípio, o descumprimento ao disposto no item 8.4 do Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN nº 564/2004;*

2.2.1 – Aplicação no Ensino

- *O município não deu cumprimento ao art. 212 da Constituição (25,00% na educação infantil e no ensino fundamental), tendo atingido a aplicação percentual final no ensino de 23,35% das receitas de impostos e transferência de impostos;*
- *Despesas realizadas no exercício de 2007, e impugnadas por esta fiscalização, no montante de R$ 913.720,75 na forma a seguir discriminada: valor empenhado da receita adicional do salário-educação (R4 491.388,97); valor empenhado da receita adicional de auxílios e subvenções do Estado e da União (129.847,73); rendimentos das contas bancárias da educação (R$ 10.388,39); e demais despesas não amparadas pelo artigo 70 da LDB (282,095,66).*
- *Glosa da quantia de R$ 27.226,70, pertinentes a gastos com vale-transporte, incluídos como despesas com pessoal do magistério (60%)com conseqüente inclusão nos demais gastos com recursos do referido fundo (40%);*

2.2.2 – Despesas com Saúde

- *Inclusão de despesas com coleta, transporte e tratamento resíduos (lixo) na aplicação da saúde;*
- *Ausência de cronograma físico- financeiro e metas quantitativas em termos de valores e prazo no Plano Municipal de Saúde;*

2.2.5 .OUTRAS DESPESAS

- *Os autos de adiantamentos selecionados não se encontravam numerados, os documentos fiscais encartados continham apenas descrições genéricas para as despesas realizadas, e os relatórios de despesas, embora contivessem nomes e assinaturas,k não apresentaram a identificação de cargo e ou função daquelas pessoas que os assinaram, impossibilitando a aferição da legitimidade do gasto governamental, nas despesas em questão, na forma do disposto no artigo 70 da Constituição Federal.*

Item 2.3.1.1 – INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESUTLADO FINANCEIRO

O balanço patrimonial do exercício de 2007 apresenta o resultado financeiro de R$ 1.933.019,00. A diferença estre este e o resultado apontado no quadro do item do relatório (1.957.171,28) remonta a R$ 24.152,28 e se configura em um inconsistência contábil.

ITEM 2.3.2.1. – CONSISTÊNCIAS ENTRE OS SITEMAS ECONÔMICOS E PARIMONIAL.

Restou configurada, a princípio, a falta de consistência contábil entre os sistemas econômico e patrimonial da Prefeitura Municipal de Holambra, no exercício de 2007

4. Licitações

- *Pesquisa de preços junto a uma única empresa;*

5. Contratos

5.2 – Contratos examinados in loco

Ausência de prazo para a prestação de serviços e/ou prazo de vigência do contrato;

Ausência da dotação orçamentária ou dotação incompleta;

6. – Ordem cronológica de pagamentos

- *Quebra da ordem cronológica de pagamentos tendo em vista a presença de restos a pagar*

8 – SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

- *Pagamentos de abono pecuniário a diretores municipais.*

9.- Tesouraria, almoxarifado e bens patrimoniais

TESOURARIA

- *Disponibilidades financeiras em banco não oficial (Banespa);*
- *Ausência de Boletim de caixa de receita realizada à conta de alienação de bens, causando distorção no saldo final de da referida conta;*

ALMOXARIFADO

- *Diferença entre os valores constantes dos balancetes dos almoxarifados e o constante no Balanço Patrimonial;*
- *Diferença entre a quantidade de óleo diesel presente no tanque existente no pátio da prefeitura e o constante no controle informatizado;*
- *Produtos armazenados em local de difícil acesso, por falta de espaço;*

BENS PATRIMONIAIS

- *Diferença entre o valor informado pelo setor responsável e o constante no balaço Patrimonial;*
- *Não localização de um arquivo de aço com 04 gavetas;*

Na verdade, o índice de aplicação efetivado para o exercício, não considerando tal glosa é **de 25,03%**

Como cediço em 2006, restou apontado no relatório da r. auditoria daquelas contas - **TC n º 3476/026/06, que a alimentação infantil <u>não pode ser incluída no cômputo da despesa,</u>** o que *data vênia* também entendemos que improcede.

Em julgamento das contas, entendeu o Exmo. Conselheiro Relator Dr. Fúlvio Julião Biazzi, que tal despesa se havida de maneira parcimoniosa, poderia ser considerada.

Tal decisão, aliás, vem escorada no brilhante parecer Técnico do Secretário – Diretor Geral do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que assim se manifestou (fls. 197 do processo 3476/0267/06):

> *Tendo em mira que a polêmica dá-se em torno da alimentação infantil na despesa obrigatória do ensino, cabe antes lembrar que, para a LDB (art. 71, IV) , os programas suplementares de alimentação não podem onerar os 25% de impostos; nem os 40% do FUNDEB, vale dizer, a parcela desse fundo não vinculada _a remuneração de profissionais do magistério.*
> *Não há norma legal dizendo o que venha a ser programa suplementar de alimentação. Escorado no bom senso, entendo tratar-se de reforço à alimentação fornecida pelas famílias, visando,*

claro, o melhor aproveitamento do aluno em sala de aula.

Nesse cenário, penso que alimentação em creches e pré-escolas não se tipifica como programa suplementar, ampliativo, adicional da alimentação familiar, quero com isso dizer, considerando que o desenvolvimento físico da criança é, por força legal, uma das essenciais da educação infantil. (art. 29.LDB) e, que , via de regra, as crianças submetem-se a período integral naqueles estabelecimentos, à vista dessas razões, o gasto em debate nada têm de suplementar, podendo qualificar-se tal qual alimentação básica, essencial, elementar, pedagógica, de crianças que freqüentam creches e pré-escola.

À guisa de exemplificar, não se pode dizer que o leite para bebês de creches tenha algo a ver com suplemento alimentar; o crescimento físico dessa pessoa é objetivo básico a orientar a pedagogia da educação infantil.

Diferente, a merendado ensino fundamental e, sim complemento à alimentação do alunado, conquanto os respectivos estabelecimentos, no mais das vezes, não oferecem período integral, sendo que aquele nível de aprendizado move-se por escopos diversos do desenvolvimento física de crianças, mas, sim, pelos ditos do art. 32 da LDB..."

Em suma, à vista dos objetivos, por nível de ensino, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, penso que a alimentação infantil

> *não tem a marca do suplemento do conceito de merenda, mas, frente à natureza que a LDB vincula à educação infantil, é sim, elemento básico, essencial, pedagógico para os que freqüentam creches e pré escolas.*

Como se vê o mandamento contido no art. 71, inciso IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96) as despesas de alimentação infantil, não devem estar sujeitas à composição do percentual de aplicação, àquelas realizadas com a alimentação suplementar, conforme transcrevemos:

> Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
>
> IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social;
> **(grifo nosso)**

Portanto, a merenda oferecida nas creches , principalmente de Holambra que a criança é atendida em peridodo integral é alimentação básica, visto não complementar a alimentação dos alunos, face sua natureza e condição, como bem explicitado no parecer.

Cumpre salientar ainda que o percentual havido com **alimentação infantil se encontra** dentro dos princípios de razoabilidade, representando em relação aos impostos arrecadados em **2007 o total de 1,68%.**

Por esta razão, pleiteamos que o valor total da despesa - R$ 272.719,16 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e dezenove reais e dezesseis centavos) seja integralmente devolvido ao cálculo do percentual, pois, não pode um equívoco prosperar maculando nossas contas do exercício.

Demonstra-se a seguir nossa aplicação na área da educação:

Total das Receitas de Impostos e Transferências	R$16.177.206,14	-
Total da aplicação considerado pela auditoria **(1)**	R$ 3.776.887,33	23,35%
Inclusões pleiteadas		
Despesas com alimentação do ensino infantil **(2)**	R$ 272.719,16	
Total das despesas com inclusão pleiteada	**R$ 272.719,16**	
Total geral da aplicação no Ensino(1+2)	**R$4.049.606,49**	**25,03%**

Por derradeiro, consigne-se ainda que o assunto em pauta foi bastante polêmico em 2008, não havendo ainda uma decisão unânime deste E. Tribunal, nesse sentido. Somente em julho de 2008, decidiu-se então em julgamento das contas do gestor de Holambra, considerar a despesa com alimentação infantil no computo do percentual de 25% de que trata o artigo 212 da CF.

Portanto, pedimos a reconsideração deste E. Tribunal quanto ao apontamento a fim de dar por regular o gasto bem como o percentual constitucional, considerando-o como sendo 25,03%.

No que tange as demais glosas, acataremos a anotação como recomendação para que não ocorra em anos posteriores.

1. 1 Planejamento EXECUÇÃO FISICA

Autorização na LOA para abertura de créditos suplementares em percentual superior à estimativa da inflação;

A questão da abertura dos créditos adicionais é tratada pela Lei Federal n° 4.320/64 em seu título V. O artigo 40, do citado título, traz que os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

O artigo 41, também do citado Título, nos ensina que os créditos adicionais estão divididos em: suplementares, especiais e extraordinários. Também o artigo 42 do mesmo Título preceitua que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por Lei e abertos por Decreto Executivo.

Na Constituição Federal de 1.988, a questão dos orçamentos é trazida na Seção II, do Capítulo II, que trata das finanças públicas, sendo que o § 8º, do artigo 165, assim preceitua:

> Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
> (...)
> § 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Logo se vê que nenhum dos dispositivos legais citados ou existentes, **traz qualquer fixação de percentual que limite a abertura dos créditos adicionais a inflação. Conseqüentemente não pode a auditoria inferir que este limite deve ser o da inflação do período, visto que este não é o mandamento legal, até mesmo porque onde a Constituição não fala não cabe ao intérprete fazê-lo.**

Anote-se que a matéria foi analisada, votada e aprovada pelo Legislativo local.

Desta forma, pleiteamos a desconsideração de tal apontamento, pois, não houve qualquer desrespeito ao mandamento legal.

Ausência, no anexo de metas e prioridades da LDO, de previsão programática específica para as políticas de pessoal que aumentam a despesa pública.

No que concerne a falta de previsão programática específica para as políticas de pessoal, conforme demonstrado no relatório deste E. Tribunal, trata-se de mero erro formal, pelo que providenciaremos quando da elaboração da elaboração da LDO para o exercício financeiro seguinte.

Ademais, não obstante a falta de tal previsão, não poderia tomar a norma legal ora imposta, como dissociada de seus fins, qual seja a preservação do erário público, ante um possível aumento das despesas públicas, por ocasião de um eventual aumento de gasto com pessoal, haja vista que, ainda que "formalmente" não tenha a Municipalidade realizado o ato que ora se questiona, não deixou de verificar, conforme preceitua o artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite de gasto com pessoal ao final de cada quadrimestre, quando da expedição de seu Relatório de Gestão Fiscal.

Considere-se ainda esta casa de contas, que nossa Lei Orçamentária, peça hábil à previsão de receita e fixação de despesa, detalhou todas as ações até seu nível de elemento de despesa, inclusive para aquelas referente às políticas implementadas a nível de pessoal, pelo que a falta de previsão programática específica na LDO torna-se mera falha pontual, não tendo o condão de macular nossas contas, o que frise-se, sanamos no exercício seguinte.

ITEM 2 .1.1 – RENÚNCIA DE RECEITAS

Não apresentação da estimativa a que alude o caput do artigo 14 da Lei Complementar Federal n. 101/00.

Data máxima vênia, o parecer da r. auditoria nesse ponto encontra-se inteiramente equivocado e dista da realidade encontrada no Município.

Como se pode conferir de todos os exercícios anteriores, durante toda a gestão do ex-prefeito de Holambra, dos mandatos de 2001/2004 e 2005 a 2008, jamais houve qualquer renúncia de receita ou apontamento nesse sentido.

Isso porque, inexiste qualquer incentivo, anistia, remissão de créditos ou similares que tenha sido deferido no período de seu mandato, razão pelo qual não há que se falar em cumprimento do artigo 14 da Lei Complementar Federal n.101/00.

A declaração de fls. 663, aliás, é a mesma que vem sendo prestada desde 2001, sendo certo que se trata de isenções de impostos que **não importam reflexos** no orçamento, pois que deferidos antes da lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, derivadas de leis anteriores a promulgação da lei complementar, já consideradas no orçamento desde 1999, como é o caso dos aposentados de Holambra, que possuem um único imóvel.

Portanto não há que se falar em aplicação ao artigo 14 da Lei Complementar Federal 101/00 no caso em exame, posição essa já sedimentada por essa E. Corte já que tais benefícios não causam

impacto no orçamento, já que pré-existentes a própria norma legal, não se tipificando como renúncia.

Salientamos mais uma vez que durante o exercício em exame não foram concedidos novas isenções, anistias, ou qualquer benefícios.

Pedimos, pois, desconsideração do apontamento.

2. .1.3 - Dívida Ativa

Recebimento desta natureza que representaram, em relação ao saldo existente em 21/12/2006, somente o percentual de 13,13%

Concessa vênia, mais uma vez as explanações de auditoria expões uma visão obtusa e pessimista que levaria aos menos desavisados ao caos e ao engodo.

Inicialmente não há que se falar em uma evolução de saldo no importe de 60,46% em relação ao exercício anterior. Isso porque, como bem se pode ver e conferir pelo reconhecimento dos próprios auditores, os cálculos efetivados forma deveras influenciado pela atualização da dívida que espantosamente correspondeu a cifra absurda de aproximadamente oitenta por cento no ano examinado. Veja que o valor de inscrição fora de R$ 1007.981,12 e sua atualização de R$ 1.849.447,67. Portanto impossível seria **que esse resultado não fosse influenciado por uma atualização de**

aproximadamente oitenta por cento do valor de inscrição (isso dentro de um ano.)

Por outro norte se considerarmos o valor da dívida não atualizada o percentual de evolução cairia para 10,9% e não como constou nos autos 60,467%.

Ademais, verifica-se pelas explanações de fls. 20 que tanto o valor como o percentual inscrito em dívida ativa no exercício de 2007 diminuíram em relação ao exercício anterior, o que denota claramente um empenho do Município tanto no recolhimento de seus imposto, como no recebimento de seus créditos.

A inscrição da dívida em 2006 representou 24,97% em relação a receita própria, enquanto que em 2007, houve um decréscimo para 18,96%, o que representa uma diminuição de 18,19 percentual, demonstrando, portanto, uma recuperação de créditos de um ano ao outro.

Vê-se claramente que o resultado pessimista apresentado pela r. auditoria deveu-se a correção da dívida e também a previsão orçamentária que orçou em **R$ 1.827.000,00** recebimento dos débitos no exercício.

Anote-se, todavia, que a baixa arrecadação não tem sido causa de desequilíbrio nas contas. Como já demonstrado em anos anteriores e através dos relatórios encaminhados, TODAS AS MEDIDAS LEGAIS

Outro ponto tormentoso, que se faz necessários algumas digressões se refere aos comentários do r. auditor no que tange as declaração de expectativa de recebimento.

É que a r. auditoria nesse equivocou-se profundamente ao entender que segundo a Prefeitura de Holambra, não há expectativas de recebimento de 80% de tais cifra.

Ora nobres julgadores, evidente que o que pretendeu ver declarado é que no exercício tinha a expectativa de recebimento de 20% do estoque da dívida. É óbvio que não disse que não receberia cerca de 80% do estoque da dívida.

Como se sabe, em cumprimento das instruções deste E. Tribunal atestou a municipalidade possuir expectativa de recebimento de cerca de 20% do estoque da dívida **NO EXERCÍCIO EXAMINADO**, e não como equivocadamente interpretou a r. auditoria, somente 20% de todo o estoque. Evidentemente que se trata de equívoco na interpretação do texto pelos r. auditores.

Portanto a expectativa de recebimentos dos créditos municipais, que em sua grande maioria referem-se a IPTU, a expectativa de recebimento é de 100%.

Não constituição de provisão para perdas prováveis com créditos inscritos em Dívida Ativa o que, a princípio, infringe ao disposto no Manual de Procedimentos da Dívida Ativa – aprovado pela Portaria STN n.º 564/2004 – em seus itens 7.3

e 10.2, bem como afronta ao disposto no artigo 10, da Resolução CFC n.º 750/93 (que trata do Princípio Contábil da Prudência).

Entendemos que a falta de referida provisão torna-se mera falha pontual por parte de nossa Municipalidade, dado que não obstante nossa conduta tendente na omissão daquela, não afetou em qualquer momento o resultado de nossa execução orçamentária, assim frise-se, ainda que referidas perdas não se mostrem devidamente provisionadas, não foram essas capazes de influenciar no resultado orçamentário de nossa urbe.

Ademais, ressalte que conforme constatado pelos nobres auditores, previámos o recebimento de 20% dos créditos junto aos maiores devedores de nosso Município, o que nos leva a dizer, data máxima vênia, que "a contrário sensu", provisionávamos tacitamente o não recebimento de 80% das cifras pertencentes aos maiores devedores, pelo que a existência de mero documento que previsse as possíveis perdas de dívida ativa, torna-se mera falha pontual, perfeitamente sanável nos próximos exercícios.

Não reenquadramento da dívida ativa de longo prazo para dívida ativa de curto prazo indicando, a princípio, o descumprimento do disposto no item 8.4 do Manual de Procedimentos de Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN n.º 564/2004.

Novamente não podemos concordar que tal apontamento sirva de mácula às nossas contas do exercício de 2007.

Deve este insigne Relator, levar em conta que, não obstante a omissão entabulada acima, não deixamos de empregar diuturnos esforços na cobrança dos mesmos, inclusive para que recebêssemos acima da média recomendada pelo item 8.4.5 do Manual de Procedimentos de Dívida ativa, qual seja, o dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios, o que se não nos fora possível dada a realidade econômica de nosso País, e diferente não seria em nosso pequeno Município.

Assim, com a devida vênia, poderíamos afirmar, que exigida conduta, mostrar-se-ia inócua frente ao índice de recebimentos por nós demonstrado, que jamais atingiria, dado os motivos que já expusemos qualquer média que eventualmente estimássemos, pelo que temos novamente uma mera falha pontual.

Por derradeiro deve-se consignar por ser a primeira anotação efetivada pela auditoria requer seja recebida como **recomendação para a devida correção ao exercício de 2009, notificando-se a origem para as medidas necessária na elaboração do orçamento e a respectiva provisão.**

Portanto, frise-se, ainda que não tenhamos atendido à formalidade retro exigida, empregamos todos os meios de cobrança legalmente exigidos, o que restou sobejamente demonstrado em nosso resultado superavitário.

2.2.2 – DESPESAS COM SAÚDE

Inclusão de despesas com coleta, transporte e tratamento de resíduos (lixo) na aplicação da saúde.

Não obstante referida exclusão, perde a razão de ser referido apontamento, haja vista aplicação superior nas ações e serviços públicos de saúde, qual seja na base de 22,68%, patamar infinitamente superior aos 15% mínimos, garantido pelo artigo 77, inciso II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Ausência de cronograma físico-financeiro e metas quantitativas em termos de valores e prazos no Plano Municipal de Saúde.

Pelas mesmas razões explicitadas acima, a ausência dos referidos demonstrativos não pode ser suficiente para macular nossas contas, visto que durante o exercício aplicamos em ações e serviços de saúde mais do que o percentual mínimo exigido pela Carta Política de 1.998.

Não bastasse isso, temos um Conselho Municipal de Saúde que trabalha seriamente, tendo sido constituído dentro dos ditames legais, conforme constatado pelos próprios técnicos desta casa de contas à fl. 27 de seu relatório.

Assim perscrutamos sempre por garantir uma Saúde Pública de qualidade, prova disso é que nossa aplicação, frise-se, ocorreu em patamar superior ao mínimo garantido, pelo que, referida conduta torna-se mera falha pontual.

2.2.5 .OUTRAS DESPESAS

Os autos de adiantamentos selecionados não se encontravam numerados, os documentos fiscais encartados continham apenas descrições genéricas para as despesas realizadas, e os relatórios de despesas, embora contivessem nomes e assinaturas.

Com a devida vênia, as anotações trazidas pela fiscalização, são absolutamente frágeis e genéricas, impossibilitando a origem o exercício da ampla defesa e contraditório.

Aponta a r. auditoria as seguintes falhas que entende não conferir legitimidade dos gastos:

1) falta de numeração de fls.
2) Descrições genéricas para as despesas realizadas sem indicação do número ou identificação do beneficiário abrangido;
3) Relatórios de despesas de viagem embora contenham nomes e assinatura não apresentam identificação de cargo.

No que tange a especificação de cargos, tal falha pode ser sanável a qualquer tempo, sendo certo que as maiorias dos empenhos encontram-se devidamente identificados por seus recebedores e respectivos cargos. Tal apontamento será alvo de imediata correção, devendo ser notificado por esse E. Tribunal o servidor responsável pela homologação das contas de adiantamentos.

De tudo que se apontou entendemos *concessa vênia* que pode prosperar os argumentos da r. auditoria no que tange a legitimação de gastos, sendo as falhas de cunho meramente formal não comprometendo a boa gestão das contas

Item 2.3.1.1 – INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO

O balanço patrimonial do exercício de 2007 apresenta o resultado financeiro de R$ 1.933.019,00. A diferença entre este e o resultado apontado no quadro do item do relatório (1.957.171,28) remonta a R$ 24.152,28 e se configura em um inconsistência contábil.

Estranhamos referido apontamento, tendo em vista que sempre registramos em nossos balanços fidedignamente todos os valores, por conseqüente estaremos apurando o ocorrido e ajustando eventuais diferenças ora constatadas, o que poderá ser constatado quando da próxima visita a esta Municipalidade.

Posto isso, frise-se, entendemos que meras inconsistências nos registros não servem de mácula às nossas contas, inservível, portanto como parâmetro para desconstituir a seriedade e o respeito com os quais conduzimos o erário público, pelo que pleiteamos que mais estes apontamentos sejam desconsiderados por esta nobre Corte de Contas.

4. Licitações

Pesquisa de preços junto a uma única empresa;

Mais uma vez, entendemos que os argumentos da fiscalização não são suficientes a retirar a confiabilidade do processado nos certames realizados no exercício financeiro.

O argumento de que uma única pesquisa pode diminuir a confiabilidade do valor básico da licitação se mostra a nosso ver falacioso.

A uma porque a lei de licitação não dispõe sobre a quantidade de pesquisas, e sim sobre pesquisa prévia - "orçamento estimado em planilhas" (inciso II, §2º. Art. 40).

Nos processos em análise acostamos ao menos um orçamento para efetivar a estimativa de preços.

O município sempre tomou por base pelo menos uma pesquisa escrita e outras consultas verbais para poder fazer sua estimativa. Acontece que em se tratando de cidade pequena, é muito difícil por vezes conseguir mais que um orçamento para embasar os processos, razão pela qual adotamos a conduta de acostar pelo menos um orçamento, que pode, aliás, ser avaliado pelos auditores tomando como base pesquisa internet e outros meios de informações, o que jamais retiraria a confiabilidade da estimativa.

Com isso procuramos corrigir as falhas apontadas em relatórios anteriores no que se referia a falta de orçamento e cumprir aos ditames legais, acreditando que a estimativa de preços apresentada encontra suporte jurídico e fático, não havendo qualquer mácula que possa embasar a nulidade dos processo e desaprovar as contas do gestor.

5. Contratos

5.2 – Contratos examinados in loco

As anotação dos agentes fiscalizados com respeito aos sobreditos processos, referem-se as falhas de procedimento, erros meramente formais.

No que tange aos prazos de vigência do contato, embora tenha ocorrido um equívoco na omissão do mesmo, tal falta não importou em qualquer gravame a sua execução.

Os serviços foram prestados devidamente, e a execução contratual encontra-se regular.

Em que pese a falta de classificação funcional programática, embora não conste do instrumento, a dotação orçamentária foi devidamente informada nos processos, para fins de abertura do certame, de modo que se trata de um erro pelo excesso de serviço que não ocasionou qualquer prejuízo, eis que devidamente empenhado, conforme dotação orçamentária e autorização legal., dentro da respectiva pasta financeira.

6 –ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Quebra da ordem cronológica, tendo em vista a presença de restos a pagar.

O mandamento do artigo 5º da Lei Federal 8666/93 trata a questão da ordem cronológica relacionada às fontes de recursos. Assim entendemos que os Restos a Pagar devem seguir o rito das fontes de recursos dos quais se originaram.

Ademais, a inscrição de valores em Restos a Pagar pode ser reflexo de várias questões, entre elas a não conclusão da obra ou serviço contrato; a não liquidação despesa, enfim vários fatores podem levar o ente publico a inscrever despesas como Restos a Pagar que merecem ser analisadas individualmente. Por conseguinte, a afirmação da auditoria não merece prosperar pois esta análise mais profunda não foi realizada.

A inscrição de Restos a Pagar de exercícios anteriores inscritos no Balanço Patrimonial, como já esposado em relatórios anteriores, refere-se a parcelamentos de despesas de exercícios anteriores, que também vêm sendo honrados por nossa administração Municipal, mediante formalização de acordos judiciais, inocorrendo quebra da ordem cronológica como alhures apontado.

O grande volume dessas despesas se refere a duas situações, uma diz respeito ao credor CEPEM, cujo valor encontra-se *sub judice* por se tratar de um contrato o qual entende o Município ser nulo, em virtude de ferimento da Súmula 13 (processo nº 936/00, que aguarda o trâmite de Recurso Especial, o outro refere-se a ação judicial interposta pela CEMIRIM, sendo que foi discutido, em vias judiciais, e transacionado, mediante a devida homologação judicial, firmando-se acordo para pagamento de débito em 36 parcelas, que estão sendo pagas regularmente, conforme acordo judicial .

Portanto, não houve quebra da ordem cronológica de tais quantias, haja vista serem débitos questionados judicialmente, que não poderiam ser excluídos a conta de restos a pagar.

Lembramos ainda que no final do exercício em questão, haviam recursos financeiros em caixa para suportar tais despesas não havendo assim de forma alguma quebra da ordem de cronologia de pagamentos.

Por derradeiro cumpre observar que a anotação mais uma vez se fez de forma genérica, não apontando onde houve quebra da ordem de modo o que impossibilita o exercício da ampla defesa e o melhor esclarecimento do tópico.

Sendo assim, entendemos que não houve quebra da ordem ou preterição de qualquer credor no pagamento, pois, parte dos débitos estava *sub-judice* discutindo-se a origem e o valor, e parte deles não foram recebidos pelos credores pela inércia dos próprios interessados.

8 – SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Pagamento de abono pecuniário a diretores municipais

De fato por erro do próprio sistema fora lançado equivocadamente e por curto período abono pecuniário nos subsídios dos diretores

Contatados sobre o apontamento e verificada a falha, efetivarão sua restituição junto ao caixa da Prefeitura devidamente corrigido nesse período, conforme atestam os documentos inclusos, dando por sanada a falta.

9- TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

Disponibilidades financeiras em Banco não-oficial (Banespa)

Houve um equívoco da r. auditoria no que tange o item questionado, uma vez que as disponibilidades financeiras a que alude o relatório referem-se a contas de convênios ainda contratos FEHIDRO cujos repasses foram recebidos pelo Banespa e transefridos para conta NOSSA CAIXA .

Portanto, entendemos que a anotação não procede, devendo ser notificado o Departamento de contabilidade para trazer aos autos, os documentos pertinentes ao referido depósito, uma vez que não fora disponibilizado para o ex-prefeito responsável por essas contas.

Ausência no boletim de caixa de receita realizada à conta de alienação de bens, causando distorção no saldo final da referida conta.

O apontamento em questão refere-se a erro meramente material uma vez que no próprio relatório de auditoria consta que a receita de alienação de bens R$ 67.930,00 e que tal quantia confere coma razão da receita da respectiva conta, não havendo no caso qualquer desvio aos cofres ou prejuízo. Trata-se como se vê de um lapso de lançamento que fora devidamente corrigido pela tesouraria, sendo que tais recursos estavam devidamente depositados em conta específica para tal.

ALMOXARIFADO

Diferença entre os valores constantes dos balancetes dos almoxarifados e o constante no Balanço Patrimonial

O município possui apenas um prédio próprio de almoxarifado, sendo este com controle informatizado, que pelo seu porte, atende todas as necessidades do ente. Estes Almoxarifados são: Central – que estoca materiais da administração; obras; serviços e outros. Saúde: materiais da saúde; Merenda e assistência farmacêutica.

Foram apresentados seis balancetes para melhor divisão e controle de armazenamento. A saúde esta subdividida em 03 setores – saúde geral, assistência farmacêutica e Estado (medicamentos recebidos dos convênios com o Estado. A merenda também fora subdividia em dois setores – ensino fundamental e alimentação infantil das creches.

Todo material encontra-se devidamente separado e bem acondicionado, com eficiente controle de entrada e saída.

Quanto ao lançamento dos balancetes, no balanço patrimonial, houve um erro do setor de contabilidade, que deixou de lançar todos os 06 balancetes, lançando apenas no Patrimonial o balancete do almoxarifado central causando a diferença entre demonstrativos dos Bens patrimoniais com o balanço patrimonial.

Entendemos que tal apontamento deve ser tomado como mera falha pontual, dado um lapso por parte desta Municipalidade em não constar o valor de todos os 06 almoxarifados em seu balanço patrimonial, mas tão somente o importe referente ao almoxarifado

central, o que nunca fora apontado anteriormente, portanto considerado até então regular por esta Casa de Contas.

Todavia informamos que estaremos tomando as devidas providências, para que na próxima visita à este Município, tais valores já estejam devidamente alocados no balanço patrimonial.

Diferença entre a quantidade de óleo diesel presente no tanque existente no pátio da prefeitura e o constante no controle informatizado.

O Município possui em seu pátio tanque de armazenamento de diesel e gasolina, para abastecimento de frota.
Em auditoria restou constatado no controle informatizado de almoxarifado 3.824,82 l.de óleo diesel, no entanto, em medição com a régua feita pela auditoria, constatou-se haver 3.100 litros que segundo a auditoria resultaria a diferença de 724,82 l.

Acontece que o controle de combustível é lançado diretamente na ficha de cada veículo, e dado baixa no controle informatizado do almoxarifado. O abastecimento é feito apenas por um funcionário fiscalizado de perto pelo diretor de transporte que imediatamente confere a quantidade de litros abastecidos e lança na ficha de controle do veículo para posterior baixa. No caso, esta medição foi feita com régua de medição para ver o nível do combustível. Não existe neste tanque qualquer tabela de litros, fazendo que com isso a a medição havida por régua seja apenas estimativa.

Entendemos que o controle correto é o controle de quilometragem de veículos, lançado no sistema informatizado, onde se tem com certeza a aferição do que se gasta no tanque.

Não obstante, estaremos verificando referidos apontamentos, para que seja sanado o mais breve possível, o que acreditamos poderá ser verificado quando da próxima vista a esta Municipalidade mediante a devida notificação aos responsáveis.

Ademais, eventuais diferenças só foram constatadas por esta auditoria, pelo fato de que, a quantidade abastecida em cada veículos em nossas bombas de combustíveis, somente é atualizada semanalmente em nosso sistema informatizado.

Assim, a referida quantidade faltante fora registrada em nosso sistema informatizado após a visita, sanando, portanto, eventual falha apontada.

Em que pese a ilibada opinião da auditoria, dissentimos de tal conclusão (fl. 43) já que inexiste "total descontrole" como quer nos imputar os nobres auditores de nossos registro, e sim uma falha na organização que facilmente será sanada.

Ressalte-se que estamos diante de meras falhas formais, que não servem de máculas às nossas contas, pelo que pedimos sejam desconsiderados.

Pelo todo exposto, pedimos que referido apontamento seja afastado, posto que não possui o condão de inquinar de mácula nossas contas.

Produtos armazenados em local de difícil acesso, por falta de espaço.

Embora entenda a r. auditoria que o espaço é de difícil acesso, o material não se contra acondicionado inadequadamente. O almoxarifado é um local não muito grande, entretanto, existe um mezanino onde são acondicionados os materiais estocados de menor rotatividade o que atende, também, todas as necessidades do ente.

Todo o controle é informatizado, e o espaço físico embora pequeno não ocasiona prejuízo ao material estocado e ao serviço, pois são retirados com auxílio de escada, sem maiores problemas e inconveniente.

Portanto, em questão ao espaço físico, infelizmente, não há solução a curto prazo. Somos uma pequena comuna, com um curto orçamento, tornando-se impossível a realização de investimentos com recursos próprios, o que entendemos, só será resolvido com a revisão do pacto federativo trazido pela Carta Política de 1.988 que possibilite maior participação dos municípios na distribuição dos recursos dos impostos arrecadados no âmbito municipal e repassados para outros entes da federação.

Pede-se pois que seja desconsiderado o apontamento, anotando-se apenas às futuras gestões a necessidade de se ampliar o local, o que se pede seja considerado como recomendação aos anos vindouros.

BENS PATRIMONIAIS

Diferença entre o valor informado pelo setor responsável e o constante no Balanço Patrimonial

Como dito anteriormente o município possui apenas um prédio próprio de almoxarifado, sendo este com controle informatizado, que pelo seu porte, atende todas as necessidades do ente. Estes Almoxarifados são: Central – que estoca materiais da administração; obras; serviços e outros. Saúde: materiais da saúde; Merenda e assistência farmacêutica.

Dividimos em seis balancetes para melhor controle de armazenamento sendo: 1) saúde subdividida em 03 setores – saúde geral, assistência farmacêutica e Estado (medicamentos recebidos dos convênios com o Estado;2) A merenda subdividia em dois setores – ensino fundamental e alimentação infantil das creches. Todo material encontra-se devidamente separado e bem acondicionado, com eficiente controle de entrada e saída.

Em que pese o questionamento de diferenças de lançamentos e valores, houve um erro do setor de contabilidade, que deixou de lançar todos os 06 balancetes, lançando apenas no Patrimonial o

balancete do almoxarifado central causando a diferença entre demonstrativos dos Bens patrimoniais com o balanço patrimonial e respectivos valores.

Não localização de um arquivo de aço com 04 gavetas.

Referido bem,patrimônio 8659 constou equivocadamente que não se encontrava no local, entretanto, fora devidamente localizado,e encontra-se no setor da saúde, como atestam os documentos inclusos (docs) .

10- LIVROS E REGISTROS

Falhas e inconsistências nos registros contábeis e financeiros.

Tal apontamento perde a razão de ser, tendo em vista que referidas falhas já foram devidamente justificadas em seus tópicos próprios.

12- ATENDIMENTO À LRF

Divergência na apuração do gasto de pessoal e resultado primário.

Referidos apontamentos tornam-se meras falhas pontuais, perdendo sua razão de ser, pois em que pese as divergências apuradas por esta auditoria, resta demonstrado a seriedade com que trabalha esta Administração na condução de suas finanças, assim vejamos.

No que concerne ao gasto com pessoal, mesmo após o ajuste, continuamos em patamar infinitamente abaixo do limite prudencial

previsto no parágrafo único do artigo 22, da Lei de Responsabilidade Fiscal, qual seja na base de 51,30% da Receita Corrente Líquida, contra os 42,80% que perfazemos.

No que atinente ao resultado primário, também após os referidos ajustes, continuamos a ocupar um patamar superavitário, qual seja na base de 9,97% da Receita Corrente Líquida, reduzindo assim o endividamento público.

Feitas as devidas considerações, frise-se novamente, não há razão para que persistam referidos apontamentos, posto não passarem de meras falhas pontuais, que merecem ser expurgadas desse relatório.

Diante do exposto, entendemos que restou demonstrada a boa gestão das contas no exercício de 2007, especialmente porque cumprido todos os percentuais exigidos em lei, cabendo aos desacertos cometidos e alvo de comentários nessa peça, o total acolhimento da presente defesa, com a conseqüente APROVAÇÂO DAS CONTAS ANUAIS DE 2007 , por esta E. Corte de Contas, o que se pede e espera, aplicando-se, em última análise e no que couber, a recomendação desta Colenda Casa, para que não venham se repetir, medida esta que entendemos de Direito e mais lídima Justiça!

Holambra SP. 09 de Fevereiro de 2009.

Celso Capato (Ex Prefeito Municipal)

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

DEMONSTRATIVO REF. AO ANO 2007

MATERIAIS PERMANENTES - DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

TÍTULO/ CLASSIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	ENTRADA MATERIAL	SAÍDA DE MATERIAL	SALDO ATUAL
VEÍCULOS	1.334.692,79	0,00	0,00	1.334.692,79
MÁQUINAS, TRATORES E AP.DIVERSOS	1.240.506,28	114.016,74	3.931,00	1.350.592,02
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.560.685,45	155.568,61	28.876,56	1.687.377,50
IMÓVEIS	2.003.146,83	0,00	6.930,00	1.996.216,83
SOMA TOTAL	6.139.031,35	269.585,35	39.737,56	6.368.879,14

HOLAMBRA , 31 DE DEZEMBRO DE 2007

D E C L A R A Ç A O

Declaro para os devidos fins, que fui cientificado dos apontamentos deste E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quanto às contas do exercício de 2007, referente ao Município da Estância Turística de Holambra, e na qualidade de ex-Diretor estarei fazendo a devolução aos cofres públicos da quantia de R$ 600,00 devidamente atualizado.

Holambra 09 de fevereiro de 2009.

Alcir Caetano

D E C L A R A Ç A O

Declaro para os devidos fins, que fui cientificado dos apontamentos deste E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quanto às contas do exercício de 2007, referente ao Município da Estância Turística de Holambra, e na qualidade de ex-Diretor estarei fazendo a devolução aos cofres públicos da quantia de R$ 420,00 devidamente atualizado.

Holambra 09 de fevereiro de 2009.

Daniela Aparecida Millares

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

D E C L A R A Ç A O

Declaro para os devidos fins que o Bem Patrimonial de Nº 8659=Arquivo de Aço c/ 4 Gavetas que não foi localizado na Policlínica no dia da inspeção , dias depois foi localizado,e encontra-se na Unidade do PSF Central .
A Policlínica passou por reformas e adequações de sala , por isso alguns mobiliários foram remanejados de uma sala para outra e também de uma unidade para outra , mas continuou no setor da saúde.

Holambra 16 de Novembro de 2008.

Euclides Candido
Almoxarife
Atenciosamente

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

D E C L A R A Ç A O

Declaro para os devidos fins que o Bem Patrimonial de Nº 8659=Arquivo de Aço c/ 4 Gavetas que não foi localizado na Policlínica no dia da inspeção , dias depois foi localizado,e encontra-se na Unidade do PSF Central .
A Policlínica passou por reformas e adequações de sala , por isso alguns mobiliários foram remanejados de uma sala para outra e também de uma unidade para outra , mas continuou no setor da saúde.

Holambra 16 de Novembro de 2008.

Dr. Humberto Marino de Lúcia
Diretor de Saúde

Humberto Marino de Lucia
Diretor de Saúde

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito a este Egrégio Tribunal de Contas do Estado, em atendimento à Requisição Complementar, Item 07, que a isenção de impostos já foi considerada no cálculo da receita prevista no orçamento, sendo dispensada a estimativa do impacto orçamentário financeiro.

Por ser verdade, firmo a presente.

Estância Turística de Holambra, 24 de Março de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2007
ANEXO PREVISTO NO INCISO II, DO ART. 5º, DA LC 101/00

Tem este a finalidade de informar que a renúncia de receita decorrente de isenções de impostos já foi considerada no cálculo da receita prevista no orçamento de 2008, atendendo desta forma o que estabelece o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DEMONSTRATIVO DOS EFEITOS SOBRE AS RECEITAS DECORRENTES DE RENÚNCIA FISCAL

TRIBUTO	VALOR
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	
Aposentados/Pensionistas	R$ 64.101,97
Entidades Educacionais	R$ 11.121,49
Entidades Religiosas	R$ 13.165,92
Imunidade por Produção Agrícola	R$ 156.847,82
Órgãos Públicos	R$ 39.099,65
Entidades Sociais	R$ 61.222,74
Benefício Empresa	R$ 11.592,14
TOTAL	**R$ 357.151,73**

Prefeitura Municipal da Estância Turística
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

ITEM 12
POSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

2006

INSCRIÇÃO	1.232.057,33
SALDO EM 31/12/2006	**3.596.666,95**

2007

SALDO EM 31/12/2006	3.596.666,95
INSCRIÇÃO	782.706,88
INSCRIÇÃO	155.360,73
ATUALIZAÇÃO	1.849.447,67
CANCELAMENTO	(140.650,69)
BAIXA POR RECEBIMENTO	(472.380,64)
SALDO PARA 2008	**5.771.150,90**

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

efeitura Municipal de Holambra

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL
Codigo = 226 DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA

Saldos ate Dezembro/2006

Debitos = 4.802.403,83
Creditos = 1.205.736,88

ero	ata	Historico	No e Data do Documento	Empenho	Contrapartida	Valor
		Movimentacao				
266	01/01/2006	Implantacao Saldo De				3.473.496,90+
					Saldo Atual :	3.473.496,90+
294	29/12/2006	Lancamento a Debito			2173 DIVIDA ATIVA - INSCRICAO	1.053.994,96+
		Inscricao de Divida Ativa do Exercicio de 2006				
297		Lancamento a Credito			1944 DIVIDA ATIVA - BAIXA PEL	341.107,68-
		Baixa por Cancelamento do exercicio de 2006				
299		Lancamento a Credito			1813 COBRANCA DA DIVIDA ATIVA	686.566,83-
		Baixa por Recebimento do exercicio de 2006				
300		Lancamento a Debito			2173 DIVIDA ATIVA - INSCRICAO	178.062,37+
		Inscricao de Multas e Juros da Divida Ativa				
303		Lancamento a Credito			1813 COBRANCA DA DIVIDA ATIVA	178.062,37-
		Baixa por Recebimento de Multas e Juros da Divida Ativa				
8178		Lancamento a Debito			2207 DIVIDA ATIVA - ATUALIZAC	89.658,05+
		Atualizacao de Juros e Multa - Cadastro 1				
8180		Lancamento a Debito			2207 DIVIDA ATIVA - ATUALIZAC	3.943,79+
		Atualizacao de Juros e Multa - Cadastro 2				
8182		Lancamento a Debito			2207 DIVIDA ATIVA - ATUALIZAC	2.128,15+
		Atualizacao de Juros e Multa - Cadastro 3				
8184		Lancamento a Debito			2207 DIVIDA ATIVA - ATUALIZAC	242,41+
		Atualizacao de Juros e Multa - Cadastro 4				
8186		Lancamento a Debito			2207 DIVIDA ATIVA - ATUALIZAC	72,00+
		Atualizacao de Juros e Multa - Cadastro 5				
8188		Lancamento a Debito			2207 DIVIDA ATIVA - ATUALIZAC	805,20+
		Atualizacao de Juros e Multa - Cadastro 6				
					Saldo Atual :	3.596.666,95+

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

ado de Sao Paulo — Razao de Contabilidade — 31 de Dezembro de 2007 — Folha: 1

efeitura Municipal de Holambra

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL
Codigo = 226 DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA

Saldos ate Dezembro/2007

Debitos = 6.454.095,74
Creditos = 682.944,84

a	Historico	No e Data do Documento	Empenho	Movimentacao — Contrapartida	Valor
01/2007	Implantacao Saldo De				3.596.666,95+
				Saldo Atual :	3.596.666,95+
12/2007	Lancamento a Credito			1813 COBRANCA DA DIVIDA ATIVA T	472.380,64-
	BAIXA POR RECEBIMENTO DO EXERCICIO DE 2007.				
	Lancamento a Credito			1813 COBRANCA DA DIVIDA ATIVA T	69.913,51-
	BAIXA POR RECEBIMENTO DE MULTAS E JUROS DO EXERCICIO DE 2007.				
	Lancamento a Debito			2173 DIVIDA ATIVA - INSCRICAO	69.913,51+
	INSCRICAO DE MUTLAS E JUROS DO EXERCICIO DE 2007				
	Lancamento a Debito			2173 DIVIDA ATIVA - INSCRICAO	782.706,88+
	INSCRICAO DE DIVIDA ATIVA DO EXERCICIO DE 2007				
	Lancamento a Credito			1944 DIVIDA ATIVA - BAIXA PELA	140.650,69-
	BAIXA POR CANCELAMENTO				
	Lancamento a Debito			2207 DIVIDA ATIVA - ATUALIZACAO	1.849.447,67+
	ATUALIZACAO DE JUROS E MULTA				
	Lancamento a Debito			2173 DIVIDA ATIVA - INSCRICAO	155.360,73+
	INSCRICAO DO EXERCICIO				
				Saldo Atual :	5.771.150,90+

Incluso na DVP

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins, em atendimento a Requisição Complementar à Prestação de Contas Anual, item 13 desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Unidade Regional de Campinas – UR3, o rol dos 10 (dez) maiores devedores do Município, inscritos em divida ativa e as providencias adotadas pela Administração, visando sua cobrança.

1- HENRICUS PETRUS H. TEM BUUREN cad. 100281435010

- R$ 991.884,20 (novecentos e noventa e um reais, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:
- Processo nº 1013/2001 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 397/2003 em trâmite perante a 2ª Vara Cível
- Processo nº 1164/2004 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 1482/2005 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 1141/2006 em trâmite perante a 2ª Vara Cível
- Processo nº 374/2007 em trâmite perante a 1ª Vara Cível

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

2- BERENDINA HELENA C. TEN BUUREN cad. 600400440010

- R$ 252.659,53 (duzentos e cinqüenta e dois mil, seiscentos e cinqüenta e nove reais e cinqüenta e três centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:
- Processo nº 1378/2005 em trâmite perante a 3ª Vara Cível
- Processo nº 1031/2006 em trâmite perante a 1ª Vara Cível;
- Processo nº 328/2007 em trâmite perante a 2ª Vara Cível

3- BERENDINA HELENA C. TEN BUUREN cad. 100280899010

- R$ 232.209,22 (duzentos e trinta e dois mil, duzentos e nove reais e vinte e dois centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:
- Processo nº 1378/2005 em trâmite perante a 3ª Vara Cível
- Processo nº 1031/2006 em trâmite perante a 1ª Vara Cível;
- Processo nº 265/2007 em trâmite perante a 3ª Vara Cível

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

4- BERENDINA HELENA C. TEN BUUREN cad. 100280998010

- R$ 226.739,67 (duzentos e vinte e seis reais, setecentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:
- Processo nº 1378/2005 em trâmite perante a 3ª Vara Cível
- Processo nº 1031/2006 em trâmite perante a 1ª Vara Cível;
- Processo nº 447/2007 em trâmite perante a 1ª Vara Cível

5 - COOP. AGRO PECUARIA HOLAMBRA cad. 100260979010

- R$ 151.969,17 (cento e cinqüenta e um mil, novecentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:
- Processo nº 1104/2006 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 333/2007 em trâmite perante a 3ª Vara Cível

6 - COOP. AGRO PECUARIA HOLAMBRA cad. 100320906010

- R$ 135.099,27 (cento e trinta e cinco mil, noventa e nove reais e vinte e sete centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:

- Processo nº 1110/2006 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 2814/2007 em trâmite perante o S.A.F.

07- CAPH (CLUBE FAZEDA RIBEIRÃO) cad. 100030430010

- R$ 126.498,13 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e treze centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:
- Processo nº 944/2001 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 383/2000 em trâmite perante a 1ª Vara Cível;
- Processo nº 396/2003 em trâmite perante a 2ª Vara Cível;
- Processo nº 672/2004 em trâmite perante a 3ª Vara Cível;
- Processo nº 1477/2005 em trâmite perante a 1ª Vara Cível;
- Processo nº 886/2006 em trâmite perante a 3ª Vara Cível;
- Processo nº 312/2007 em trâmite perante a 3ª Vara Cível

08 - HENRICUS PETRUS H. TEM BUUREN cad. 100280997010

- R$ 109.251,05 (cento e nove mil, duzentos e cinqüenta e um reais e cinco centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:

- Processo nº 1013/2001 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 397/2003 em trâmite perante a 2ª Vara Cível
- Processo nº 1164/2004 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 1482/2005 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 1141/2006 em trâmite perante a 2ª Vara Cível
- Processo nº 374/2007 em trâmite perante a 1ª Vara Cível

9- COOP. AGRO PECUARIA HOLAMBRA cad. 100040308010

- R$ 94.706,68 (noventa e quatro mil, setecentos e seis reais e sessenta e oito centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:

- Processo nº 1107/2006 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 2814/2007 em trâmite perante o S.A.F.

10- COOP. AGRO PECUARIA HOLAMBRA cad. 100300402010

- R$ 91.554,26 (noventa e um mil, quinhentos e cinqüenta e quatro reais e vinte e seis centavos), atualizados até a data de 25/03/2008, os quais foram ajuizados os seguintes processos

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

de Execução Fiscal, que tramitam perante as Varas Cíveis da Comarca de Mogi Mirim:

- Processo 958/2006 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 1109/2006 em trâmite perante a 1ª Vara Cível
- Processo nº 2814/2007 em trâmite perante o S.A.F.

Certificamos ainda que os débitos em referencia tiveram sua cobrança administrativa para recebimento amigável, sem êxito no pagamento.

Holambra/SP, 25 de março de 2008.

Ana Paula Martins Ramos
Procuradora Jurídica Jr.

NR. CADASTRO	CONTRIBUINTE	CNPJ/CPF	VALOR	%
10028143501-0	HENRICUS PETRUS H. TEN BUUREN	17249309820	991.884,20	41,108
60040044001-0	BERENDINA HELENA C. TEN BUUREN	10212144855	252.659,53	10,471
10028089901-0	BERENDINA HELENA CATARINA TEN	10212144855	232.509,22	9,636
10028099801-0	BERENDINA HELENA CATARINA TEN	10212144855	226.739,67	9,397
10026097901-0	COOP. AGROP. HOLAMBRA/VEILING	52770542000147	151.969,17	6,298
10032090601-0	COOPERATIVA AGRO PECUARIA HOLA	52770542000147	135.099,27	5,599
10003043001-0	CAPH(CLUBE FAZENDA RIBEIRAO)	58383373000179	126.498,13	5,243
10028099701-0	HENRICUS PETRUS H. TEN BUUREN	10212099884	109.251,05	4,528
10004030801-0	COOP. AGRO PEC. HOLAMBRA	52770542000147	94.706,68	3,925
10030040201-0	COOPERATIVA AGRO PECUARIA HOLA	52770542000147	91.554,26	3,794
			R$ 2.412.871,13	41,80%

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins, em atendimento a Requisição de Documentos nº 01/2008, item 14 desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – 2ª Diretoria de Fiscalização – DF – 2.2, os maiores débitos inscritos na Dívida Ativa municipal, certificando acerca da expectativa de recebimento destes por parte do município (em valores e percentual), nos processos ajuizados.

1- HENRICUS PETRUS H. TEM BUUREN **cad. 100281435010**

- R$ 1.000.031,23 (um milhão, trinta e um reais e vinte e três centavos), atualizados até a data de 03/10/2008, responsável por 24,229% do total da divida ativa do Município os quais foram ajuizados os seguintes processos de Execução Fiscal:
- Processo nº 1013/2001 em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim.

Fase processual: Realizado penhora do imóvel do executado e aguardando designação de data para leilão.

- Processo nº 397/2003 em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mogi Mirim.

Fase processual: O executado ofereceu bem a penhora que foi aceito pelo Município. Aguardando formalização do auto de penhora.

- Processo nº 1164/2004 em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim.

Fase processual: aguardando citação

- Processo nº 1483/2005 em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim.

Fase processual: O executado ofereceu bem a penhora que foi aceito pelo Município. Aguardando formalização do auto de penhora.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 124
Proc. 2613/026/07

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

EXPEDIENTE: 8876/026/09

INTERESSADO CELSO CAPATO

ASSUNTO: APRESENTA JUSTIFICATIVAS

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, procedi a juntada de fls. 61 à 123.

Submetam-se os autos ao Gabinete do Exmo. Conselheiro, Dr. Antonio Roque Citadini.

Cartório GCARC, 2 de março de 2009.

Francisco Castro Aguillar
Agente da Fiscalização Financeira

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO DO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Processo : 2613/026/07 (Expedientes TC – 106/003/09 e 8876/026/2009

Interessada : Prefeitura Municipal de Holambra

Responsável : Sr. Wagner Antonio Guicho (Presidente)

Assunto : Contas do exercício de 2007

Considerando a juntada dos documentos de fls. 61/123, fica prejudicado o pedido de prorrorrogação de prazo.

Publique-se

Em face ao acrescido às fls. 61 e seguintes dos autos À ATJ, para se manifestar, e, se configurada a hipótese regimental, também à SDG.

Cumpra-se.

GCARC, 02 de março de 2009.

ANTONIO ROQUE CITADINI
Conselheiro Relator

Dlb

Publicado no DOE de 10,03,09

Processo : **TC-2613/026/07**

Interessada : **Prefeitura Municipal de Holambra**

Assunto : **Aplicação no Ensino**

Exercício : **2007**

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

Atendendo ao r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator à fl.retro,em face das justificativas apresentadas às fls.68/73, passamos a nos manifestar sobre a aplicação no Ensino:

A defesa pleiteia o valor total de R$ 272.719,16 , relativo a glosa com **Gastos na Educação Infantil,** alegando que referidos gastos não integra o programa suplementar de alimentação, mas sim a alimentação essencial das crianças que permanecem em período integral nas Creches.

Em que pese às alegações da Origem, cabe-nos salientar que este E. Tribunal fez publicar (DOE de 15/10/2008) **"DELIBERAÇÃO"** dispondo sobre o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases no tocante à

inclusão de gastos nos mínimos obrigatórios do ensino, estabelecendo:

> "1 - Fica declarado e tenham as Prefeituras Municipais ciência de que **não há possibilidade legal da inclusão de despesas com alimentação infantil e** com uniformes escolares nos mínimos obrigatórios do Ensino,cumprindo-lhes observar os artigos 70 e 71 da Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB)." (gn)

Portanto, entendemos que sua pretensão não poderá ser acolhida.

De nossa parte, analisamos os cálculos efetuados pela fiscalização e acompanhamos integralmente o resultado da aplicação no ensino, consubstanciado à fl.23, qual seja:

Aplicação no Ensino	**23,35%**
Despesas com profissionais do Magistério	**60,92%**

O município **não deu atendimento ao art.212 da Constituição Federal (23,35%).**

No que tange às despesas com

Profissionais do Magistério, foi investido o percentual de **60,92%** das **receitas oriundas do FUNDEB , sendo observado o disposto no artigo 60, XII do ADCT/CF (mínimo 60%).**

O Município, durante o exercício de 2007, empenhou com recursos oriundos do **FUNDEB** o equivalente a **96,96%,** portanto, dentro da excepcionalidade prevista no § 2° do artigo 21 da Lei n° 11.494/07(mínimo 95%).

Porém ,após a glosa efetuada pela Auditoria,reduziu aludido percentual para **96,73%.**

Quanto à parcela diferida do FUNDEB, o Município aplicou no 1° trimestre de 2008, o valor de R$109.791,34 **(3,28%),**conforme informa a auditoria à fl.25 .

É a manifestação que submetemos à consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 16 de Junho de 2009

Delza Aparecida Pereira de Araujo
Assessoria Técnica

ATJ

Processo:	TC - 002613/026/07
Órgão:	Prefeitura Municipal de Holambra
Em exame:	Contas do exercício de 2007
Prefeito :	Celso Capato
Aplicação no ensino:	23,35% (art. 212 da CF) 60,92% (inciso XII, do artigo 60 do ADCT)
Aplicação na saúde:	22,68% (art. 77 do ADCT)
Despesas com pessoal e reflexos:	42,80%

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

Tratam os autos do exame das contas da Prefeitura Municipal de Holambra, exercício de 2007, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo em cumprimento a determinação constitucional.

Os trabalhos de inspeção "in loco" estiveram a cargo da 2ª Diretoria de Fiscalização (D.F. - 2), que elaborou o relatório de fls. 16/52, demonstrando, de maneira pormenorizada, os procedimentos de gestão envolvendo os aspectos administrativos, econômicos, financeiros, contábeis e patrimoniais.

No resumo apresentado ao final do relatório a Auditoria anotou impropriedades em alguns itens (fls. 48/52).

Efetuada a notificação de fls. 54, o Sr. Celso Capato (Prefeito), apresentou as justificativas e documentos de fls. 61/123.

É o relatório.

Conforme cálculos demonstrados pela Auditoria e confirmados pela Assessora especialista (fls. 126/128), o Município aplicou 60,92% dos recursos advindos do FUNDEB no pagamento dos profissionais do magistério, atendendo desta forma as disposições do inciso XII, do artigo 60 do ADCT.

Atendido, também, o disposto no § 2°, do artigo 21 da Lei Federal n° 11.494/07 (Lei do FUNDEB).

A Prefeitura atendeu o disposto no § 1°, do artigo 77 do ADCT, com aplicação de 22,68% da receita de impostos nas ações e serviços públicos de saúde.

As despesas com pessoal e reflexos encontram-se de acordo com o limite estabelecido na letra "b", inciso III, do artigo 20 da L.R.F., correspondendo a 42,80% do total das receitas correntes.

Sobre o item 2.2.3 - Despesas com Precatórios (fls. 28/29). Conforme atestado pela Auditoria, os pagamentos da espécie foram efetuados pela Administração em consonância com a jurisprudência firmada nesta Corte.

Relativo ao item 2.2.4 - Transferências à Câmara (fls. 29). Os repasses ao Legislativo deram-se de forma regular, dentro do limite previsto no artigo 29-A da Constituição Federal.

Os recolhimentos dos Encargos Sociais foram efetuados regularmente, conforme item 7.4 (fls. 40).

Sobre o item 8 - Remuneração dos Agentes Políticos. Conforme exposto pela Auditoria às fls. 40, não foram constatados pagamentos a maior que o fixado aos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito. Atinente ao pagamento de abono pecuniário aos diretores municipais, levando em conta as justificativas ofertadas às fls. 91, no teor de que a restituição ao erário está sendo efetivada, sugiro seja relevada a impropriedade, sem embargo de que a Auditoria verifique a regularização da matéria, por ocasião da próxima inspeção "in loco" .

Concernente ao item 2.1.4 - Multas de Trânsito e sua Aplicação. Conforme verificado pela Auditoria fls. 22, a Prefeitura não arrecadou receitas provenientes de multas de trânsito.

Em que pesem estes aspectos favoráveis ou passíveis de relevação, motiva a rejeição das contas em exame, a aplicação na manutenção e desenvolvimento no ensino em percentual inferior ao limite constitucionalmente exigido (artigo 212 da Constituição Federal). Conforme cálculos refeitos pela Assessora especialista (fls. 126/128), o Município aplicou **23,35% da receita de impostos no ensino, abaixo, portanto, do mínimo de 25% exigido pela Lei Maior.**

A falha, segundo a jurisprudência firmada nesta Casa, **não admite tolerância e determina a rejeição das contas.**

ENDEREÇO : Av. Rangel Pestana, 315 – Centro – SP – CEP: 01017-906 PABX 3292.3266 - INTERNET: www.tce.sp.gov.br

Nessa conformidade, entendo que as presentes contas não reúnem condições para receber o beneplácito desta Corte.

À margem desta manifestação, não me oponho a autuação de processos próprios para dirimir eventuais máculas não liquidadas no r. Parecer a ser exarado.

Conclusão

Pelo exposto, manifesto-me pela emissão de parecer desfavorável às contas da Prefeitura Municipal de Holambra, exercício de 2007, sem embargo das propostas constantes do corpo deste pronunciamento.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 29 de junho de 2009.

Rogério Loubet Pantaleão
Assessoria Técnica

ENDEREÇO : Av. Rangel Pestana, 315 – Centro – SP – CEP: 01017-906 PABX 3292.3266 - INTERNET: www.tce.sp.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 2613/026/07

Excelentíssimo Senhor Relator

Em exame os demonstrativos da Prefeitura Municipal de **Holambra**, concernentes ao exercício econômico-financeiro de 2007.

As manifestações das Assessorias Técnicas às fls. 126/132 estão de acordo com a linha de entendimento desta ATJ; assim, opino pela emissão de **Parecer desfavorável** aos demonstrativos em exame, sem prejuízo das propostas constantes às fls. 129/132.

À elevada consideração de Vossa Excelência, com prévio trânsito pela d. SDG, nos termos regimentais.

ATJ, 29 de junho de 2009.

FRANCISCO ROBERTO SILVA JUNIOR
Assessor Procurador-Chefe.

WTCS/

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL

N.° do Processo	**TC 2613/026/07**
Interessada	**Prefeitura do Município de Holambra**
Assunto	**Contas do exercício de 2007**
Responsável	**Sr. Celso Capato**

Senhor Conselheiro

A Auditoria coube à 2ª Diretoria de Fiscalização.

A defesa comparece a partir de fls. 61.

As Assessorias Técnicas são pelo parecer desfavorável.

Eis a síntese do que é necessário. Opino.

De início, observo que a Administração:

1. deu cumprimento ao mínimo constitucional da Saúde.
2. atendeu aos limites e condições de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.
3. efetuou os devidos recolhimentos ao regimes de previdência: o próprio e o geral (INSS).
4. observou o limite constitucional nos repasses à Câmara dos Vereadores (art. 29-A da CF).

Referentemente à execução orçamentária, registrou a Municipalidade superávit de 3,19%, vindo isso a aumentar a sobra líquida de caixa do ano anterior (superávit financeiro).

Em suma, não dispõe o Município de dívida líquida de curto prazo.

Demais disso, no ano examinado, não demonstra a Fazenda Municipal saldo descoberto quanto à outra espécie de dívida: a de longo prazo (consolidada).

Em assim sendo, satisfez a Origem dois pressupostos de responsabilidade fiscal: a adequação da despesa à receita e a solvência da dívida.

Quanto aos precatórios judiciais, revela a Fiscalização o pagamento da única pendência existente: um requisitório de baixa monta no valor de R$ 1,5 mil.

Em que pesem tais elementos favoráveis, verificou o Setor de Cálculos que, malgrado o atendimento da despesa vinculada ao profissional do magistério, a Municipalidade despendeu somente 23,35% na educação global, descumprindo o art. 212 da Constituição.

Nesse cenário, adequada a manutenção da glosa alusiva à alimentação infantil, despesa que, a termo do art. 71, IV da LDB, não é típica do ensino.

Quanto ao uso total do FUNDEB, esta SDG sugeria certa tolerância quando mínimo fosse o percentual faltante para o atingimento dos 95%: não mais de 1% e desde que aplicados, logo no 1° trimestre do ano seguinte, juntamente com os 5% diferidos por exceção facultada no § 2°, do artigo 21, da Lei n° 11.494/07.

Tal posição funda-se no contexto de se tratar do primeiro ano de vigência daquela nova norma de financiamento educacional.

Contudo tal entendimento encontra-se superado, devendo prevalecer orientação de que não há mais relevação em caso de falta de aplicação do piso de 95%, admitindo-se, todavia, que os 5% faltantes sejam comprovados ao longo do exercício seguinte. Essa orientação limita-se, todavia, às contas do exercício de 2007. É bem nesse rumo que tem decidido a e. Segunda Câmara e, ainda, a e. Primeira Câmara (TC 2.266/026/07).

No caso concreto, o Município utilizou, no ano examinado, 96,73% do FUNDEB, o que, tal qual antes dito, solve a matéria.

Quanto às várias falhas no uso do regime de adiantamento, permito-me propor recomendação no sentido de a Origem adotar os seguintes procedimentos:

- autorização do ordenador da despesa; no caso de viagens, há de se mostrar, de forma clara e

46

inequívoca, o objetivo da missão oficial e todos os agentes públicos que delas participaram. Aqui, portanto, históricos genéricos como "*viagem de interesse municipal*" não estão nunca a motivar o gasto, afrontando, destarte, ao elementar princípio da motivação do ato administrativo.

- o responsável pelo adiantamento deve ser um servidor, efetivo ou em comissão e, não, um agente político; isso, nos termos do art. 68 da Lei nº. 4.320, de 1964 e de Deliberação desta Corte *(TC-A 42.975/026/08)*.
- original da *Nota de Empenho*, assinada pelo ordenador da despesa, conforme se depreende do artigo 58 da Lei nº. 4.320, de 1964.
- os numerários permanecerão depositados em instituição bancária pública.
- somente serão admitidos comprovantes das despesas realizadas dentro dos prazos de aplicação legalmente estabelecidos.
- essa comprovação dá-se mediante originais das notas e cupons fiscais; já, os recibos de serviços devem bem identificar o prestador, por meio dos seguintes elementos: nome, endereço, RG, CPF, nº. de inscrição no INSS, nº. de inscrição no ISS.
- nas despesas de viagem e com refeição, há de se nominar, um a um, todos os beneficiados.
- não serão aceitos documentos alterados, rasurados, emendados ou com outros artifícios quem venham a prejudicar sua clareza.
- o responsável pelo Controle Interno deve emitir parecer sobre a regularidade do adiantamento
- os processos de prestação de contas permanecerão, nos órgãos de origem, pelo prazo de cinco anos.

Por fim, informo, nos 3 (três) últimos exercícios, as contas da Prefeitura mereceram o seguinte parecer:

Exercício	**Número do Processo**	**Parecer**
2006	3476/026/06	Favorável
2005	3024/026/05	Favorável
2004	2016/026/04	Desfavorável

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL

Ante a insuficiente despesa na educação global, manifesto-me pela emissão do ***parecer desfavorável***, excepcionados atos porventura pendentes de apreciação por esta E. Corte.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

SDG, 1° de julho de 2009

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

/fctj

DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

DATA DA SESSÃO - 18-08-2009

Pelo voto dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Presidente e Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho e Cláudio Ferraz de Alvarenga, a E. Câmara, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, relativas ao exercício de 2007, com recomendações, à margem do parecer, as quais deverão ser encaminhadas por ofício, e determinação à Unidade Regional competente para que, em próxima inspeção, certifique-se das providências anunciadas por ocasião da juntada da defesa (fls. 61/99).

MUNICÍPIO: ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
EXERCÍCIO: 2007

1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
2 - Ao Cartório do Relator para:
  a) redação e publicação do parecer;
  b) vista e extração de cópias no prazo recursal;
  c) juntar ou certificar;
  d) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
3 - Ao DSF-II para:
  a) cumprir o determinado no voto do Relator;
  b) os devidos fins, encaminhando o processo à Câmara Municipal.

SDG-1, em 21 de agosto de 2009

SERGIO DE CASTRO JUNIOR
Secretário-Diretor Geral Substituto

SDG-1/LANG/rpl

139

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM 49 DA PAUTA

SESSÃO DE 18 / 08 /2009
PRIMEIRA CÂMARA

TC - 2.613/026/07

O processo em pauta trata das CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE HOLAMBRA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2007.

A fiscalização "in loco" **foi realizada pela DF-2** que, em relatório juntado às fls. 16/52 dos autos, apontou diversas falhas quanto aos itens fiscalizados, destacando-se:

I - Planejamento e execução Física - Autorização na LOA para abertura de créditos suplementares em percentual superior à estimativa de inflação; Ausência de previsão programática específica para as políticas de pessoal que aumentam a despesa pública;

II - Renúncia de Receitas;

III - Dívida Ativa - Não constituição de previsão para perdas prováveis com créditos inscritos na dívida ativa; Não reenquadramento da dívida ativa de longo prazo para dívida ativa de curto prazo;

IV - Aplicação no Ensino - Falta de cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal, restringindo-se a 23,35%;

V - Saúde - Inclusão de despesas com coleta, transporte e tratamento de resíduos (lixo) na aplicação da saúde; Ausência de cronograma físico-financeiro e metas quantitativas;

VI - Outras despesas - Diversas falhas apuradas;

VII - Influência do Resultado Orçamentário sobre o Resultado Financeiro - O balanço patrimonial do exercício de 2007, apresenta o resultado financeiro de R$ 1.933.019,00. A diferença entre este e o resultado apontado no quadro do item do relatório (R$ 1.957.171,28) remonta a R$ 24.152,28 e se configura uma inconsistência contábil;

VIII - Consistência entre os sistemas econômico e patrimonial;

IX - Licitações - Pesquisa de preços, junto a uma única empresa;

X - Ausência de prazo para prestação de serviços ou vigência contratual; Ausência de dotação orçamentária;

XI - Quebra de Ordem Cronológica de Pagamentos;

XII - Subsídios dos Agentes Políticos - Pagamento de abono pecuniário a diretores municipais;

XIII - Tesouraria, Almoxarifado e bens patrimoniais;

IXX - Livros e Registros;

XX - Atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Notificado, o responsável apresentou razões de defesa, juntadas às fls. 61/123 dos presentes autos, esclarecendo cada uma das falhas apontadas no Relatório de Auditoria, especialmente quanto a falta de aplicação no Ensino, alegando que houve equívoco quanto à glosa de R$ 272.719,16, referente a gastos com alimentação

infantil, sendo efetivamente aplicado no ensino 25,03%, ressaltando, ainda, que a merenda oferecida nas creches, com período de permanência integral, é de natureza alimentar básica, e não complementar, e os gastos se encontram dentro dos princípios de razoabilidade, representando em relação aos impostos em 2007 o percentual de 1,68%.

Instados a se manifestar, **os órgãos técnicos da Casa** (Assessorias de ATJ e Chefia e SGG) **concluem pela emissão de parecer desfavorável**, decorrente da falta de atendimento do disposto no artigo 212, da Constituição Federal, com aplicação de 23,35% no Ensino.

É O RELATÓRIO.

As contas do Executivo Municipal de HOLAMBRA, relativas ao exercício de 2007, apresentaram-se com falhas que não foram sanadas com a defesa, especialmente **o Descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal, com aplicação de 23,35% no Ensino Básico.**

Assim, embora a Administração tenha superado positivamente questões importantes na análise da prestação de contas, como por exemplo: Profissionais do magistério, os investimentos atingiram 60,92% dos recursos advindos do Fundeb; na **saúde, os gastos atingiram 22,68%** do produto da arrecadação; os **dispêndios com pessoal e reflexo**, tenham comprometido **42,80%** da receita corrente liquida; **e a**

execução orçamentária, tenha apresentado Superávit de 3,19%, VOTO pela emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas ora em exame, em face da não aplicação no Ensino Básico.

À MARGEM DO PARECER, ACOLHO AS RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS PELA SDG (FLS. 134/137), AS QUAIS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS POR OFÍCIO.

À UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS - UR-3, DETERMINO QUE, EM PRÓXIMA INSPEÇÃO, CERTIFIQUE-SE DAS PROVIDÊNCIAS ANUNCIADAS POR OCASIÃO DA JUNTADA DA DEFESA (fls. 61/99).

É O MEU VOTO.

SÃO PAULO, 18 DE AGOSTO DE 2009

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO RELATOR

Dlb.

Fls. nº 143
TC-002613/026/2007

RELATOR – CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão da Primeira Câmara do dia 18 de agosto de 2009.

SDG-1, em 21 de agosto 2009

Lia Aparecida Nuzzi Garcia
Agente da Fiscalização Financeira – Administração
Chefe

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

P A R E C E R

TC-002613/026/07.
Município: Estância Turística de Holambra.
Assunto: Contas anuais do exercício de 2007.
Prefeito: Celso Capato.
Advogado: Mirna de Oliveira Sabino Nogueira (OAB/SP 121.767).

EMENTA: Município: Estância Turística de Holambra. Contas anuais do exercício de 2007. Ensino: 23,35%. Magistério: 60,92%. Remuneração dos Agentes Políticos: em ordem. Pessoal e Reflexos: 42,80%. Saúde: 22,68%. Superávit Orçamentário: 3,19%. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura. Votação unânime.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-002613/026/07.

Considerando o que consta do Relatório e Voto do Relator, juntados aos autos, a E. Primeira Câmara, em sessão de 18 de agosto de 2009, pelo Voto dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Presidente e Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho e Cláudio Ferraz de Alvarenga, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, exercício de 2007, com recomendações, à margem do parecer, as quais deverão ser encaminhadas por ofício, e determinação à Unidade Regional competente para que, em próxima inspeção, certifique-se das providências anunciadas por ocasião da juntada da defesa (fls. 61/99).

Publique-se.

São Paulo, 26 de agosto de 2009.

ANTONIO ROQUE CITADINI - Presidente e Relator

Publicado no DOE de 01.09.09

PROCURAÇÃO AD JUDITIA ET EXTRA

Através do presente instrumento particular de mandato, CELSO CAPATO, brasileiro, casado, farmacêutico, RG nº 10.947.614-1 SSP/SP, CPF nº 029.456.798-41, com endereço na Rua das Begônias, 139, Jardim Holanda, Holambra, São Paulo, nomeia e constitui com seu procurador o Senhor Fernando Celso Ribeiro da Silva, brasileiro, casado, advogado, OAB/SP nº 83.489, com escritório na Rua Doutor Ulhôa Cintra, nº 999, Centro, Moji Mirim, São Paulo, telefone (19) 38622030, outorgando-lhe amplos poderes, dando por bem e valioso, com fim específico para solicitar cópias do TC 002613/026/07, TC 002613/126/07, TC 002613/226/07, TC 002613/226/07, TC 25072/026/07 e TC 30831/026/08, os quais tem como relator o Doutor Antonio Roque Citadini.

São Paulo, 02 de setembro de 2009.

Celso Capato
RG nº 10.947.614-1 SSP/SP
CPF nº 029.456.798-41

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO
ANTONIO ROQUE CITADINI

REQUISIÇÃO DE CÓPIAS

Processo: TC n° 2613/026/07 Data: 02/09/2009

Interessado ☐ Procurador ☐ Subestabelecido ☒ Autorizado ☐

Nome: Fernando Celso Ribeiro da Silva

Documento: ☒ OAB n° 83489 ☐ RG n° ☐ Funcional n°

Telefone: (0XX 19) 38622030

Procuração/Autorização: No ato ☒ fls. n° Volume

Substabelecimento: No ato ☐ fls. n° Volume

Assinatura:

Cópia de Páginas		
Vol		57 a 144
Vol		
Vol		
Vol		
Vol		
Vol		

Obs.: Relacionar em ordem crescente os números de páginas, especificando os volumes.

Quantidade de cópias: 87 Valor em R$ = 40,02

Justificação do Pedido

As custas deverão ser recolhidas no Banco Nossa Caixa S/A. O Código da receita é n° 2111-3. ***Obs.:*** *As cópias não retiradas no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data fixada, serão inutilizadas.*

Atendido pelo funcionário: Fátima

Fernando Celso Ribeiro da Silva
OAB/SP 83.489

147

Exmo. Sr. Dr. Conselheiro Antonio Roque Citadini do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - SP.

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE SÃO PAULO
PROTOCOLO
14 SET 16 36 2009 032386
10 26 2009

TC 2613/026/07

Celso Capato, já qualificado, através de seu advogado infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa., expor e requerer o quanto segue:

1. Face a necessária alteração do profissional que esta subscreve, e para que não venha a ter qualquer tipo de cerceamento de defesa, para que possa ter total conhecimento de todo o processado para apresentação de recurso e ou o que entender de direito, requeiro à Vossa Excelência a suspensão do feito.

2. Requeiro ainda, à Vossa Excelência dilação de prazo para interposição de recurso ordinário e ou outras deliberações que se fizerem necessárias pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Termos em que j. esta,
P. deferimento.

Holambra, 14 de setembro de 2009.

Fernando Celso Ribeiro da Silva
OAB/SP 83.489

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º _____
Proc. _____

Fls. 148

CARTÓRIO DO GABINHETE DO CONSELHEIRO
DR. ANTONIO ROQUE CITADINI

Expediente: TC – 32386/026/09
Interessado: Celso Capato.
Assunto: Encaminha documentos.

TERMO DE JUNTADA

Nesta data procedi à juntada de fls. 147

Encaminhem-se os presentes autos à consideração do eminente Conselheiro Dr. Antonio Roque Citadini.

CGC.ARC, em 17 de setembro de 2009.

RUI ROCHA CLARO
Agente da Fiscalização Financeira

Rrc.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho do Substituto de Conselheiro
Marcelo Pereira

Processo:	:	TC-2613/026/2007
Interessada	:	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Responsável	:	Sr. Celso Capato (Prefeito)
Assunto	:	Dilação de prazo para interposição do Pedido de Reexame
Advogado	:	Sr. Ferando Celso Ribeiro da Sila – OAB/SP nº 83.489

Visto.

Indefiro o requerido às fls. 147dos presentes autos, uma vez que os prazos recursais são peremptórios e improrrogáveis.

Publique-se, em seguida, ao cartório para aguardar o prazo fixado pelo artigo 71, da Lei Complementar nº 709/93.

GCARC, 25 de setembro de 2009

MARCELO PEREIRA
SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

Dlb/Alp

Publicado no DOE de 29/09/09

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP
DR. ANTONIO ROQUE CITADINI

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE SÃO PAULO
PROTOCOLO
- 1 OUT 15 03 2009 034890
- 1 0 2 6 2009

TC nº 2613/026/07
Interessada: Prefeitura Municipal da Est. Tur. de Holambra – SP
Objeto: Contas do exercício de 2007
Responsável: Celso Capato

CELSO CAPATO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 10.947.614 SSP/SP e do CPF/MF nº 029.456.798-41, tendo em vista a r. decisão publicada no D.O.E. de 01/09/2009, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal da Estância Municipal da Estância Turística de Holambra, exercício de 2007, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar seu **PEDIDO DE REEXAME**, nos termos do que preceitua o **artigo 71 da Lei Complementar n.º 709/93**, expondo e requerendo o seguinte:

I – CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES.

Em face dos apontamentos realizados pelo Agente Fiscalizador, resultaram falhas formais que não comprometeram a execução orçamentária e financeira do Município de Holambra, correspondente ao exercício de 2007, do qual foram apresentadas nossas justificativas, que podem perfeitamente ser acatadas por essa E. Corte, não devendo prosperar a rejeição das contas do exercício em comento.

Inicialmente, cumpre salientar que, ao contrário do que constou do r. relatório da Auditoria, pode-se afirmar a boa gestão do administrador, que aplicou regularmente **no ensino 25,03 % da receita de impostos e transferências na manutenção do ensino, conforme**

151

dispõe o art. 212 da CF/88. Na valorização do magistério aplicamos o percentual de **60,92% como dispõe o art. 7º da Lei Federal 9.424/94**. Na Saúde, aplicou **22,66%; as transferências à Câmara Municipal foram realizadas nos termos do que determina o § 2º do art. 29-a da Constituição Federal;** os encargos sociais estão com recolhimentos em ordem; realizou gastos de pessoal na ordem de **42,80% da RCL, cumprindo desta forma o mandamento do art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Os atos que visam dar transparência na **gestão** pública foram cumpridos, conforme **art. 9º, § 4º; art. 48; art. 51, § 1º, inciso I, todos da LC 101/00;**

Apresentou **superávit orçamentário de 3,19%,** inexistindo qualquer ato capaz de causar lesão ao erário ou mesmo locupletamento ilícito pelos responsáveis.

Não renunciamos à arrecadação dos tributos de nossa competência, conforme mandamento do art. 11 da L.R.F.

Entendemos que nossas contas anuais, correspondentes ao exercício de 2007, se encontram em condições de receber parecer favorável por parte dessa Colenda Casa de Contas, sendo que as irregularidades apontadas pela auditoria, são de natureza meramente formal, não influenciando no resultado das contas municipais, no exercício em comento, o que se demonstrará em seqüência, pois, assim estará essa E. Corte agindo de forma eficaz e produtiva em relação a essa Administração Municipal.

Para esclarecimento dos itens, preambularmente, cumpre destacar os apontamentos referentes aos percentuais de EDUCAÇÃO, os quais são imprescindíveis para análise desta E. Corte, sanando qualquer dúvida quanto a aplicação regular e constitucional, para posteriormente seguirmos a ordem apresentada no parecer desta E. Corte. Senão vejamos:

I – CONCLUSÃO:

2.2.1 – Aplicação no Ensino

- *O município não deu cumprimento ao art. 212 da Constituição (25,00% na educação infantil e no ensino fundamental), tendo atingido a aplicação percentual final no ensino de 23,35% das*

Tal decisão, aliás, vem escorada no brilhante parecer Técnico do Secretário – Diretor Geral do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que assim se manifestou (fls. 197 do processo 3476/0267/06):

> *Tendo em mira que a polêmica dá-se em torno da alimentação infantil na despesa obrigatória do ensino, cabe antes lembrar que, para a LDB (art. 71, IV) , os programas suplementares de alimentação não podem onerar os 25% de impostos; nem os 40% do FUNDEB, vale dizer, a parcela desse fundo não vinculada _a remuneração de profissionais do magistério.*
> *Não há norma legal dizendo o que venha a ser programa suplementar de alimentação. Escorado no bom senso, entendo tratar-se de reforço à alimentação fornecida pelas famílias, visando, claro, o melhor aproveitamento do aluno em sala de aula.*
> *Nesse cenário, penso que alimentação em creches e pré-escolas não se tipifica como programa suplementar, ampliativo, adicional da alimentação familiar, quero com isso dizer, considerando que o desenvolvimento físico da criança é, por força legal, uma das essenciais da educação infantil. (art. 29.LDB) e, que , via de regra, as crianças submetem-se a período integral naqueles estabelecimentos, à vista dessas razões, o gasto em debate nada têm de suplementar, podendo qualificar-se tal qual alimentação básica, essencial, elementar, pedagógica, de crianças que freqüentam creches e pré-escola.*
> *À guisa de exemplificar, não se pode dizer que o leite para bebês de creches tenha algo a ver com suplemento alimentar; o crescimento físico dessa pessoa é objetivo básico a orientar a pedagogia da educação infantil.*
> *Diferente, a merendado ensino fundamental e, sim complemento à alimentação do alunado, conquanto os respectivos estabelecimentos, no mais das vezes, não oferecem período integral, sendo que aquele nível de aprendizado move-se por escopos diversos do desenvolvimento física de crianças, mas, sim, pelos ditos do art. 32 da LDB..."*
> *Em suma, à vista dos objetivos, por nível de ensino, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, penso que a alimentação infantil não tem a marca do suplemento do conceito de merenda, mas, frente à*

> *natureza que a LDB vincula à educação infantil, é sim, elemento básico, essencial, pedagógico para os que freqüentam creches e pré escolas.*

Como se vê o mandamento contido no art. 71, inciso IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96) as despesas de alimentação infantil, não devem estar sujeitas à composição do percentual de aplicação, àquelas realizadas com a alimentação suplementar, conforme transcrevemos:

> Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
> IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social;
> **(grifo nosso)**

Portanto, a merenda oferecida nas creches, principalmente de Holambra que a criança é atendida em período integral é alimentação básica, visto não complementar a alimentação dos alunos, face sua natureza e condição, como bem explicitado no parecer.

Cumpre salientar ainda que o percentual havido com **alimentação infantil se encontra** dentro dos princípios de razoabilidade, representando em relação aos impostos arrecadados em **2007 o total de 1,68%.**

Por esta razão, pleiteamos que o valor total da despesa - R$ 272.719,16 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e dezenove reais e dezesseis centavos) seja integralmente devolvido ao cálculo do percentual, pois, não pode um equívoco prosperar maculando nossas contas do exercício.

Demonstra-se a seguir nossa aplicação na área da educação:

Total das Receitas de Impostos e Transferências	R$ 16.177.206,14	-
Total da aplicação considerado pela auditoria **(1)**	R$ 3.776.887,33	23,35%
Inclusões pleiteadas		
Despesas com alimentação do ensino infantil **(2)**	R$ 272.719,16	
Total das despesas com inclusão pleiteada	**R$ 272.719,16**	
Total geral da aplicação no Ensino(1+2)	**R$ 4.049.606,49**	25,03%

III - DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Tem se firmado junto a Doutrina e também junto aos mais variados Tribunais de Constas que, visando assegurar o cumprimento do dever do Estado de proporcionar a educação, a Constituição da República estabelece, para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, percentuais mínimo de aplicação sobre a receita decorrente da arrecadação de impostos.

A questão se torna especialmente relevante na medida em que o exercício da fiscalização, consubstanciado na análise das contas de governo, envolve a avaliação do alcance desses percentuais e com a crescente a demanda da população, especialmente nos pequenos municípios, pela implantação do ensino em tempo integral, caso em que o desenvolvimento das chamadas atividades de "contra-turno" e o fornecimento de alimentação escolar é **indiscutivelmente necessário**.

Não obstante, existirem alguns entendimentos no sentido de se glosar despesas com alimentação e "contra-turno". Mais recentemente tem se firmado o entendimento que podem ser consideradas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e, portanto, integrar as despesas passíveis de serem computadas no percentual estabelecido pela Constituição Federal.

Antes de continuar, se faz necessária algumas considerações imprescindíveis, visando expor a problemática em torno do assunto e possibilitar sua avaliação sob dois enfoques: um pautado unicamente nos métodos tradicionais (e eficazes) de interpretação (gramatical, lógico, sistemático e histórico), outro, decorrente de uma nova hermenêutica, fundado, também, no princípio da unidade da Constituição.

O entendimento da impossibilidade do cômputo dos valores para cálculo do percentual não é o mais acertado, como veremos a seguir.

Inicialmente veremos que interpretação literal peca por seus próprios excessos.

Realmente, a Constituição da República, em seu art. 212, estabelece que:

> "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
> ...
> § 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários."

Regulamentando a matéria, a Lei de Diretrizes e Bases (nº 9.394/96), traz:

> Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
> I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
> II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
> III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
> IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
> V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
> VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
> VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
> VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar. (Grifou-se.)
> Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
> I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
> II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

> III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
> IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
> V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
> VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino."

A interpretação conjunta dos dispositivos acima transcritos permitiria se chegar às seguintes conclusões:

> a) Apenas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino poderão ser computadas para o fim de alcance do percentual mínimo de 25%;
> b) De acordo com o art. 70 da LDB, consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições de ensino, tal como aquelas que arrola, exemplificativamente, em seus incisos – é o que se extrai, sobretudo, da expressão "compreendendo", empregada pelo legislador e grifada na transcrição acima; portanto, outras despesas diversas das enumeradas, mas atinentes à consecução dos objetivos básicos, podem ser computadas;
> c) O art. 71 da LDB exclui, expressamente, do cômputo do percentual, despesas que, em primeira análise, não se relacionam aos objetivos básicos das instituições educacionais, proibindo, por tal razão, em harmonia com o teor do art. 70, seu custeio com recursos integrantes daquele percentual;
> d) Nesse elenco, encontram-se os programas suplementares de alimentação (inciso IV do art. 71), que conforme estabelece o § 4º do art. 212 da Constituição da República, serão custeados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

Entretanto, não há norma legal disciplinando o que se deva entender como programa suplementar de alimentação, o que, em face do disposto no art. 227 da Constituição da República, faz supor que seriam aqueles destinados a reforçar a alimentação fornecida no âmbito familiar, ou seja, programas que visam suplementar a alimentação, com caráter assistencial. Como tais, podem ser citados, apenas para melhor

ilustrar, os programas "cesta básica", "bolsa família", "bolsa alimentação", "bolsa escola", todos desenvolvidos pelo Governo Federal.

O renomado CELSO RIBEIRO BASTOS ensina que:

> "Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, conforme o § 4º do art. 212, não serão financiados pelos recursos públicos destinados à educação, como reza o art. 68 da Lei nº 9.394/96, mas com recursos alocados de contribuições sociais e outros recursos. Portanto, os recursos que financiarão os programas suplementares de auxílio ao educando serão os do orçamento da seguridade social. Escreve Manoel Gonçalves Ferreira Filho: 'Nitidamente este parágrafo tem o objetivo de excluir do cômputo dos gastos com o ensino o que é dado ao estudando como apoio. Isto é, o que lhe é concedido como fruto de 'programas suplementares'. Esses programas deverão ser definidos pelas verbas da seguridade social'."

E complementa:

> "Nosso legislador constitucional achou por bem estabelecer no § 4º do art. 212 que os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, dispostos no art. 208, VII, sejam financiados com recursos de contribuições sociais e outros recursos orçamentários. É dizer, com recursos do orçamento da seguridade social; os recursos da educação não poderão, portanto, ser utilizados para financiar esses programas."

Infelizmente, para alguns, a alimentação escolar se enquadraria na noção de "programa suplementar de alimentação" e, como decorrência lógica e imediata, os valores empregados a tal título não seriam considerados para fins de verificação do alcance do índice constitucional.

Esta é a solução primeira, emergente da interpretação "fria", por assim dizer, dos dispositivos constitucionais e legais atinentes à matéria.

Entretanto, seu potencial para acarretar conseqüências indesejadas e gravosas ao interesse público pode torná-la demasiadamente simplista e até **conflitante com o dever do Estado de**

suprir as necessidades alimentares e de viabilizar a educação, notadamente o ensino em tempo integral.

O texto escrito apenas se compatibilizaria integralmente com os verdadeiros objetivos do legislador mediante um maior esforço exegético, tal como melhor apreciado abaixo.

O entendimento mais moderno é de se possibilitar o cômputo dos valores para cálculo do percentual, como veremos.

É irrefutável que a alimentação escolar desempenha papel fundamental na educação infantil e que o seu caráter assistencial persiste, pela própria natureza da ação governamental. Assim, a alimentação escolar passou a assumir uma função elementar no aprendizado, tornando-se instrumento absolutamente necessário e fundamental ao exercício do dever do Estado de propiciar a educação.

A preocupação constante com a repercussão da fome e da desnutrição no desempenho escolar há muito vem produzindo o esforço conjunto dos Governos Federal, Estaduais e Municipais no desenvolvimento de programas que visam melhorar a cada dia a alimentação.

O objetivo primário é assistir a criança e o adolescente em seu desenvolvimento, proporcionando parte dos nutrientes necessários, visando, através do fornecimento da alimentação, manter o aluno na escola, melhorar seu rendimento e contribuir para a redução da evasão escolar.

Vale transcrever trecho extraído do *site* da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, que bem retrata essa idéia:

> "A 'fome' pode ser considerada um entrave à concentração necessária à aprendizagem e, conseqüentemente, atua como obstáculo a permanência do aluno na escola. Por isso, o Projeto 'Merenda Escola' tem como objetivos melhorar as condições fisiológicas do aluno, de forma a favorecer o processo ensino-aprendizagem, promover a educação nutricional no âmbito da escola, de forma a reforçar a aquisição de bons hábitos alimentares e reduzir a evasão e repetência escolar".

Portanto, não se trata, meramente, de um programa assistencial de combate à fome e à desnutrição, mas de uma ferramenta de ensino.

De acordo com informações obtidas na página do FNDE na *internet*:

> "Dessa forma, o programa contribui para a melhoria da capacidade de aprendizagem, para a formação de bons hábitos alimentares, além de contribuir para a redução da evasão escolar".
> "O PNAE possibilita uma melhor qualidade de vida para 22% da população brasileira ao desenvolver políticas de qualidade alimentar e nutricional. Além de contribuir para uma boa aprendizagem, o programa significa incentivo ao combate à fome e melhoria na alimentação dos alunos localizados nas regiões mais carentes".

O Tribunal de Contas da União, no evento Diálogo Público realizado em 2004, enfatizou a importância da alimentação escolar, frizando, exatamente, a importância de seus efeitos em relação ao aproveitamento e à evasão escolar – trouxe, aliás, no intuito de sensibilizar a população quanto à importância do controle social no contexto dos Conselhos de Alimentação Escolar instituídos pela lei, depoimentos de crianças acerca da dificuldade de estudar quando não alimentadas.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em sua Resolução nº 102, de 15 de junho de 1994, esclareceu que, "tendo em vista a dimensão social do fornecimento da merenda escolar", procurava "incentivar o comparecimento do aluno à escola" (art. 3º).

É evidente que a alimentação escolar passou a ser um instrumento elementar, essencial, indispensável à educação, tanto quanto aqueles arrolados nos incisos do art. 70 da LDB – professor, material didático, transporte escolar, bolsa de estudo.

O fornecimento de alimentação escolar, se não está diretamente dentre os objetivos básicos das instituições de ensino, é ferramenta de apoio da mais alta relevância no desempenho das funções do Estado, devendo despertar especial atenção por parte dos nossos governantes.

Pode-se dizer que, nas condições de pobreza da grande massa da população brasileira, o direito à educação está atrelado

ao direito à alimentação e o fornecimento de alimentação escolar desempenha dupla função, essencial a ambos: a) combater a fome e a desnutrição e, b) não só melhorar, mas possibilitar, conforme o caso, o aprendizado.

Assim, o fornecimento de alimentação escolar seria um aspecto do direito à educação, integrando o rol dos direitos da criança e do adolescente cuja garantia cumpre ao Estado, concorrentemente com a família e a sociedade, e com absoluta prioridade, conforme estabelece o já citado art. 227 da Constituição da República, cuja transcrição ora se faz oportuna:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Observe-se o que escreve Paulo Bonavides:

> "Os métodos tradicionais, a saber, gramatical, lógico, sistemático e histórico, são de certo modo rebeldes a valores, neutros em sua aplicação, e por isso mesmo impotentes e inadequados para interpretar direitos fundamentais. Estes se impregnam de peculiaridades que lhes conferem um caráter específico, demandando técnicas ou meios interpretativos distintos, cuja construção e emprego gerou a Nova Hermenêutica.
> ...
> A solução aventada por Klauss Stern reside em descobrir uma abalizada teoria dos direitos fundamentais, utilizando tanto os 'novos' como os 'velhos' métodos de interpretação e compreendendo a interpretação da Constituição como concretização já da Constituição mesma, já, sobretudo, dos direitos fundamentais, escorada nos princípios de interpretação constitucional, entre os quais se insere aquele de mais subido grau, a saber, o princípio da unidade da Constituição; um princípio excluidor de contradições.
> É o princípio que, por excelência, preserva o espírito da Constituição. E, tratando-se de interpretar direitos fundamentais, avultam a sua autoridade e prestígio, na

medida em que a natureza sistêmica, imanente ao mesmo, pode conduzir, entre distintas possibilidades interpretativas, à eleição daquela que realmente, estabelecendo uma determinada concordância fática, elimina contradições e afiança a unidade do sistema.

A inclinação hermenêutica para a 'unidade da Constituição' é, segundo Stern, 'o mais nobre princípio interpretativo que existe', princípio de incontrastável preponderância na jurisprudência alemã. Arrima-se esse jurista em um acórdão da Corte de Karlsruhe onde os juízes constitucionais sentenciaram: 'Não se pode considerar isoladamente uma estipulação singular da Constituição nem pode ser ela interpretada 'em si mesma', senão que deve manter 'conexão' de sentido com as demais prescrições da Constituição, formando uma unidade interna', porquanto da 'totalidade da Constituição emergem determinados princípios constitucionais bem como decisões fundamentais, às quais se subordinam as estipulações isoladas da Constituição', e com as quais devem guardar compatibilidade'."

Citando Häberle, escreve:

"...O avanço traduz-se na Alemanha, conforme ele observa, com o freqüente emprego da máxima segundo a qual os direitos fundamentais já não têm eficácia 'em função da lei', mas, ao contrário, as leis ganham eficácia 'em função dos direitos fundamentais'. É, aliás, uma averiguação que já fora feita precursoramente por Krueger e que serve para marcar a passagem do primeiro Estado de Direito – o Estado legal, o Estado da separação dos poderes – ao segundo Estado de Direito – o Estado constitucional, o Estado do novo dogma dos direitos fundamentais, o Estado assentado sobre o pedestal de quatro gerações cumulativas de direitos, que culminam com o direito à democracia, apanágio do gênero humano e coroamento daquele axioma de concretização progressiva da liberdade".

Ainda a propósito, anote-se a lição de José Afonso da Silva:

> "A norma assim explicitada – 'A educação, direito de todos e dever do Estado e da família (...)' (arts. 205 e 227) -, significa, em primeiro lugar, que o Estado tem que aparelhar-se para fornecer, a todos, os serviços educacionais, isto é, oferecer ensino, de acordo com os princípios estatuídos na Constituição (art. 206); que ele tem que ampliar cada vez mais as possibilidades de que todos venham a exercer igualmente esse direito; e, em segundo lugar, que todas as normas da Constituição, sobre educação e ensino, hão que ser interpretadas em função daquela declaração e no sentido de sua plena realização. A Constituição mesmo já considerou que o acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, é direito público subjetivo; equivale a reconhecer que é direito plenamente eficaz e de aplicabilidade imediata, isto é, direito exigível judicialmente, se não for prestado espontaneamente"

Para assegurar o cumprimento do dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à alimentação, à educação e à dignidade, a Constituição visou a concretude de tais garantias.

Assim, o fornecimento de alimentação escolar é um efetivo e imediato instrumento de realização de tais deveres, a interpretação de normas que sobre ele produzam conseqüências, mesmo que reflexamente, deve ser sempre no sentido de preservar-lhe a integridade.

Ainda, se faz necessário tomar como premissa que, no § 4º do art. 212, os programas suplementares de alimentação seriam financiados com recursos da seguridade social e outros recursos orçamentários, excluindo-os dos objetivos precípuos da educação, o legislador constituinte provavelmente não vislumbrou uma situação de semi-dependência do aprendizado em relação ao auxílio estatal, como a que ora se apresenta. Ou, ainda que essa consciência estivesse presente, pretendeu-se que o Estado, através da Seguridade Social e de outros recursos orçamentários, detivesse meios suficientes de atender àquele seu dever, o que nem sempre se mostra verdadeiro.

Veja-se a crítica de Celso Ribeiro Bastos:

> "No art. 208 da Constituição o Estado se compromete a oferecer a educação. Poderíamos dizer que o dever do Estado com a educação é a contrapartida do direito dos cidadãos à educação. Apesar de a Constituição instituir

> uma série de garantias no que diz respeito à efetivação do dever do Estado com a Educação, na realidade este não se encontra em condições de cumpri-las. O que acaba acontecendo na verdade é que as garantias constitucionais perdem a eficácia, pois é praticamente impossível sua realização. O Estado está sobrecarregado de encargos sociais, e a receita dos orçamentos públicos não é suficiente para suprir as necessidades da população nessa área".

É certo que não há norma legal explicitando ser a alimentação escolar um programa suplementar de alimentação e que sua classificação como um instrumento de atuação do Estado na execução de seu dever de proporcionar, com prioridade, educação à criança e ao adolescente não seria descabida.

Portanto, a questão é de suma relevância e demanda análise extremamente cautelosa e ponderada, de modo a evitar qualquer prejuízo indevido – e, porventura, fatal - a interesses públicos maiores.

Seguindo o pensamento acima exposto, pode se afirmar que a exclusão dos valores despendidos com a alimentação escolar dos percentuais estabelecidos no art. 212 da Constituição pode significar alguns passos atrás na corrida contra a desnutrição e o analfabetismo.

Portanto, a atenção dispensada pelos governos a essa obrigação, destacando do orçamento valores significativos e suficientes para promover o adequado suprimento da alimentação escolar, é atividade que não deveria ser desestimulada.

No âmbito da Corte Paranaense, o art. 22 do Provimento nº 37/99-TC considerou como possíveis de serem suportadas por recursos oriundos do FUNDEF (pelos 40% restantes após a destinação de 60% à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício) despesas com professores em desvio de função, a despeito do teor do art. 71, VI da LDB, e pessoal desenvolvendo atividades meramente operacionais, as quais, na linha da análise restrita, não são "realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais" (art. 70, caput da LDB). Transcreve-se:

> Art. 22. As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, realizadas com o restante dos recursos do FUNDEF (deduzida a remuneração dos profissionais do magistério e a capacitação de professores leigos até o ano 2001), devem ser efetivadas de acordo

> com o art. 70, da Lei nº 9.394/96, observadas as restrições constantes do art. 71, do mesmo diploma legal, merecendo destacar, a título de esclarecimento, que se enquadram nesse conjunto de despesas, os seguintes itens:
> I – Pagamento de profissionais, incluindo-se os professores em desvio de função, em efetivo exercício no âmbito do ensino fundamental do sistema de ensino, desenvolvendo atividades de natureza técnico-administrativa;
> II – Pagamento de profissionais em efetivo exercício no âmbito do ensino fundamental, ou de instituições (pessoa jurídica), desenvolvendo atividades de apoio, relacionadas à realização de serviços operacionais diversos necessários ao funcionamento dos sistemas do ensino (conservação, limpeza, segurança, preparação de merenda escolar, etc.).

Logo, por coerência, considerar despesas com fornecimento de alimentação escolar para o alcance do percentual mínimo não destoaria da linha já adotada.

É evidente que o binômio transporte-alimentação é elemento fundamental do processo educacional, garantindo, o primeiro, o direito constitucional de acesso e, o segundo, a permanência no ambiente escolar, em especial, em sala de aula.

Ressalta-se, ainda, entendimento já exarado pelos mais diversos Tribunais de Contas, no sentido de que o fornecimento da merenda escolar destina-se à manutenção e desenvolvimento do ensino básico.

Pode se concluir que a alarmante situação do sistema educacional do País está sempre a ensejar a busca de novos rumos, novas ferramentas que permitam torná-lo realmente apto ao fim a que originalmente se destina.

A difícil realidade de pequenos municípios, cujos **orçamentos são consideravelmente estreitos**, assim como a constatação de que, em certos casos, ainda que o índice não tenha sido alcançado, há uma adequada ação governamental em prol do incremento da educação, demandam, a nosso ver, o repensar do tema, sem, é claro, desbordar dos limites impostos ao intérprete pela hermenêutica.

É certo que governos devem
visando cumprir o dever do Estado de propiciar a edu
também, que a lei deve trazer meios de estimulá-la
mesmo reconhecer aquelas que já venham sendo re
tornar efetiva a luta contra aquele que ainda é o m
País, o analfabetismo.

Não se deve, portanto, usar a ir
restritiva do artigo 71 da LDB, desestimulando ges
desenvolvimento e ampliação do ensino em te
impossibilidade de contabilizar o custo destas ações
de 25% a que se refere o artigo 212 da Carta Feder
desiderato constitucional e das atuais avaliações e pr
favoráveis à integralidade.

Por derradeiro, consigne-se ainc
pauta foi bastante polêmico em 2008, não havendo
unânime deste E. Tribunal, nesse sentido. Somente
decidiu-se então em julgamento das contas do g
considerar a despesa com alimentação infantil no co
de 25% de que trata o artigo 212 da CF.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAI

Finalmente, há que se res
acatamento, que se deve separar o joio do trigo,
**básica (alimentação necessária e imprescin
quantidades de calorias diárias suficientes para
ser humano)**, ou seja, café da manhã, almoço, café d

Já a **alimentação suplementar
a básica),** ou seja, aquela que ocorreria se o aluno es
quando ele comeria um suplemento na escola e
almoçaria, mas, se estuda no período da tarde, al
suplementaria esta alimentação, à tarde na escola, co

**No caso especifico de Holambr
falar em alimentação suplementar, como aquela
da LDB, pois esta não proíbe que sejam p
alimentação infantil básica, mas vedaria
alimentação considerada suplementar.** Pois,
verificar da redação da referida norma (transcrita
vedação da inclusão dos gastos com alimentação b
imprescindível):

Art. 71. Não constituirão despes
e desenvolvimento do ensino a
com:
I - pesquisa, quando não vincula
de ensino, ou, quando efetivada
de ensino, que não vise, pr
aprimoramento de sua qualic
expansão;
II - subvenção a instituições púb
de caráter assistencial, desportivc
III - formação de quadros
administração pública, sejam n
inclusive diplomáticos;
IV - programas suplementares
assistência médico-odontológic
e psicológica, e outras forma
social;
V - obras de infra-estrutura, ain
para beneficiar direta ou indir
escolar;
VI - pessoal docente e demais
educação, quando em desvio d
atividade alheia à manutenção e
do ensino."

Holambra é um município agrícola, onde a mães saem de casa cedo para trab incremento da renda familiar, e as suas crianças sã volta das 6:30 horas na escola, quando recebem a p que é o café da manhã, com pão, leite, etc. Às 1(almoço; às 13:30 horas, o café da tarde; às 16:30 banho, a janta. Estas crianças vêm e voltam para escolar municipal ou são trazidas e levadas por se unidade escolar.

Tanto os que vão com transporte que são levados por seus pais, alguns até bicicleta de aquisitivo destes, chegam em casa após as 18:00 h mães, que trabalharam o dia todo, façam sua higiene preparo do jantar, estas crianças já estariam dormind

sido alimentadas na Unidade Escolar, ficariam sem a devida alimentação, sendo sérias candidatas à desnutrição e ao atraso escolar.

Tais considerações têm apoio inclusive nas declarações escritas da Sra. Ana Cláudia Benini Meulman, CRN – 3ª - 5522, nutricionista da Rede Pública de Ensino do Município de Holambra, e da Sra. Maria Cristina Barbosa Nader, Vice-diretora de unidade escolar do Município de Holambra.

Portanto, o Município de Holambra não tem feito nada mais do que cumprir com sua obrigação, que é fornecer alimentação ao aluno durante todo o período, em que ele permanece na escola, não se tratando, portanto, de alimentação suplementar, mas alimentação básica.

Portanto, pedimos a reconsideração deste E. Tribunal quanto ao apontamento a fim de dar por regular o gasto bem como o percentual constitucional, considerando-o como sendo 25,03%.

No que tange as demais glosas, acataremos a anotação como recomendação para que não ocorra em anos posteriores.

Feitas as devidas considerações, frise-se novamente, não há razão para que persistam referidos apontamentos, posto não passarem de meras falhas pontuais, que merecem ser expurgadas desse relatório.

Diante do exposto, entendemos que restou demonstrada a boa gestão das contas no exercício de 2007, especialmente porque cumpridos todos os percentuais exigidos em lei, cabendo aos desacertos cometidos e alvo de comentários nessa peça, o total acolhimento do presente pedido de reexame, com a conseqüente APROVAÇÂO DAS CONTAS ANUAIS DE 2007, por esta E. Corte de Contas, medida esta que entendemos de Direito e mais lídima Justiça!

São Paulo, 30 de setembro de 2009.

Celso Capato (~~Ex~~ Prefeito Municipal)

169

Holambra, 01 de outubro de 2009.

Maria Cristina Barbosa Nader, RG 18.330.712-4, CPF 068.895.648-39, funcionária pública desde 20/07/2004 no cargo de Coordenadora Administrativa de Unidade de Educação Infantil "CECI CASULO", Chefe de Divisão de Educação Infantil até Julho de 2008 e atualmente como Vice Diretora de unidade Escolar no Ensino Fundamental, vem através desta relatar com propriedade os fatos referentes a **excelente qualidade** da merenda no dia a dia das crianças nas quatro Unidades de Educação Infantil do Município da Estância Turística de Holambra. O horário de funcionamento das unidades é das 6:30 as 17:30, com exceção de alguns pais, que por trabalharem em sua maioria no sítio e utilizarem como principal transporte bicicleta, se atrasam e chegam até as 18:00 horas.

A rotina das Unidades de Educação Infantil contém **05 refeições diárias**, sendo dividida da seguinte forma:

7:00 as 7:30 - Café da manhã (Pão,Leite e bolacha)

9:00 as 9:30 - Suco de fruta natural

10:30 as 11:00 - Almoço (Arroz, feijão, carne, legumes e salada, sempre acompanhado com uma fruta).

13:00 as 13:30 - Suco de fruta natural

15:30 as 16:00 -Jantar (Sopa com carne e legumes ou macarrão com molho e carne).

As crianças de 04 meses a 03 anos se alimentam também no café da manhã e após o almoço com uma mamadeira contendo leite puro ou batido com frutas.

A importância de uma boa merenda escolar já foi comprovada por inúmeros estudos e pesquisas. Os benefícios que a alimentação balanceada traz aos alunos passam pelo desenvolvimento físico a té o progresso intelectual. Sabendo que em sua maioria são crianças carentes, que se alimentam e fazem sua higiene pessoal apenas na unidade, chegando no dia seguinte com a mesma roupa. Por isso o cardápio é preparado por uma nutricionista para que contenha na merenda os principais nutrientes necessários para o desenvolvimento da criança em seu aspecto físico e cognitivo. **Cada Unidade de Educação Infantil possui cerca de 100 crianças**, de 4 meses a 6 anos de idade, sendo aproximadamente **450 crianças,** onde todas são muito bem cuidadas e alimentadas pelas orientadoras , que são chamadas muitas vezes de mãe pelas crianças ,pois,ficam com elas por mais de 10 horas diariamente, devido os pais trabalharem fora. Essas orientadoras oferecem para as crianças as principais refeições do dia, educando-as em seu desenvolvimento intelectual junto com a equipe para se tornarem crianças saudáveis, seguras e autônomas, facilitando o processo de aprendizagem.

É importante ressaltar que a prefeitura de Holambra sempre supriu em todas as unidades de educação infantil uma merenda completa e de qualidade, sendo exemplo na região.

Maria Cristina Barbosa Nader

Vice Diretora de unidade Escolar da

Estância turística de Holambra

Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Mogi Mirim
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua Rota dos Imigrantes, 562A - Centro - CEP 13825-000 - Holambra/SP - Fone: (19) 3902-4322 - e-mail: cartoriodeholambra@hotmail.com
Reconheço, por semelhança, a firma de: MARIA CRISTINA BARBOSA NADER, em documento sem valor econômico. dou fé.
Holambra, 01 de outubro de 2009.
Em Testº da verdade. Cód. (20)4544100025500002463)
KRISTINA APE. MARCANELE - Escrevente Autorizada(HD:1)
Total R$ 2,90

Cartório Notarial do Brasil - SP
Autenticação
1269AA092998
Holambra - SP

Cartório Notarial do Brasil - SP
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída neste RCPN a TN a qual confere com o original, do que dou fé.
Holambra, 01 OUT. 2009
Pf Autenticação R$ 2,00
Em Test
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial
Válido somente com o selo de autenticidade

Doc(1)

170

CONSIDERAÇÕES QUANTO ALIMENTAÇÃO INFANTIL – UNIDADE CRECHE

As crianças que freqüentam as creches têm idades entre 4 meses até 6 anos. Para estas crianças são servidas integralmente todas as refeições necessárias para suprir 100% das recomendações nutricionais diárias , visto que, estas crianças permanecem em período integral ficando muitas vezes até mais de 10 horas na Unidade Escolar – creche.

Refeições oferecidas e Horários a serem servidas:

Café da manhã (7:00 hs)- leite integral com achocolatado / pão francês ou semolina com margarina

Lanche da manhã (9:00 hs) – Suco de frutas natural

Almoço (entre 10:30 hs e 11:20 hs) – Salada , legumes ou verduras refogados , Arroz, Feijão , Carne (variada) e fruta (Sobremesa). Sempre considerando um cardápio variado qualitativamente completo , suprindo integralmente as necessidades nutricionais para cada faixa etária das crianças que freqüentam a creche.

Lanche da tarde (13:30 hs) – leite integral batido com frutas ou cereais

Lanche reforçado (jantar - 16:00 hs) – neste horário são oferecidos opções diferenciadas a cada dia : Sopa de carne, legumes, verduras e cereais ; ou Macarronada com molho de carne ou frango ; ou lanche nutritivo de frios e alface / tomate (queijo e apresuntado); entre outras opções oferecidas.
OBS: Além deste cardápio para crianças até 3 anos são oferecidas leite (mamadeiras ou copo) em 2 horários, suprindo suas necessidades de cálcio diárias

Sendo assim oferece uma alimentação completa diária rica em nutrientes (proteínas, carboidratos, lipídios , vitaminas e sais minerais) promovendo a criança uma melhor disposição aos desafios da aprendizagem.

HOLAMBRA

Ana Cláudia Benini S. Meulman – CRN 3ª – 5528
Nutricionista responsável pela Alimentação Escolar do Município da Estância Turística de Holambra – Desde – 2002.

Pessoas Naturais e Tabelionato
Colégio Notarial do Brasil - SP
ARPEN SP
Certificação
1269AA092996
Holambra - SP

RCPN e TABELIONATO DE NOTAS HOLAMBRA I S.
Rua Rota dos Imigrantes, 562 A Tel: (19) 3902-4322
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída neste RCPN e TN a qual confere com o original, do que dou fé.
Holambra, 01 OUT. 2009
Em Test'
P/ Autenticação R$ 2,00
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial
Sandra Maria de Araújo Corrêa - Subst. do Tabelião
Rosileide Ap. Bernardo de Andrade - Escr. Autorizada
Válido somente com o selo de autenticidade

DOC (12)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 171
Proc.

CARTÓRIO ANTONIO ROQUE CITADINI

EXPEDIENTE: 34890/026/09

INTERESSADO: CELSO CAPATO

ASSUNTO: PEDIDO DE REEXAME

TERMO DE JUNTADA

Cartório GC-ARC, 2 de outubro de 2009.
Nesta data, procedi a juntada de fls. 150/170.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Exmo. Conselheiro Dr. Antonio Roque Citadini.

Marcos Issamu Kazihara
Assistente Técnico de Gabinete I

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 178

Despacho do Conselheiro Relator
Antonio Roque Citadini

Processo	:	TC - 2613/026/2007
Interessado	:	Prefeitura Municipal de Holambra
Responsável	:	Sr. Celso Capato (Prefeito)
Assunto	:	Pedido de Reexame

Visto.

Em face do acrescido às fls. 150 e seguintes, encaminhem-se os autos à ATJ e à SDG, para que se manifestem quanto à preliminar, e, se for o caso, também quanto ao mérito.

Cumpra-se.

GCARC, 05 de 07 de julho de 2009

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO

Dlb/Alp

173

EXCELENTISSIMO SR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SÃO PAULO

DR. ANTONIO ROQUE CITADINI

REF:- TC – 2613/026/07 Contas anuais do exercício 2007
Município Estância Turística de Holambra sp.
Responsável – Celso Capato
Informações complementares item 2.2.1- aplicação no ensino

CELSO CAPATO , Brasileiro , casado , portador da cédula de identidade RG-10.947.614-1 SSP/SP e do CPF/MF 029.456.798-41 , em vista ao r. despacho publicado no DOE de 01/09/2009 ,principalmente no tocante ao item 2.2.1 (aplicação no ensino) apesar das justificativas , já protocoladas por mim em , venho , respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar informações complementares que se fazem necessárias.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aplicação no Ensino.

Aplicação no Ensino de 23,35% abaixo do que estabelece o art. 212 da CF.

Em que pese as justificativas por mim já apresentadas , tanto ao relatório da auditoria , quanto ao r. despacho proferido por Vossa Excelência em pedido de reexame das referidas contas , é necessário apresentar algumas informações complementares .

TCESP - SEDE
TC - 13802/026/10
06/04/2010 - 16:29
71-6547-5912-2780

Sr.Conselheiro , sobre este delicado tema nos permitimos ressaltar fatos pretéritos para o correto entendimento e julgamento da matéria.

Poderia ocupar este espaço com argumentos sólidos acerca da interpretação dos mandamentos contidos na Lei de Diretrizes a Bases da Educação, sobretudo o artigo 29 da sobredita Lei :

> Art.29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
>
> Art.30 A educação infantil será oferecida em :
> I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três nos de idade.
> II- pré – escola, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Como se observa temos, claramente, o dever de garantir que as crianças atendidas se desenvolvam nos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social , fato que não será possível se não garantirmos aos freqüentadores das creches e pré-escolas municipais condições alimentares para que possam atender às necessidades diárias de nutrientes, necessários ao seu desenvolvimento físico e mental. Logo, não é contrário ao mandamento da LDB que aquela refeição servida aos atendidos nas creches e pré-escolas seja considerada como despesa da educação, sobretudo em nosso município onde atendemos às crianças em período integral.

O preceito do artigo 71 da mesma lê, como sabem Vossas Senhorias, é no sentido da vedação da alimentação suplementar, ou seja, aquela servida no ensino fundamental e médio.

Com tudo, não entremos nessa Seara, nos atrelemos aos julgamentos de nossas contas do exercício de 2006. Nos relatórios da auditória que analisou o exercício

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho do Conselheiro Relator
Antonio Roque Citadini

Processo	:	TC - 2613/026/2007
Interessado	:	Prefeitura Municipal de Holambra
Responsável	:	Sr. Celso Capato (Prefeito)
Assunto	:	Complementação ao Pedido de Reexame

Visto.

À ATJ e à SDG, para cumprir o r.despacho de fls. 172, sem prejuízo da análise da complementação juntada a partir das fls.173, e seguintes.

Cumpra-se.

GCARC, 15 de abril de 2010

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO

Dlb/Alp

Processo :**TC-2613/026/07**

Interessada :**Prefeitura Municipal de Holambra**

Assunto :**Pedido de Reexame- Aplicação no Ensino**

Exercício :**2007**

Conselheiro :**Antonio Roque Citadini**

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

Em atendimento ao r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator à fl.retro, examinamos o Pedido de Reexame e as Informações Complementares,no que tange a aplicação no ensino, e passamos a nos manifestar.

O Recorrente , em suas razões, reitera seus argumentos acerca da glosa com alimentação infantil.

De nossa parte, não consideramos procedentes os argumentos do Recorrente de fls.150/168 e fls.173/175, uma vez que matéria em pauta já foi analisada em primeira instância.

Neste sentido, considerando que nenhum

argumento novo sobre o tema foi carreado aos autos ,não há motivos para que esta Assessoria se manifeste de maneira contraria ao que já fora decidido.

Ante o exposto, reiteramos o percentual acolhido no R.Parecer à fl.143 ,publicado no D.O.E de 01/09/09(**Total no Ensino 23,35% e Valorização no Magistério 60,92%).**

É a manifestação que submetemos à consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 12 de agosto de 2010

Delza Aparecida Pereira de Araujo
Assessoria Técnica

Processo: TC - 002613/026/07

Órgão: Prefeitura Municipal de Holambra

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

A Colenda Primeira Câmara, na sessão de 14/04/09, emitiu v. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Holambra, exercício de 2007, (fls. 138/144). A rejeição decorreu da insuficiente aplicação de 23,35% das receitas e transferências de impostos no ensino, infringindo o disposto no artigo 212 da Constituição Federal .

Inconformado o Sr. Celso Capato (ex-Prefeito) encartou a petição denominada "Pedido de Reexame" e documentos de fls. 150/170 e informações complementares ao Pedido de Reexame de fls. 173/175.

Agora, por determinação de fls. 177, retornam os autos a esta Assessoria para manifestação.

É o sucinto relatório.

Preliminarmente, entendo que o petitório configura pedido de reexame, pois, por meio dele, Sua Senhoria visa afastar os fundamentos do v. Parecer que lhe é desfavorável (art. 70, caput da L.C. n° 709/93). Demais, o apelo há de ser recebido, porque legítima a parte e tempestiva a sua interposição

(art. 71). Com efeito, a r. orientação foi publicada no Diário Oficial do Estado em 01/09/09 (fls. 144), e o recurso protocolizado em 14/09/09 (fls. 147).

Mérito.

No mérito, a Origem solicita, em outras palavras, seja dado provimento ao presente pedido de reexame, para o fim de ser retificado o v. Parecer proferido da E. Primeira Câmara, com emissão, desta feita, de Parecer favorável às contas.

Para o intento, assevera que aplicou 25,03% da receita de impostos e transferências na manutenção do ensino e contesta, em suma, a glosa das despesas com alimentação infantil no valor de R$ 272.719,16 e assevera que a merenda oferecida nas creches, principalmente de Holambra, em que a criança é atendida em período integral, é alimentação básica, visto não complementar a alimentação dos alunos, face sua natureza e condição.

Após a análise do processado, a Assessora Especialista (fls. 178/179), confirma a insuficiente aplicação de 23,35%, das receitas de impostos no ensino. Expõe que os argumentos apresentados são do mesmo teor que os apresentados por ocasião da defesa prévia, já analisados e refutados em primeira instância. Nessa conformidade, atesta que nenhuma alegação nova sobre o tema foi carreada aos autos, motivo pelo qual entende que inexiste motivo para manifestação contrária ao que já foi decidido nos autos.

De minha parte, acompanhando o posicionamento da Assessora Especializada, que atestou remanescer inalterada a infringência ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, pela insuficiente a aplicação de 23,35% dos recursos

provenientes da receita de impostos e transferências no ensino, concluo que não merece reforma o r. Parecer combatido.

Há considerar, por fim, que a insuficiente aplicação no ensino constitui falha grave que, mesmo de forma isolada, por inúmeras vezes motivou a rejeição de contas, sendo torrencial a jurisprudência desta C. Corte em tais circunstâncias.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto e considerando inalterado o "status quo ante" processual manifesto-me pelo conhecimento do recurso, todavia no mérito pelo seu não provimento, para o fim de que ser mantido o v. Parecer desfavorável à aprovação das contas, mantidas as recomendações e determinações complementares formuladas.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 19 agosto de 2010.

Rogério Loubet Pantaleão
Assessoria Técnica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 2613/026/07

Excelentíssimo Senhor Relator

Pedido de Reexame das contas da Prefeitura de **Holambra;** pertinentes ao exercício econômico-financeiro de 2007.

Preliminarmente, o apelo há de ser recebido, porque legítima a parte e tempestiva a sua interposição (parecer publicado no Diário Oficial do Estado em 01/09/09 - fls. 144 e o recurso protocolizado em 01/10/09 - fls. 150).

No Mérito, o posicionamento das Assessorias Técnicas às fls. 178/182 está de acordo com a linha de entendimento desta ATJ; assim, manifesto-me pelo **não provimento** do apelo.

À elevada consideração de Vossa Excelência, com prévio trânsito pela d. SDG.

ATJ, 19 de agosto de 2010.

Francisco Roberto Silva Junior
Assessor Procurador - Chefe

WTCS/

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL

Processo	**TC 2.613/026/07**
Interessada	**Prefeitura Municipal de Holambra**
Responsável	**Sr. Celso Capato**
Assunto	**Pedido de reexame - *balanço do exercício de 2007.***

Senhor Conselheiro

Mediante decisão publicada em 1° de setembro de 2009, emitiu-se parecer *desfavorável* à vista da insuficiente despesa na educação global.

Inconformado, o Responsável apresenta, em 1° de outubro de 2009, o presente apelo *(a partir de fls. 150)*.

As Assessorias Técnicas manifestam-se contrárias ao pleito.

Eis a síntese do que é necessário. Opino.

O recurso é adequado, tempestivo, sendo interposto por parte legítima; não contém os vícios de que trata o art. 133 do Regimento Interno; proponho seja conhecido.

No mérito, vejo que pretende o recorrente incluir gastos com alimentação infantil (R$ 227,7 mil), alegando que é isso fundamental, básico à nutrição das crianças matriculadas, daí não havendo caracterização de programa suplementar de alimentação.

De minha parte, tenho a lembrar que, mediante Deliberação, entendeu esta Corte, de forma expressa, que tal despesa é estranha à manutenção e desenvolvimento do ensino, tipificando-se, sim, na hipótese de exclusão do art. 71, IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL

De mais a mais, é esse o entendimento do setor especializado desta Casa.

Ante o exposto, manifesto-me pelo ***não provimento*** do apelo.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

SDG, em 26 de agosto de 2010

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

/fctj

186

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR ANTONIO ROQUE CITADINI CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP

TCESP - SEDE
TC - 34743/026/10
28/09/2010 - 15:57
6471-6652-1310-8578

TC nº 2613/026/07
Objeto: Contas do exercício de 2007
Responsável: Celso Capato

CELSO CAPATO, já qualificado, vem, respeitosamente, **ratificar sua posição pela aprovação das contas da Prefeitura Municipal da Estância Municipal da Estância Turística de Holambra, exercício de 2007**, expondo e requerendo o seguinte:

Inicialmente, cumpre salientar a boa gestão do administrador, que aplicou regularmente **no ensino 25,03 % da receita de impostos e transferências na manutenção do ensino, conforme dispõe o art. 212 da CF/88.** Na valorização do magistério foi aplicado o percentual de **60,92% como dispõe o art. 7º da Lei Federal 9.424/94**.

Entende o ex-administrador que nossas contas anuais, correspondentes ao exercício de 2007, se encontram em condições de receber parecer favorável dessa Colenda Casa de Contas, sendo que as irregularidades apontadas pela auditoria, são de natureza meramente formal, não influenciando no resultado das contas municipais, no exercício em comento.

Deve ser salientado que, em 2006, restou apontado no relatório da r. auditoria daquelas contas (**TC n º 3476/026/06), que a alimentação infantil <u>não pode ser incluída no cômputo da despesa.</u>** Como aconteceu no presente caso.

187

Entretanto, em julgamento das contas, **em 23 de julho de 2008, entendeu o Excelentíssimo Conselheiro Relator Doutor Fúlvio Julião Biazzi, que tal despesa poderia ser considerada válida**.

Tal decisão tem por base o brilhante Parecer Técnico do Secretário – Diretor Geral do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que assim se manifestou (fls. 197 do Processo 3476/0267/06):

> *"Tendo em mira que a polêmica dá-se em torno da alimentação infantil na despesa obrigatória do ensino, cabe antes lembrar que, para a LDB (art. 71, IV), os programas suplementares de alimentação não podem onerar os 25% de impostos; nem os 40% do FUNDEB, vale dizer, a parcela desse fundo não vinculada a remuneração de profissionais do magistério.*
> ***Não há norma legal dizendo o que venha a ser programa suplementar de alimentação**. Escorado no bom senso, entendo tratar-se de reforço à alimentação fornecida pelas famílias, visando, claro, o melhor aproveitamento do aluno em sala de aula.*
> ***Nesse cenário, penso que alimentação em creches e pré-escolas não se tipifica como programa suplementar**, ampliativo, adicional da alimentação familiar, quero com isso dizer, considerando que o desenvolvimento físico da criança é, por força legal, uma das essenciais da educação infantil. (art. 29.LDB) e, que , via de regra, as crianças submetem-se a período integral naqueles estabelecimentos, à vista dessas razões, o gasto em debate nada têm de suplementar, podendo qualificar-se tal qual alimentação básica, essencial, elementar, pedagógica, de crianças que freqüentam creches e pré-escola.*
> *À guisa de exemplificar, não se pode dizer que o leite para bebês de creches tenha algo a ver com suplemento alimentar; o crescimento físico dessa pessoa é objetivo básico a orientar a pedagogia da educação infantil.*
> *Diferente, a merendado ensino fundamental e, sim complemento à alimentação do alunado, conquanto os respectivos estabelecimentos, no mais das vezes, não oferecem período integral, sendo que aquele nível de aprendizado move-se por escopos diversos do desenvolvimento física de crianças, mas, sim, pelos ditos do art. 32 da LDB..."*
> *Em suma, à vista dos objetivos, por nível de ensino, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, penso que a alimentação infantil não tem a marca do suplemento do conceito de merenda, mas, frente à natureza que a LDB vincula à educação*

188

infantil, é sim, elemento básico, essencial, pedagógico para os que freqüentam creches e pré-escolas." (grifos nossos).

Portanto, para o Excelentíssimo Conselheiro Fulvio Julião Biazzi, em **23 de julho de 2008, menos de 03 meses antes da edição de uma deliberação deste E. Tribunal, em 13 de outubro de 2008** (como será melhor apreciado a seguir), a merenda oferecida nas creches, principalmente de Holambra, onde a criança é atendida em período integral, é alimentação básica e essencial, não complementar, face sua natureza e condição, **podendo ser legalmente incluída nos cálculo dos 25% da Educação.**

Assim, o procedimento, que até então não havia sido objeto de reprimenda ou de correção por este Egrégio Tribunal, de inclusão da alimentação infantil, em creches e ensino infantil, foi repetido, no ano de 2007, cujas contas agora são apreciadas.

Deve, em suma, ser destacado que o assunto em pauta **era bastante polêmico até 13 de outubro de 2008**, havendo, como caso das contas de 2006, em **23 de julho de 2008, decisões validando**, portanto, **a posição adotada pelo ex-administrador, ora suplicante, inclusive em 2007. Conforme demonstra a r. sentença proferida por Sua Excelência Fulvio Julião Biazzi, em 23 de julho de 2008, nos autos do Processo TC 3476/026/06, cuja cópia está anexa a esta petição.**

Destacando, novamente, **somente em 13 de outubro de 2008**, com a intenção de se pacificar o entendimento deste E. Tribunal, foi proferida a **DELIBERAÇÃO - TCA-35186/026/08**, que "dispõe sobre o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases no tocante à inclusão de gastos nos mínimos obrigatórios do Ensino", na qual os Nobres Conselheiros deste E. Tribunal estabelecem "que não há possibilidade legal da inclusão de despesas com alimentação infantil e com uniformes escolares nos mínimos obrigatórios do Ensino, cumprindo-lhes observar os artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)", pacificando, assim, a conturbada e polêmica interpretação do assunto neste E. Tribunal.

Portanto, antes de ser proferida a mencionada Deliberação, **existiam vários Conselheiro deste Tribunal, que concordavam com a inclusão da alimentação infantil no computo da percentagem constitucional de 25% de aplicação na Educação,** como demonstra a r. decisão acima referida.

189

Não há como se penalizar o suplicante, com a rejeição das contas de 2007, pois, conforme salientado, até **13 de outubro de 2008,** havia entendimentos reconhecendo a legalidade da inclusão da alimentação infantil na despesa obrigatória do ensino nos 25% de impostos.

Assim, pedimos a reconsideração deste E. Tribunal quanto ao apontamento a fim de dar por regular o gasto com a Educação, considerando este como sendo 25,03%, não se concordando com a r. auditoria, quando anotou um percentual em 22,99%, em decorrência da glosa efetivada no ensino **de R$ 272.719,16** – referente a gastos na alimentação infantil, pois o índice de aplicação efetivado para o exercício, não considerando tal glosa é **de 25,03%.**

Finalmente, cumpre salientar ainda que o percentual havido com **alimentação infantil se encontra** dentro dos princípios de razoabilidade, representando em relação aos impostos arrecadados em **2007 o total de 1,68%.**

Por esta razão, pleiteamos que o valor total da despesa de R$ 272.719,16 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e dezenove reais e dezesseis centavos) seja integralmente devolvido ao cálculo do percentual, pois, não pode um equívoco prosperar maculando nossas contas do exercício.

Finalmente, **no caso especifico de Holambra, não tem como se considerar a alimentação ora apreciada como suplementar,** pois Holambra é um município predominantemente agrícola, onde a mães saem de casa cedo para trabalhar para ajudar no incremento da renda familiar, e as suas crianças são levadas cedo, por volta das 6:30 horas na escola, quando recebem a primeira alimentação que é o café da manhã, com pão, leite, etc. Às 10:30 horas, recebem almoço; às 13:30 horas, o café da tarde; às 16:30 horas, logo após o banho, a janta.

Logo, estas crianças só chegam em casa após as 18:00 horas e, até que suas mães, que trabalharam o dia todo, façam sua higiene (banho) e depois o preparo do jantar, estas crianças já estariam dormindo e, se não tivessem sido alimentadas na Unidade Escolar, ficariam sem a devida alimentação, sendo sérias candidatas à desnutrição e ao atraso escolar.

Portanto, o Município de Holambra não tem feito nada mais do que cumprir com sua obrigação, que é fornecer alimentação ao

190

aluno durante todo o período, em que ele permanece na escola, não se tratando, portanto, de alimentação suplementar, mas alimentação básica.

Portanto, pedimos a reconsideração deste E. Tribunal quanto ao apontamento a fim de dar por regular o gasto bem como o percentual constitucional, considerando-o como sendo 25,03%.

Diante do exposto, entendemos que restou demonstrada a boa gestão das contas no exercício de 2007, especialmente porque cumpridos todos os percentuais exigidos em lei, com a conseqüente APROVAÇÂO DAS CONTAS ANUAIS DE 2007, por esta E. Corte de Contas, medida esta que entendemos de Direito e mais lídima Justiça!

São Paulo, 27 de setembro de 2010.

Fernando Celso Ribeiro da Silva
OASB/SP nº 83.489

DELIBERAÇÃO

TCA-35186/026/08

Dispõe sobre o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases no tocante à inclusão de gastos nos mínimos obrigatórios do Ensino.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando que, nos autos do processo TC-3015/026/05, sob relatoria do Excelentíssimo Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga, em sessão do E. Tribunal Pleno realizada no dia 08 de outubro de 2008, discutiu-se a necessidade de orientação definitiva acerca da inclusão de gastos com alimentação infantil e uniformes escolares nos mínimos obrigatórios do Ensino;

Considerando que, em alguns pouquíssimos casos isolados e diante das circunstâncias específicas dos correspondentes processos, admitiu-se pequenas importâncias a esse título para o completamento do mínimo obrigatório do Ensino;

Considerando, ainda, que o Tribunal de Contas, com vistas a preservar a segurança jurídica, à unanimidade, reafirmou seu pacífico entendimento de não admitir a inclusão desses gastos;

RESOLVE EDITAR DELIBERAÇÃO, do seguinte teor:

1 - Fica declarado e tenham as Prefeituras Municipais ciência de que não há possibilidade legal da inclusão de despesas com alimentação infantil e com uniformes escolares nos mínimos obrigatórios do Ensino, cumprindo-lhes observar os artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

2 - Publique-se.

São Paulo, 13 de outubro de 2008.

EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO Presidente

CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA Relator

192

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo,
não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

Processo nº: 3476/026/06 **Matéria: CONTAS MUNICIPAIS** . **Exercício: 2006**

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA**

Relator: **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

ANDAMENTO

Remetente:	**UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS**	**Data de remessa:**	**10/09/2008**		
Destino:	**CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA**	**Motivo:**	**REMETIDO A CAMARA MUNICIPAL**		

DOCUMENTOS

DECISÕES

Página 1 de 1

«« VOLTA PARA PÁGINA DE PESQUISA »»

. **TOTAL DE PROCESSOS: 1**

MUNICIPAL, A MARGEM DO PARECER E POR OFICIO, E DETERMINAÇÃO A AUDITORIA DA CASA DETERMINOU, POR FIM, O ENVIO DO EXPEDIENTE TC 3217/003/06 A UR-3 - CAMPINAS, A FIM DE ACOMPANHAMENTO DA MATERIA EM PROXIMAS INSPEÇÕES; E O ARQUIVAMENTO DOS EXPEDIENTES TCS 3435/003/06 E TC 26403/026/07, FICA UTORIZADA VISTA E EXTRAÇÃO DE COPIAS NO CARTORIO DO CONSELHEIRO RELATOR, OBSERVADAS AS CAUTELAS LEGAIS.
PUBLIQUE-SE
SÃO PAULO, 22 DE JULHO DE 2008.
FULVIO JULIÃO BIAZZI - PRESIDENTE E RELATOR
PUBLICADO NO DOE DE 23.07.2008
TRANSITADA EM JULGADO EM 22.08.2008

INDEX: RECOMENDAÇÃO - APERFEIÇOAR PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS – ESTABELECER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MELHORIA DE SUA POSIÇÃO NO IPRS – ADOTAR MEDIDAS EFICAZES PARA COBRANÇA DE SUA DÍVIDA ATIVA – PROCURAR APLICAR OS RECURSOS DO FUNDEF DENTRO DO PRÓPRIO EXERCÍCIO – FIEL OBSERVÂNCIA A LEI 8666/93 - REVER ITEM PESSOAL - ATENDER ÀS INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho do Conselheiro Relator
Antonio Roque Citadini

Processo : TC – 2613/026/07 (Expediente TC – 2613/026/07)

Interessada : Prefeitura Municipal de Holambra

Assunto : Complementação de defesa

Diante do princípio constitucional da ampla defesa instrua-se por ATJ e SDG, com urgência.

Cumpra-se.
Junte-se.

GCARC, 29 de setembro de 2010.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO

Dlb.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cartório do Conselheiro Dr. Antonio Roque Citadini

Expediente: TC – 34743/026/10

Interessado: Prefeitura Municipal de Holambra

Assunto: Encaminha documentos.

TERMO DE JUNTADA

Nesta data procedi à juntada de fls. 186/195

Encaminhem-se os presentes autos à ATJ.

CGC.ARC, em 01 de outubro de 2010.

RUI ROCHA CLARO
Agente da Fiscalização Financeira

Rrc.

Processo :**TC-2613/026/07**

Interessada :**Prefeitura Municipal de Holambra**

Assunto :**Pedido de Reexame- Aplicação no Ensino**

Exercício :**2007**

Conselheiro :**Antonio Roque Citadini**

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

Em atendimento ao r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator à fl.195, examinamos as Informações Complementares,no que tange a aplicação no ensino, e passamos a nos manifestar.

Novas alegações complementares foram trazidas aos autos,para uma vez mais pleitear a inclusão das despesas com alimentação infantil,embasando-se em manifestação do Sr.Secretario-Diretor Geral, nos autos do TC-3476/026/06 e também na Deliberação baixada no TCA-35186/026/08.

Verifica-se, entretanto, ausência de qualquer inovação de argumentos, de sorte que,conforme nossa análise anterior (fls. 178/179),opinamos pela improcedência das razões do Recorrente, mantendo-se os

propondo o **não provimento** do pedido de Reexame de fls. 150/168.

À elevada consideração de Vossa Excelência, com prévio trânsito pela d. SDG.

ATJ, 07 de outubro de 2010.

Francisco Roberto Silva Junior
Assessor Procurador - Chefe

WTCS/

Secretaria
Diretoria Geral
15/10/10
Às 13:45 Horas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL

Processo	**TC 2613/026/08**
Interessada	**Prefeitura Municipal de Holambra**
Responsável	**Sr. Celso Capato**
Assunto	**Pedido de reexame - *balanço do exercício de 2007*.**

Senhor Conselheiro

Manifestou-se antes esta SDG pelo não provimento, à vista da insuficiente despesa na educação global (23,35%) (fls. 184/185).

Depois disso, vem o recursante apresentar argumentos complementares (a partir de fls. 186).

As Assessorias Técnicas reiteram sua manifestação desfavorável.

Eis a síntese do que é necessário. Opino.

Alega a Origem que, impeditiva da agregação de despesas com alimentação infantil, a Deliberação desta Corte foi editada somente em outubro de 2008, quase no fim do presente exercício financeiro.

De minha parte, tenho a dizer que tal instrumento deliberativo só veio a reiterar vedação disposta no ordenamento superior do ensino público: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para a qual os programas suplementares de alimentação não são despesas típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino e, bem por isso, devem ser afastadas dos mínimos constitucionais e legais Do setor.

Ante o exposto, não me cabe senão reiterar pretérita manifestação desta SDG; pelo ***não provimento*** do apelo.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

SDG, em 18 de outubro de 2010

SÉRGIO DE CASTRO JR.
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL - *Substituto*

/fctj

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM 22 DA PAUTA

3ª SESSÃO 24/11/2010
TRIBUNAL PLENO

PROCESSO: TC - 2.613/026/07.

O processo em pauta trata de pedido de reexame, formulado pelo ex-Prefeito do Município da Estância Turística de Holambra, responsável pela prestação de contas relativa ao exercício de 2007.

A E. Primeira Câmara, em sessão de 18 de agosto de 2009, **ao apreciar a citada prestação de contas, emitiu parecer prévio desfavorável à sua aprovação, em razão da não aplicação do percentual mínimo obrigatório no ensino, que se restringiu a 23,35% das receitas resultantes de impostos e transferências.**

Inconformado com o **parecer publicado no DOE de 1° de setembro de 2009, o recorrente protocolou seu pedido** (fls. 150/168), **no dia 1° dia do mês subseqüente, dentro do prazo.**

Posteriormente, duas complementações foram apresentadas, estas juntadas às fls. 173/175 e das fls. 186 a 194 dos autos.

Instados a se manifestar, os órgãos técnicos da Casa **(Assessorias de ATJ, Chefia e SDG)**, em preliminar, concluem pelo conhecimento do pedido, e, quanto ao mérito, posicionam-se por seu não provimento, **já que as razões do**

recorrente, não foram suficientes para reformar o parecer anteriormente exarado.

É O RELATÓRIO.

PRELIMINARMENTE, presentes os pressupostos de admissibilidade, **VOTO PELO CONHECIMENTO DO PEDIDO, ORA EM EXAME.**

NO MÉRITO, voto pelo provimento do pedido, uma vez que a tese da defesa não deixa duvidas quanto ao cumprimento do dispositivo constitucional, já que o percentual aplicado no ensino atingiu 25,03% das receitas resultantes de impostos e transferências.

Assim, como já antecipei, VOTO PELO PROVIMENTO DO PEDIDO FORMULADO PELO EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2007, DEVENDO, CONSEQÜENTEMENTE, OUTRO PARECER SER EMITIDO, AGORA EM SENTIDO FAVORÁVEL.

Mantenho, contudo as recomendações e determinações consignadas no parecer a ser reformado.

É O MEU VOTO.

SÃO PAULO, 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO RELATOR

Alp.

Fls. nº 205
TC-002613/026/2007

RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão do Tribunal Pleno do dia 24 de novembro de 2010.

SDG-1, em 26 de novembro de 2010

Lia Aparecida Nuzzi Garcia
Agente da Fiscalização Financeira – Administração
Respondendo pela Chefia da SDG-1

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Exmo. Senhor
JOSÉ MARCOS DE SOUZA
DD Presidente da Câmara Municipal
Rua Antônio Damázio Felipese, 188 - Centro
CEP: 13.825-000
Holambra - SP

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

P A R E C E R

TC-002613/026/07
Pedido de Reexame
Município: Estância Turística de Holambra.
Prefeito: Celso Capato.
Assunto: Contas anuais do exercício de 2007.
Requerente: Celso Capato - Ex-Prefeito.
Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 18-08-09, publicado no DOE de 01-09-09.
Advogado: Fernando Celso Ribeiro da Silva (OAB/SP 83.489).

EMENTA: Pedido de Reexame. Município: Estância Turística de Holambra. Contas anuais do exercício de 2007. Ensino: 25,03%. Conhecido e provido. Votação unânime.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-002613/026/07.

Considerando o que consta do Relatório e Voto do Relator, bem como as correspondentes Notas Taquigráficas, juntados aos autos, o E. Plenário, em sessão de 24 de novembro de 2010, pelo Voto dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Cláudio Ferraz de Alvarenga, Renato Martins Costa e Robson Marinho, preliminarmente conheceu do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, deu-lhe provimento, para o fim de, reformando-se a r. decisão recorrida, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura do Município da Estância Turística de Holambra, relativas ao exercício de 2007, mantendo-se, contudo, as recomendações e determinações consignadas no parecer a ser reformado.

Publique-se.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011.

CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA - Presidente

ANTONIO ROQUE CITADINI - Relator

MS

PUBLICADO NO DOE DE 11/03/11

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cartório do Gabinete do Conselheiro Dr. Antonio Roque Citadini

CERTIDÃO

Certifico que, o r. Parecer de fls. retro ***transitou em julgado em 18/03/2011****. Cartório do Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini 28 de março de 2011, _____, Daicy Lucide Batista, Responsável pelo Cartório.*

Conforme Resolução nº 01/2005 (DOE de 29/04/2005), o trânsito em julgado foi publicado em 13 /04 */2011.*

Oficie-se.

mft

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 03 de maio de 2011

Ofício CGC.ARC nº 519/2011
TC-2613/026/07

Senhora Prefeita,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do decidido pelo Egrégio Tribunal Pleno, que em sessão de 24 de novembro de 2010 conheceu do Pedido de Reexame e deu-lhe provimento emitindo-se novo Parecer em sentido favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Holambra, exercício de 2007, excetuando-se os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal, cópia de fls. 134/144, 202/208 do processo em epígrafe para ciência das recomendações propostas.

Apresento, nesta oportunidade, protestos de estima e consideração.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO

Excelentíssima Senhora
MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal de Holambra
a/mlg

Cumpridas as providências a cargo deste Cartório, conforme cópia de ofício às fls.209, encaminhem-se os presentes autos ao DSF-I, nos termos do item 3 da r. decisão de fls. 202 dos autos.

CGC-ARC, em 24 de maio de 2011.

Daicy Lucide Batista
Responsável pelo Cartório

gcsa

PROCESSO: 2613/026/07

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

MATÉRIA EM EXAME: CONTAS ANUAIS

EXERCÍCIO: 2007

RELATOR: CONSELHEIRO DR. ANTONIO ROQUE CITADINI

À Unidade Regional de Campinas - UR.03, para:

a) cumprir o determinado no voto do Relator;

b) encaminhar o processo das contas à Câmara Municipal.

DSF-I, 31 de maio de 2011.

Águida Toshie Takahagi
Assistente Técnico de Gabinete I

Visto.
De acordo.

Pedro Issamu Tsuruda
Diretor Técnico de Departamento

ENDEREÇO: Rua Venceslau Brás, 183 – Prédio Anexo II, 8º andar – Centro – SP
CEP 01016-000 Fax 3292-3777 PABX 3292-3672
INTERNET: www.tce.sp.gov.br